



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL (PROFEPT)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**A FORMAÇÃO INTEGRAL E AS LEGISLAÇÕES NORTEADORAS DA EPT: UM
RECORTE COM FOCO NAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DISCENTE**

MANAUS – AM
2022

PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU

**A FORMAÇÃO INTEGRAL E AS LEGISLAÇÕES NORTEADORAS DA EPT: UM
RECORTE COM FOCO NAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DISCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), *Campus* Manaus Centro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica

Biblioteca Campus Manaus Centro

N639f Nicolau, Paulo Roberto Arce.

A formação integral e as legislações norteadoras da EPT um recorte com foco nas contribuições para a formação discente / Paulo Roberto Arce Nicolau. – Manaus, 2022.

128 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Legislação norteadora – EPT. 3. Blog educacional. I. Souza, Ana Cláudia Ribeiro de. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU

INTEGRADOS: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E RECORTES LEGISLATIVOS PARA O ESTUDANTE DO EMI

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias De Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 28 de abril de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM

Profa. Dra. Josiani Mendes Silva - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - ProfEPT/IFAM

Profa. Dra. Sílvia Cristina Conde Nogueira - Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU

INTEGRADOS: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E RECORTES LEGISLATIVOS PARA O ESTUDANTE DO EMI

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias De Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de abril de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM

Profa. Dra. Josiani Mendes Silva - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - ProfEPT/IFAM

Profa. Dra. Sílvia Cristina Conde Nogueira - Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Aos meus pais, às minhas irmãs, à minha esposa e aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à minha esposa e aos meus filhos, pela compreensão e apoio nos momentos de dedicação aos estudos.

Meus agradecimentos à minha mãe, meu pai e minhas irmãs, que sempre me apoiaram e me incentivaram a galgar os degraus do conhecimento.

Meu agradecimento especial à minha orientadora Prof^a Dr^a. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, por todo conhecimento compartilhado, pela compreensão e pelas horas dispensadas para aprimorar o trabalho.

Aos meus amigos da turma ProfEPT, especialmente aos meus amigos Gilson, Efraim e Carlos, amizades que levarei para toda a vida.

E a todos que de alguma maneira contribuíram para que esse sonho se tornasse possível.

“Sem um senso de identidade, não pode haver luta” (Paulo Freire).

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade de ensino que está diretamente ligada ao mundo do trabalho. Tal relação, no entanto, não pode ser vista como uma mera preparação para o mercado de trabalho, situação que, de acordo com estudiosos como Moura (2003), Ciavatta (2014) e Frigotto (2011), ocorre em diversas instituições. Nesta dissertação, buscou-se, além do debate acerca das bases que norteiam a EPT, lançar um olhar sobre a relevância que os textos das legislações oficiais expressam nessa modalidade educativa. Dessa forma, partiu-se do seguinte objetivo geral: analisar a viabilização de fundamentos da Formação Humana Integral, mediante a problematização do conhecimento discente acerca das legislações norteadoras e das bases conceituais da EPT, tendo em vista o Ensino Médio Integrado do IFAM, *Campus* Manaus Centro. Para tanto, caminhou-se pela abordagem qualitativa de pesquisa (SEVERINO, 2013), realizando inicialmente uma discussão bibliográfica articulada à pesquisa documental, passando posteriormente à pesquisa de campo com auxílio das ferramentas de comunicação por meio remoto. Nessa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário com perguntas abertas e fechadas (RICHARDSON, 2012), aplicado com 12 estudantes do curso técnico de nível médio integrado em Química. Após isso, realizou-se a análise interpretativa (SEVERINO, 2013) com apoio da representação estatística, nas perguntas de natureza fechada, e, para as questões abertas, a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016). Além disso, elaborou-se um produto educacional em formato de blog – denominado “Integrados” –, a fim de contribuir como uma proposta interventiva nas lacunas observadas. Como resultado geral verificou-se que a viabilização dos fundamentos da EPT, bem como de suas leis, pode ser alcançada por etapas, que vão desde o conhecimento básico dos professores e dos discentes no que se refere aos princípios da EPT, até a elaboração de uma proposta interventiva que possa ser efetivada dentro de um contexto de ensino e aprendizagem. Logo, é preciso uma constante abordagem da temática nas instituições que oferecem a modalidade educativa da EPT, sobretudo nos IF, já que a forma de oferta do EMI é vista como uma possível travessia para a formação humana integral.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; legislações norteadoras da EPT; Blog educacional.

ABSTRACT

Vocational and Technological Education (EPT) is a teaching modality that is directly linked to the world of work. This relationship, however, cannot be seen as a mere preparation for the job market, a situation that, according to scholars such as Moura (2003), Ciavatta (2014) and Frigotto (2011), occurs in several institutions. In this dissertation, we sought, in addition to the debate about the bases that guide the EPT, to take a look at the relevance that the laws express in this educational modality. In this way, it started with the following general objective: to understand the feasibility of fundamentals of Integral Human Formation, through the problematization of student knowledge about the laws and conceptual bases of the EPT, in view of the Integrated High School of IFAM, Campus Manaus Centro. To this end, the qualitative research approach was followed (SEVERINO, 2013), initially carrying out a bibliographic discussion linked to documentary research, later moving on to field research with the help of remote communication tools. In this one, the questionnaire with open and closed questions (RICHARDSON, 2012) was used as a data collection instrument, applied to 12 students of the integrated high school technical course in Chemistry. After that, the interpretative analysis was carried out (SEVERINO, 2013) with the support of the statistical representation, in the questions of a closed nature, and, for the open questions, the Content Analysis, by Bardin (2016). In addition, an educational product was created in a blog format – called “Integrados” – in order to contribute as an intervention proposal in the observed gaps. As a general result, it was found that the feasibility of the EPT's fundamentals, as well as its laws, can be achieved in stages, ranging from the basic knowledge of teachers and students regarding the principles of EPT, to the elaboration of an intervention proposal that can be carried out within a teaching and learning context. Therefore, a constant approach to the theme is needed in institutions that offer the educational modality of EPT, especially in IF, since the form of offering EMI is seen as a possible crossing for integral human formation.

Keywords: Professional and Technological Education; legislation in EPT; educational blog.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	BDTD
<i>Campus</i> Manaus Centro	CMC
Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos	CEPSH
Diretrizes Curriculares Nacionais	DCN
Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio	DCNEPTNM
Educação Profissional e Tecnológica	EPT
Instituto Federal	IF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM
Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira	LDB
Constituição Federal	CF
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	ProfEPT
Plano de Desenvolvimento Institucional	PDI
Plano Pedagógico Institucional	PPI
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	TCLE

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Recorte da busca realizada na BDTD para o cruzamento com a temática pesquisada	18
Quadro 2 - Dimensões observadas no Parecer CNE/CEB n.º 5/2011	41
Quadro 3 - Recortes do Plano Pedagógico Institucional do IFAM	44
Quadro 4 - Pesquisa documental: panorama geral dos materiais utilizados na pesquisa	49
Quadro 5 - Organização das questões elaboradas para o questionário	52
Quadro 6 - Denominações dos sujeitos participantes como forma de preservação da identidade	63
Quadro 7 - Unidades de registros geradas a partir dos dados coletados.....	64
Quadro 8 - Demonstrativo das categorias finais geradas a partir dos dados coletados	65
Quadro 9 - Demonstrativo das categorias finais geradas a partir dos dados coletados	66
Quadro 10 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 1 (parte 1).....	67
Quadro 11 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 1 (parte 2).....	68
Quadro 12 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 1 (parte 3).....	70
Quadro 13 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 2 (parte 1).....	71
Quadro 14 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 2 (parte 2).....	72
Quadro 15 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 3 (parte 1).....	74
Quadro 16 - Questões avaliativas para o produto educacional.....	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa e divisão do produto educacional “Integrados”	79
Figura 2 - Seção inicial do produto “Integrados” (subseção “Comece por aqui”)	80
Figura 3 - Recortes da seção “Diálogos sobre a EPT” pertencente ao produto “Integrados” ..	81
Figura 4 - Recorte da seção “Você precisa saber” pertencente ao produto “Integrados”	82
Figura 5 - Recorte da seção “Leitura interativa” pertencente ao produto “Integrados”	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de respostas relativas à questão 2.....	58
Gráfico 2 - Percentual de respostas relativas à questão 3.....	59
Gráfico 3 - Percentual de respostas relativas à questão 4.....	60
Gráfico 4 - Percentual de respostas relativas à questão 9.....	61
Gráfico 5 - Percentual de respostas relativas à questão 10.....	62
Gráfico 6 - Resultados relativos à estética geral do blog Integrados.....	86
Gráfico 7 - Resultados relativos à estruturação do blog Integrados	87
Gráfico 8 - Resultados relativos à linguagem escrita do blog Integrados	88
Gráfico 9 - Resultados relativos à textualidade do blog Integrados	89
Gráfico 10 - Resultados relativos à elaboração dos títulos de seções do blog Integrados	90
Gráfico 11 - Resultados relativos à abordagem dos conteúdos presentes no blog Integrados ..	91
Gráfico 12 - Resultados relativos à abordagem teórica presente no blog Integrados.....	91
Gráfico 13 - Resultados relativos à compreensão conceitual e teórica presente no blog Integrados	92
Gráfico 14 - Resultados relativos à contribuição do blog Integrados para o público-alvo	93
Gráfico 15 - Seções do blog que mais foram expressivas entre os participantes	94
Gráfico 16 - Perspectivas de melhoria para o blog Integrados.....	95
Gráfico 17 - Disposição dos participantes para o uso do blog Integrados	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 BASES TEÓRICAS DA EPT: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS GERAIS.....	22
2. 1 O trabalho como princípio educativo	22
2.2 A indissociabilidade entre o conhecimento intelectual e o conhecimento prático	25
2.3 A formação humana integral e seus pares de luta no ensino médio integrado	27
2.4 A formação humana integral nas legislações brasileiras: recortes de uma representação necessária.....	31
2.4.2 Textos e contextos: legislações e contradições na EPT brasileira.....	35
4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	47
4.1 Perspectivas gerais da trajetória construtiva: justificativa, delimitações e tipos de pesquisa	47
4.1.1 Pesquisa documental.....	49
4.1.2 Pesquisa de campo.....	50
4.1.3 Elaboração e aplicação dos questionários	51
4.2 O processo de análise dos dados.....	54
4.1.1 A Análise Interpretativa e Análise de Conteúdo	54
5 A VOZ DO DISCENTE DO EMI: OLHARES E LACUNAS NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO.....	57
5.1 Análise do questionário: parte I.....	57
5.2.1 Categoria final – A percepção do Ensino Médio Integrado como preparação profissionalizante.....	66
5.2.2 Categoria final 2 – Aproximações integradoras no EMI.....	71
5.2.3 Perspectiva crítica sobre as lacunas na formação integral dos discentes.....	73
6 PRODUTO EDUCACIONAL: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	76
6.1 Os eixos de Kaplún e o processo de elaboração do produto educacional.....	77
6.2 Integrados: descrição do produto educacional	78
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97

REFERÊNCIAS	101
ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO CEP.....	104
APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	107
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	109
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PRODUZIDO NA PLATAFORMA GOOGLE FORMS	112
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL PRODUZIDO NO GOOGLE FORMS	116
APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL: BLOG “INTEGRADOS!”	121

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é historicamente marcada por contradições de diferentes naturezas, especialmente aquelas presentes nas diretrizes legais que a orientam. Vê-se, de um lado, a insistência para um caráter formativo meramente profissionalizante – subserviente às demandas do capital –, e do outro, a busca por uma formação sustentada por pressupostos cujo cerne está na indissociabilidade entre a ciência, a cultura, a tecnologia e o trabalho como princípio educativo. Essa dicotomia é marcante nas discussões político-educacionais e se materializam em inúmeros estudos sustentados pela crítica marxiana que se revela sobre a sociedade.

Dentro dessa abordagem, que agrega o olhar para os textos oficiais das legislações da EPT e os aspectos sócio-históricos dessas no cenário brasileiro, esta pesquisa é fruto dos estudos realizados no decorrer do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e, como tal, busca aliar as atividades que o autor desta pesquisa desenvolve no mundo do trabalho – neste caso a advocacia –, junto ao conhecimento específico da Linha de pesquisa denominada: “Organização e memórias de espaços pedagógicos na EPT”. Dessa forma, caminha-se para as articulações teórico-metodológicas capazes de expressar a coerência necessária para a cientificidade deste trabalho.

Nessa direção, traz-se como recorte o Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais brasileiros, que por sua vez é discutido por determinados autores como um projeto de travessia para as formações Humana Integral, Politécnica e Omnilateral, as quais, apesar de suas singularidades no campo teórico, pertencem a um mesmo universo formativo (CIAVATTA, 2014). No cerne disso, a figura do estudante ganha notoriedade, pois se sobressai como protagonista do processo de desenvolvimento na seara educativa, devendo ter acesso aos múltiplos conhecimentos que lhe promovam a formação geral, crítica e emancipatória para a vida cidadã. Vale destacar que esse acesso à educação integral é assegurado de forma evidente nos documentos oficiais que regem a educação, devendo, portanto, ser cumprido.

No cenário atual, marcado pela pandemia da covid-19, que alterou sobremaneira as estruturas sociais de todas as nações – e escancarou ainda mais as desigualdades presentes nos países subdesenvolvidos como o Brasil –, esta pesquisa se justifica por três pontos principais. O primeiro deles é a própria relevância social que se assume neste trabalho, trazendo a figura do estudante de nível médio para o centro do debate, problematizando a projeção nada otimista para esse grupo, pois, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de desempregados no país alcançou 14,4 milhões no segundo trimestre de 2021.

Historicamente, um alto índice de desempregados promove cidadãos que, devido às circunstâncias, precisam se sujeitar a qualquer tipo de trabalho que lhes garanta algum sustento, principalmente no que se refere aos mais jovens, cuja falta de experiência e de formação constituem-se um conjunto de fatores concretos para a subsunção ao capital. Nesse sentido, a continuidade de discussões sobre o mundo do trabalho e sobre a educação profissional permanece atual, necessária e complexa.

O segundo ponto que justifica esta pesquisa se volta para a concepção de Formação Humana Integral, omnilateral ou politécnica, que perpassa pela necessidade de compreensão de diversos momentos históricos, ensinamentos externados por teóricos da comunidade educacional e legislações que preveem em seu bojo as regras, princípios e regulamentos direcionados à sua fiel execução. É imprescindível, portanto, que os sujeitos envolvidos nesses processos estejam engajados em compreender as relações que emergem no *corpus* dessa luta, para que se possa permitir a exequibilidade eficaz e eficiente de todas as fases procedimentais.

Considerando a existência de estudos que demonstram que o desconhecimento dos docentes acerca das propostas do Ensino Médio Integrado é uma das causas que inviabilizam a sua materialização, justifica-se a necessidade da presente pesquisa para verificar se o desconhecimento das propostas, bases conceituais e legais, pelos discentes em formação também pode ser considerado fato gerador dessa inviabilidade.

O terceiro ponto que justifica esta abordagem é a sua natureza investigativa. Essa traz como centro do debate um recorte dos aspectos conceituais da EPT e das legislações que a ela estão direcionadas. Nesse caso, ao investigar essa temática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), identificou-se apenas 4 resultados para a busca relacionada ao conjunto de palavras: “Ensino Médio Integrado, legislação, bases conceituais, Instituto Federal”. Diante do pouco resultado, optou-se por realizar outras duas pesquisas: a primeira se referiu aos termos “Ensino Médio Integrado, legislação, Instituto Federal” e nesse foram contabilizados 52 trabalhos. Na segunda, utilizou-se o grupo de palavras “Ensino Médio Integrado, formação humana integral, Instituto Federal”, para o qual foram encontrados 48 trabalhos.

Com base em todos eles, cruzou-se os dados de cada conjunto a fim de verificar as pesquisas que, de fato, apresentavam temáticas semelhantes à proposta apresentada aqui. Nesse sentido, entre os trabalhos identificados, apenas 9 pesquisas dialogavam com o assunto aqui delimitado, mas nenhuma delas concatenavam a abordagem direcionada às legislações da EPT e às bases conceituais dessa área, no campo formativo dos estudantes. Mesmo assim, destacamos os trabalhos encontrados, conforme a organização exposta no quadro 1:

Quadro 1 - Recorte da busca realizada na BDTD para o cruzamento com a temática pesquisada

Título do trabalho	Autor(es)	Natureza do trabalho	Ano
A opinião dos alunos sobre o Ensino Médio Integrado em Administração do Instituto Federal de São Paulo/Campus Suzano	FERREIRA, Maria Aparecido Bueno.	Dissertação	2019
A integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio no curso técnico em edificações – IFES <i>campus</i> Colatina	ALMEIDA, J. F.	Dissertação	2018
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus São João da Boa Vista: a questão do ensino médio integrado	GIANELLI, Juliana Gimenes	Tese	2018
Currículo integrado e a formação integral de jovens: uma proposta do instituto federal farroupilha campus santa rosa	ROSA, Daele Zuqueto	Dissertação	2016
A implementação da educação profissional no IFPA - campus Santarém: implicações na formação do técnico em agropecuária	RAMOS, Raimundo Sátiro dos Santos	Tese	2016
O ensino médio integrado no IFRS enfrentando a dualidade	MARÇAL, Fábio Azambuja	Tese	2015
Lei nº 13.415/2017: implicações no ensino médio integrado na rede de ensino pública do estado do Maranhão	ALENCAR, Nilia Feitosa de.	Dissertação	2020
Tensões e perspectivas da rede federal no campo da Educação Profissional e Tecnológica: um estudo do IF goiano nos campi ceres e rio verde – goiás	BOAVENTURA, Geisa d'Ávila Ribeiro	Tese	2016
Políticas públicas de reestruturação do ensino médio: as reformas implantadas pela Secretaria de Estado da educação de Goiás no período 2000-2010	NICOLOIDE, Elaine	Tese	2013

Fonte: autoria própria (2021).

Apesar de os trabalhos expressos no quadro não se articularem diretamente à temática desta dissertação, cabe destacar que todos eles contribuíram para a construção das perspectivas presentes no decorrer das seções desta pesquisa, sobretudo aquelas voltadas às bases teóricas da EPT. Evidencia-se, inclusive, que as discussões envolvendo os textos legais voltados para a EPT parecem ficar em segundo plano em diversos trabalhos, o que pode ser encarado como uma lacuna, tendo em vista a relevância que as leis apresentam para o sistema. Diante disso, constata-se a existência de um caminho histórico, evidenciado por implementações legislativas, cuja discussão é extremamente relevante, considerando as consequências práticas que delas advêm e repercutem na EPT brasileira.

Por todas as razões apontadas até o momento, organizou-se quatro questões norteadoras, procurando delimitar alguns aspectos que configurassem a pesquisa dentro de um planejamento exequível:

a) De que modo as legislações educacionais do período pós-constituição de 1988 se articulam com os fundamentos conceituais que dão base à EPT?

b) Qual a percepção discente acerca das bases conceituais e das legislações que orientam a EPT brasileira?

c) Qual a relação entre o que os discentes do nível médio integrado conhecem sobre legislações e bases conceituais da EPT e a promoção do desenvolvimento formativo integral no EMI?

Além dessas, orientou-se a pesquisa para a sua natureza interventiva marcante nos mestrados profissionais, indagando:

d) É possível que a construção de um produto educacional específico para estudantes do ensino médio integrado funcione como uma ferramenta pedagógica capaz de contribuir com a ampliação do conhecimento discente acerca das legislações norteadoras e das bases conceituais da EPT brasileira?

De posse dessas reflexões, sistematizou-se os objetivos deste constructo, salientando como objetivo geral: analisar a viabilização de fundamentos da Formação Humana Integral, mediante a problematização do conhecimento discente acerca das legislações norteadoras e das bases conceituais da EPT, tendo em vista o Ensino Médio Integrado do IFAM, *Campus* Manaus Centro. Para tanto, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

1) discutir as bases conceituais da EPT brasileira, evidenciando a perspectiva formativa da Formação Humana Integral, bem como os princípios que a sustentam;

2) averiguar as principais legislações direcionadas à Educação Profissional e Tecnológica, compreendidas no período pós-constituição de 1988, relacionando-as com as bases conceituais que orientam a perspectiva de Ensino Médio Integrado como caminho para a Formação Humana Integral;

3) analisar as percepções dos discentes vinculados ao curso técnico de nível médio integrado em Química, IFAM, *Campus* Manaus Centro, no que se refere ao conhecimento direcionado às legislações, à finalidade do EMI e às bases conceituais da EPT brasileira;

4) elaborar um blog para difundir recortes das legislações norteadoras e os conceitos bases da EPT, bem como os resultados desta pesquisa, tendo como público-alvo os estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado.

Por conseguinte, direcionou-se o caminho metodológico deste trabalho para a abordagem qualitativa de pesquisa (SEVERINO, 2013), realizando inicialmente uma discussão bibliográfica articulada à pesquisa documental na perspectiva de Marconi e Lakatos (2003), passando posteriormente à pesquisa de campo com auxílio das ferramentas de comunicação por meio remoto. Nessa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário com perguntas abertas e fechadas (RICHARDSON, 2012), aplicado com 12 estudantes do curso técnico de nível médio integrado em Química. Nesse caso, salienta-se que todos os participantes da pesquisa entregaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) devidamente assinado, respaldando a pesquisa no sentido legal de sua aplicação (Apêndice A).

Ainda nesse sentido, realizou-se a análise interpretativa (SEVERINO, 2013) com apoio da representação estatística nas perguntas de natureza fechada, e, para as questões abertas, a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), atendendo aos procedimentos da pré-análise, da categorização e do tratamento dos resultados. Nessa última, realizou-se a ponte fundamental com o referencial teórico explorado.

No que tange ao desenvolvimento do produto educacional, partiu-se dos eixos estruturantes apresentados por Kaplún (2002), entre os quais se destacam o conceitual, o comunicacional e o pedagógico. Assim, o blog elaborado como instrumento de intervenção na problemática levantada pela pesquisa busca dialogar com o público-alvo, sem desconsiderar a complexidade das legislações e das próprias bases conceituais expressas nesta dissertação. Vale ressaltar a necessária etapa de avaliação do blog ora mencionado – compreendido como um espaço informacional e pedagógico –, destacando nova aplicação de questionário com um grupo composto por discentes, docentes e técnicos em assuntos educacionais, a fim de verificar as impressões acerca do produto educacional, baseando-se nos critérios apontados por Leite (2017).

Estruturalmente, esta dissertação se divide em 6 seções principais, sendo esta introdução a primeira delas. Por sua vez, a segunda, denominada “Bases teóricas da EPT: conceitos, fundamentos e princípios gerais”, traz uma discussão a respeito das bases conceituais da EPT brasileira, evidenciando a perspectiva de teóricos como Manacorda (2007), Ciavatta (2014), Saviani (2003), Moura (2013), Ramos (2014), entre outros, a partir dos quais será possível constituir um caminho para a devida compreensão do trabalho como um todo.

A terceira seção, intitulada “A EPT brasileira e seu caráter legislativo: um recorte pós-constituição de 1988”, averigua leis, resoluções, decretos e outras deliberações que norteiam a EPT, e, dado o grau de relevância legal que possuem, permitem uma discussão ampla com as bases conceituais apresentadas na seção 2. Nessa direção, serão detalhados recortes de

documentos, como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/Lei n.º 9.394/96), Plano Nacional de Educação, Lei n.º 11.892/2008, entre outras mais específicas e direcionadas ao Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação. Esta seção versará ainda sobre o Ensino Médio Integrado, tratando dos principais objetivos dessa forma de oferta, visando problematizá-la a partir da percepção trazida por autores de referência no campo da EPT, mas também de teses e dissertações recentes, visando apontar aspectos passíveis de debate dentro desse campo.

A quarta seção – “Fundamentos Metodológicos da Pesquisa” – descreve as etapas procedimentais da pesquisa, ressaltando a preocupação com a cientificidade do estudo, e criando a articulação imprescindível para a seção posterior, denominada “A voz do discente no EMI: olhares e lacunas no ensino técnico de nível médio”. Essa expõe a análise dos dados coletados durante a aplicação do questionário com os estudantes participantes, revelando impressões pontuais sobre a temática levantada, mas, principalmente, promovendo as inferências geradas nas categorias finais da Análise Conteúdo.

A sexta seção – “Produto educacional: processo de construção e reconstrução” – apresenta o blog intitulado “Integrados: fundamentos conceituais e recortes legislativos para o estudante do EMI”, o qual acompanha se estrutura em 4 seções principais: I) “Entendendo o espaço”; II) “Diálogos sobre a EPT”; III) “Você precisa saber” e IV) “Leitura interativa”. Assim, pretende-se promover uma dinâmica para que o aluno inicie o curso com a visão de que o processo formativo de vida escolar não se limita apenas ao cumprimento das grades curriculares e à expedição de um diploma, ou ainda unicamente para formá-lo como trabalhador com eficiência para executar determinadas tarefas requeridas pelo mercado de trabalho, mas sim na soma do processo multidimensional de Formação Humana Integral de sua existência.

Além disso, a referida seção ainda exprime os resultados da avaliação decorrente do questionário aplicado com 10 membros avaliadores. Tal recepção demonstra os aspectos com maior pertinência no produto, bem como aqueles que necessitaram de olhar mais atento, revelando o movimento constante de construção e reconstrução de um material educativo.

A sétima e última seção traz as Considerações Finais do trabalho, revelando o olhar geral da trajetória de pesquisa, bem como evidencia os resultados alcançados em consonância com os objetivos preestabelecidos. Destaca-se a visão sociocrítica tão necessária à educação, além do compromisso acadêmico com os quais este estudo buscou desde o seu início. Aspira-se, dessa forma, contribuir com olhares e perspectivas similares a esta e que a busca pela EPT, calcada em bases emancipatórias, possa ser refletida neste texto.

2 BASES TEÓRICAS DA EPT: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS GERAIS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma das modalidades de ensino presentes na educação brasileira. Sua especificidade está na articulação formativa que, além do conhecimento geral do estudante, possibilita também o conhecimento técnico acerca de uma área muitas vezes associada a processos industriais, mas que vem se expandindo cada vez mais a outros ramos. Tal modalidade apresenta importantes teorias e conceitos que a torna objeto de estudo indubitavelmente necessário na seara atual e, mais que isso, destacam-na como instrumento representativo do pensamento político de superação das injustiças e desigualdades tão escancaradas nesta sociedade, tomando como base a ótica de Ciavatta (2014).

Diante disso, esta seção tem como finalidade apresentar e discutir as bases conceituais da EPT, focando-se nos pressupostos que sustentam a Formação Humana Integral, ou que dialogam com esse tipo de perspectiva formativa. Assim, serão vistos conceitos, fundamentos e princípios gerais relacionados a três principais dimensões: o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre teoria e prática e a visão acerca da Formação Humana Integral. Para tanto, o amparo deste estudo recai sobre teóricos de referência na comunidade educacional, como Saviani (2003), Frigotto (2005), Manacorda (2007) Ciavatta (2014), Ramos (2014), Moura (2013) e outros autores que igualmente compõem o pensamento da EPT brasileira.

A compreensão das concepções de Formação Humana Integral mostra-se essencial para desvelar como essa pode ser considerada expressão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, porém, o seu estudo exige alguns cuidados em decorrência da polissemia das conceituações entre autores que escrevem sobre o tema. Assim, como forma de ressaltar a importância da compreensão das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, esta seção destacará os pilares que posteriormente serão relacionados ao campo legislativo que sustenta a natureza deliberativa dessa modalidade.

2.1 O trabalho como princípio educativo

Sabe-se que a utilização dos conceitos que fundamentam a Educação Profissional e Tecnológica como ferramenta de materialização de uma possível formação humana integral se apresenta de forma não homogênea. No entanto, alguns pilares devem ser considerados, e um deles está relacionado à concepção de trabalho. Neste caso, parte-se da problemática de que, na

sociedade atual, o trabalho ganhou destaque como uma atividade profissional que remunera as pessoas que o exercem e o ganho financeiro depende muito de um suposto esforço que fará o trabalhador ganhar mais ou ganhar menos.

Por trás disso, existe uma visão alienada acerca da produtividade do trabalhador. Nessa direção, teóricos como Manacorda (2007) discutem a visão marxiana de que o trabalho, visto dessa forma, torna-se uma atividade estranha ao ser humano e, de certo modo, limitadora, pois não promove um desenvolvimento amplo, isto é, deixa em segundo plano a sua gênese, que possibilitaria ao homem o aprendizado mediante o conhecimento manual e o intelectual.

Essa perspectiva crítica é importante para compreender a visão formativa que posteriormente será discutida acerca do EMI. Antes, porém, cabe detalhar o que se configura como uma das bases da EPT: o trabalho como princípio educativo. Esse, ao contrário do trabalho alienado, carrega uma ótica inclinada ao desenvolvimento do homem. Assim, buscase em Ramos e Ciavatta (2011, p. 31) o pensamento mais denso sobre tal pressuposto. Segundo as autoras, o trabalho como princípio educativo é:

[...] o fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Com base nessa visão, pode-se observar 3 aspectos principais: a) trata-se de um fundamento da concepção epistemológica e pedagógica; b) busca proporcionar a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais; c) considera-o como processo transformador da natureza que cerca o ser humano e amplia as capacidades humanas. Logo, vê-se no trabalho um sentido potencializador, distante da concepção unilateral observada anteriormente. Diante disso, é possível ainda sintetizar que a compreensão do trabalho se mostra subdividida, para fins didáticos, em dois sentidos complementares ao que foi apresentado pelas autoras e que também foi expresso no início desta subseção:

- a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (LUKÁCS, 1978 apud RAMOS, 2014, p. 91).

De tal modo, ao compreendê-lo como um processo histórico de produção, é possível lançar mão de um olhar crítico sobre as contradições do sistema econômico que domina e projeta inúmeras desigualdades sociais. Em outras palavras, o trabalho perdeu, quase que exclusivamente, a sua essência educativa e hoje é visto como sinônimo de empregabilidade e profissionalização que, no “ensino técnico”, alimenta um ideário de mercado de trabalho que, praticamente, obriga o cidadão a se capacitar nas mais variadas formas (porém de maneira fragmentada) e se adaptar a um sistema produtivo que, por conseguinte, cresce às custas da exploração do trabalhador.

Outra autora que se destaca aqui neste texto é Borges (2017, p. 105), para a qual “o trabalho é a forma específica e determinada pela qual os homens respondem às suas necessidades individuais e coletivas em uma cadeia de mediações que, ao se constituir, cria necessidades com o desenvolvimento de instrumentos, ferramentas, procedimentos [...]”. Essa perspectiva ilustra de maneira clara a forma como o trabalho pode materializar o pensamento humano e entre eles haver uma articulação absolutamente necessária ao desenvolvimento do homem racional. Nessa mesma direção, compreende-se a aproximação de Borges com a perspectiva de Ramos (2014, p. 91), quando essa afirma que o sentido ontológico do trabalho permite a “compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos”. Assim, nesse sentido, o trabalho se apresenta como “princípio e organiza a base unitária” (RAMOS, 2014, p. 91).

Dessarte, o trabalho como princípio educativo induz à compreensão de que o sujeito é quem produz a sua realidade, da qual se aproxima e pode modificá-la. Trata-se, portanto, da premissa de que a realidade é produto da história de cada ser humano; “em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social” (RAMOS, 2014, p. 90).

Conforme Ramos (2014, p. 90), “a concepção de Trabalho como Princípio Educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos”. A autora citada menciona ainda que tal concepção pressupõe indissociabilidade entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, mas que isso não impõe a ideia de “aprender fazendo”, tampouco se reduz à finalidade única de formação para o trabalho. Nesse caso, como a realidade impõe a unificação dos sentidos, compreende-se que o trabalho como princípio educativo engloba percepções de ciência e cultura, sem se esquecer do “contexto econômico (mundo do

trabalho)”, que ampara a formação dos sujeitos para ocuparem seus lugares no processo produtivo.

Dessa maneira, os sentidos externados acima devem coexistir no currículo integrado para que esse vise à formação humana integral, permitindo, segundo os ensinamentos de Ramos (2014, p. 92) e em consonância com pesquisa pretendida, a “apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento”.

2.2 A indissociabilidade entre o conhecimento intelectual e o conhecimento prático

Quando se fala em Educação Profissional no Brasil, muitas vezes se faz uma associação direta com a profissionalização, com a qualificação para o mercado de trabalho, com a capacitação ou com a empregabilidade. Todas essas vertentes parecem, em maior ou menor grau, centralizar a necessidade de o estudante dominar a execução prática/manual de uma atividade para o qual será remunerado. Essa problemática é um dos pilares cuja crítica se faz latente nas bases teóricas da EPT, sobretudo quando se pensa em Formação Humana Integral, politécnica, omnilateral¹.

Para elucidar tal perspectiva, buscar-se-á em Ciavatta (2014), Moura (2013), Saviani (2003) e Frigotto (2005) a concepção sociocrítica de superação da dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual. Dessa forma, tratar-se-á de uma base conceitual de extrema relevância para compreensões posteriores. Cabe ressaltar que, para efeito organizativo, serão apenas expostos os olhares desses autores e autoras e, posteriormente, é que será feita uma síntese do que foi expresso.

Inicialmente, busca-se em Manacorda (2007) a referência crítica de Marx com relação à dualidade histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual. Segundo o autor: “[...] trata-se de superar a alienação concreta, a separação entre o trabalho e a manifestação de si mesmo, produzida historicamente pela divisão do trabalho. [...] a verdadeira divisão do trabalho se apresenta como divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual” (MANACORDA, 2007, p. 42).

Ciavatta (2014), ao pôr em cena o termo politecnicia, destaca que esse está relacionado “[...] com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, *a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho*

¹ Não apresentam a mesma definição, mas pertencem a um mesmo universo formativo.

intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública” (2014, p. 197-198, grifo meu). Noutra momento, a autora retoma os pensamentos de Gramsci (1981) para afirmar que a formação integrada busca “[...] focar o trabalho como princípio educativo, *no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos*” (2014, p. 198, grifo meu).

Moura (2013) traça uma discussão sobre o ensino médio integrado e a formação humana integral. Em seu texto, ele evidencia as contradições presentes em importantes documentos que regem a legislação educacional brasileira e critica as controvérsias do ensino profissional e tecnológico. Nessa direção, o autor afirma que, devido ao sistema de produção capitalista, a escola se estrutura:

[...] de forma dual no sentido de fortalecer o modo de produção do capital que *se baseia na valorização diferenciada do trabalho intelectual e do trabalho manual*. Portanto, romper essa dualidade estrutural da educação escolar completamente não depende apenas do sistema educacional, mas, antes, da transformação do modo de produção vigente (MOURA, 2013, p. 719).

Outro autor que centraliza seu olhar para essa dualidade é Saviani (2003), que se apropria do conceito de politecnia e salienta uma perspectiva completa e densa com relação à referida dualidade:

A noção de politecnia se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. [...]. *Na sociedade capitalista, a ciência é incorporada ao trabalho produtivo, convertendo-se em potência material. O conhecimento se converte em força produtiva e, portanto, em meio de produção*. Assim, a contradição do capitalismo atravessa também a questão relativa ao conhecimento: *se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção e se a ciência, como conhecimento, é um meio de produção, deveria ser propriedade privada da classe dominante* (SAVIANI, 2003, p. 136-137).

O teórico é claramente crítico à cisão latente no processo formativo e demonstra que o conhecimento intelectual (científico) se tornou meio de produção capitalista, sendo destinado à classe mais abastada, ao mesmo tempo que é limitada à classe trabalhadora. Ainda segundo ele, a educação profissional deve se opor à concepção de profissionalização, do ensino profissionalizante, que se inclina para a fragmentação do trabalho em especialidades autônomas. “Nesta concepção, que se baseia na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, na divisão entre proprietários e não proprietários de meios de produção, o trabalhador detém apenas a sua força de trabalho” (SAVIANI, 1989, p. 14).

Em visão muito semelhante, Frigotto (2005, p. 63) expressa que: “[...] o trabalho [...] se reduz à mercadoria força de trabalho e tende a se confundir com emprego. O capital detém como propriedade privada, de forma crescente, os meios e instrumentos de produção. A classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho para vender”.

Com base nos recortes apresentados, é possível evidenciar que os autores aqui evocados deixam claro a necessidade de superar a ruptura entre o conhecimento manual e o intelectual. O trabalho como práxis educativa, segundo eles, é uma base fundamental para a EPT mais justa e emancipatória, pois, do contrário, apenas se contribui para o interesse do capital de utilizar a mão de obra do trabalhador e negar a ele o conhecimento científico.

Apesar de vislumbrada essa perspectiva integradora, o caminho para sua concretização é ainda um horizonte distante. A formação profissional integrada ao ensino médio não alcançou a articulação necessária para formar estudantes capazes de desenvolver a teoria, a técnica e o pensamento crítico-reflexivo advindo do sentido histórico da problemática do trabalho. O Ensino Médio Integrado, visto inicialmente como uma travessia para a formação integral (MOURA, 2013), enfrenta hoje inúmeros desafios para se manter nessa direção.

2.3 A formação humana integral e seus pares de luta no ensino médio integrado

Esta subseção é apresentada como um recorte de três principais fundamentos necessários ao entendimento geral do trabalho e às futuras discussões que se pretende realizar a partir da pesquisa documental. Assim, explanaremos sobre a formação onnilateral, a formação politécnica e a formação humana integral, buscando as aproximações que existem entre elas e, noutro momento, articulando-as à proposta do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais.

Os autores de maior expressão na EPT brasileira vistos até aqui se dedicam a um caminho formativo destinado a uma educação crítica, democrática e mais justa. Nesse viés, estão presentes conceitos advindos da concepção de Marx que, apesar de não enfatizar ou delimitar diretrizes pedagógicas, possibilitou o embrião para uma pedagogia fundamentada em princípios político-pedagógicos necessários à ascensão da classe trabalhadora. Esses, por sua vez, ganham destaque nesta seção, haja vista suas aproximações gerais; entretanto, o principal foco recairá sobre o que se denomina de Formação Humana Integral.

Dentro dessa seara, é possível começar pela discussão de onnilateralidade ou formação onnilateral, já que o termo é utilizado por Marx em determinados textos, como em *A ideologia Alemã*. Quanto a esse, Manacorda (2007) realiza uma abordagem de natureza descritiva e

argumentativa, dialogando com princípios basilares para o entendimento da obra de Marx. Um desses princípios (trabalho manual e trabalho intelectual), já trabalhado na seção anterior, é mencionado por Manacorda (2007), sendo associado à relevância do homem onilateral para o pensamento marxiano:

[...] uma vez constatada a divisão do homem – devido à divisão natural e espontânea da sua atividade vital em trabalho intelectual e trabalho manual etc. – toda a pesquisa de Marx se orienta a reintegrar o homem dividido em homem total, onilateral etc. É este o fundamento de toda a antropologia e, portanto, de toda a pedagogia marxista. Nada, portanto, de *homo oeconomicus!* (MANACORDA, 2007, p. 178, grifo do autor).

Diante do pensamento do autor, fica absolutamente evidente que a perspectiva de desenvolvimento formativo que deve transparecer é inclinada à formação geral dos sujeitos. Nesse caso, recorre-se à própria etimologia da palavra, a fim de destacar o radical *omni*, que significa “tudo ou todo”. Por essa razão, pode-se inferir que a omnilateralidade é um desenvolvimento formativo em todas as dimensões ou, nas palavras de Ciavatta (2014, p. 190), “no sentido de se formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”. Assim, observa-se que a formação omnilateral representa não só um conceito, mas uma ótica política e emancipatória, necessária cada vez mais ao campo da educação, que neste caso não abarca apenas a EPT, mas todas as outras modalidades educativas.

Outro autor que também versa sobre a educação omnilateral é Moura (2013). Esse levanta aspectos da obra de Marx, Engels e Gramsci para criticar a profissionalização:

Compreende-se que tanto na formação omnilateral, politécnica ou integral, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, como na escola unitária, de Gramsci, não há espaço para a profissionalização *stricto sensu* quando se trata da formação de adolescentes, tendo como referência a autonomia e a emancipação humana. Segundo o pensamento por eles defendido, formar, ainda na adolescência, o sujeito para uma determinada profissão potencializa a unilateralidade em detrimento da omnilateralidade (MOURA, 2013, p. 707).

Nesse caso, tal pensamento será discutido posteriormente, quando o Ensino Médio Integrado for situado neste texto sob a ótica da forma de oferta com potencial para desenvolver-se como travessia à educação ampla, mas cujos entraves não permitiram tal concretização. Todavia, é importante observar que Moura (2013), assim como Ciavatta (2014) aproximam as formações omnilateral, politécnica e integral e, por isso mesmo, é que se realiza esta exposição. Moura (2013) ainda traz, em outro momento de seu estudo, que a formação omnilateral tem como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura – dimensões que serão

observadas na pesquisa documental posterior. Esse eixo estruturante também compõe outra base conceitual explorada na EPT: a politecnia, como será visto a partir daqui.

Saviani (2003) é um dos autores que utilizam de forma constante a expressão formação politécnica, apesar de outros estudiosos, como Nosella (2007), enfatizarem o distanciamento com relação a ela, haja vista a etimologia do vocábulo. Essa, de fato, orienta um sentido raso que resume os termos *polys* (muitas) e *techné* (técnica) a “muitas técnicas”, remetendo à ideia de desenvolver-se em variadas atividades de trabalho, ou pluriprofissionalização. Entretanto, sabe-se que a linguagem é produto histórico do homem e, como tal, se assenta em uma dinâmica capaz de suscitar mudanças semânticas em inúmeras direções. Dessa forma, Saviani (2003), criticando a visão que limita a politecnia, afirma que:

A noção de politecnia não tem nada a ver com esse tipo de visão. Politecnia diz respeito ao *domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno*. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e *tem como base determinados princípios, determinados fundamentos*, que devem ser garantidos pela formação politécnica (2003, p. 140, grifo nosso).

Assim, a politecnia da qual se fala aqui não se limita à múltipla capacitação do homem para o trabalho, mas dialoga com Kuenzer (2002, p. 87), para a qual a formação politécnica “[...] supõe uma nova forma de integração de vários conhecimentos, que quebra os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência” (KUENZER, 2002, p. 87). Ela se aproxima dos pressupostos mencionados nas seções anteriores, pois segundo Frigotto (2015) – autor que analisa a obra de Marx e realiza contrapontos –, a articulação entre a educação intelectual, física e tecnológica levantada por Marx, em *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório*, aponta “para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação onilateral. Essa concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica, em virtude das próprias referências do autor ao termo” (2015, p. 1060).

Num sentido ainda mais próximo do ensino que se destaca aqui, traz-se a fala de Ramos (2014), outra importante estudiosa da EPT brasileira. Para ela, o ideário da politecnia buscava:

[...] romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas (RAMOS, 2014, p. 96).

Com base na fala da pesquisadora, é possível compreender a existência de alguns pilares comuns entre as formações na EPT; essas, apesar das diferenças epistemológicas (que não são objeto de estudo desta dissertação), apresentam muito mais semelhanças na trajetória de mudanças do pensamento unilateral ainda tão presente na EPT. Por essa razão, verifica-se a partir daqui a Formação Humana Integral, tendo como pressuposto suas aproximações com os princípios e fundamentos já analisados e buscando na perspectiva de determinados teóricos as especificidades existentes.

Primeiramente, recorre-se a uma explicação dos termos “integral” e “integrado/integrada”, visando à compreensão geral dos significados dicionarizados. Posteriormente, busca-se a lógica contextual presente nas expressões formação integral e formação integrada. Isso porque os sentidos podem contemplar perspectivas práticas adquiridas durante a trajetória de implementação.

A palavra “integral” é um adjetivo cujo significado é “inteiro; total” (BECHARA, 2011, p. 741). Por sua vez, “integrado” se refere a um “conjunto cujas partes estão bem unidas ou harmonizadas, coeso, harmônico. Totalmente adaptado ao grupo que faz parte” (BECHARA, 2011, p. 741). Logo, depreende-se que ambos possuem um similar campo semântico, todavia, é necessário verificá-los no contexto educacional da EPT.

A formação integrada possui sentidos que a aproximam das demais vertentes já discutidas, quais sejam: a formação politécnica e a omnilateral. Isto significa dizer que o sentido histórico do trabalho, que carrega seu princípio educativo, bem como a superação da dualidade entre conhecimento manual e intelectual, também são aspectos marcantes e fundantes da Formação Humana Integral.

Além disso, no sentido amplo dos termos explicados no dicionário de Bechara (2011), busca-se em Ramos e Ciavatta (2011) as observações relevantes para que se identifique a formação integrada como aquela que expressa a concepção de Formação Humana Integral, permitindo, portanto, uma integração multidimensional.

No que tange à integração dessas múltiplas dimensões, enfatiza-se o trabalho, a ciência e a cultura no processo formativo dos sujeitos, e não apenas o sentido estrito de que o Ensino Médio Integrado à educação profissional possui finalidade de “relacionar processos educativos com finalidades próprias em um mesmo currículo” (RAMOS; CIAVATTA, 2011, p. 31).

Ainda acerca dessa concepção de formação humana integral, viabilizada por meio do Ensino Médio Integrado à educação profissional, Ramos e Ciavatta (2011, p. 31-32) apontam que esse tipo de desenvolvimento formativo

pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independentemente da forma como são ofertadas. O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas.

Com isso, percebe-se que a concepção de formação integrada, com suas pretensões formativas multidimensionais e amparada na ideia de trabalho como princípio educativo, não se limita à interpretação de uma formação unicamente profissionalizante. No entanto, é importante destacar que, apesar de a formação integrada não possuir caráter unilateral, a profissionalização é algo que se impõe à realidade do Brasil, seja pelo caráter econômico, seja pelo caráter dual da educação brasileira (RAMOS; CIAVATTA, 2011, p. 32).

Ato contínuo, de acordo com os comentários tecidos por Moura (2013, p. 716), reforça os argumentos que permitem a visualização do ensino médio integrado ao técnico, sob uma perspectiva de base unitária de formação geral, e se introduz a ideia de que esse pode apresentar-se como uma “travessia” para uma sociedade futura que permita, no Brasil, aos jovens das classes populares concluírem a educação básica por volta dos 17 ou 18 anos de idade e somente então pensarem em uma profissionalização.

Condensando os pensamentos dos principais autores, depreende-se que o Ensino Médio Integrado à educação profissional se apresenta como um “germe” da formação humana integral, omnilateral ou politécnica. Assim, apesar de muitas barreiras de viés político surgirem no decorrer da implementação desses ideais, muitos foram os avanços conquistados pela comunidade educacional nos últimos anos, que possibilitaram a inclusão de algumas previsões legais essenciais a permitir a materialização – ainda que não ideal – da realidade na qual vivemos.

2.4 A formação humana integral nas legislações brasileiras: recortes de uma representação necessária

Esta subseção traz um recorte das legislações norteadoras mais representativas relacionadas à EPT brasileira – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; as Diretrizes Curriculares Nacionais; a Constituição Federal de 1988, entre outras –, tendo em mente o período pós-constitucional. Tais legislações carregam diretrizes e deliberações que incidem de maneira concreta no desenvolvimento formativo de estudantes da referida modalidade educativa, além de ser um retrato da visão política por trás do cenário ora posto.

Sabendo disso, busca-se explicar sobre a necessária alusão histórica anterior ao período de 1988, a fim de compreender as contradições que estiveram presentes no país e que ainda hoje possuem ecos na EPT, sobretudo na de nível médio. Dessa forma, traça-se a partir daqui uma perspectiva condensada acerca do processo de implantação e implementação educativa no Brasil, deixando claro que a intenção não é reunir todas as informações históricas, haja vista a complexidade investigativa.

2.4.1 Breve olhar histórico para a educação brasileira até a Constituição de 1988

O período colonial brasileiro compreende a fase que vai de 1500 até 1822, ano da Independência. São, portanto, mais de três séculos sob o domínio de Portugal e, por isso mesmo, muitos aspectos sociopolíticos e socioeconômicos enraizaram-se de tal maneira que se tornaram estruturais. Entre esses, pode-se inserir a educação que, desde os primeiros ensinamentos religiosos promovidos pelos jesuítas, já se constituiu como ferramenta de dominação cultural e paralelamente seguiu como forma de separação do ensino por classe social: de um lado os nativos que eram catequizados; do outro, aqueles que teriam acesso ao ensino elementar e superior. “O primeiro passo foi organizar, nas aldeias e vilas, escolas que ensinavam a ler, escrever e também os costumes e o idioma de Portugal, sem deixar de lado a catequização dos nativos. Exerceram influência aos filhos de senhores de engenhos, aos colonos, aos escravos e aos índios” (SILVA, 2017, p. 20).

Em outra direção, vale ressaltar a organização de um sistema de ensino que não teve o mesmo planejamento, após a saída dos jesuítas. Sobre essa questão destaca-se a figura de Marquês de Pombal, ministro de Portugal entre 1750 e 1777. Esse, por sua vez, retirou o ensino jesuítico do Brasil e implantou as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Contudo, a estrutura sistêmica que antes fora implantada pelos jesuítas não foi observada durante a administração de Pombal. Dessa maneira, a educação daquele período passou por grave crise organizacional e a visão política e econômica do Marquês não se refletiu nesse setor, perdurando assim até o início do século XIX. Em comparação aos tempos atuais, Silva (2017, p. 21) analisa:

No início do século XIX, o ensino brasileiro ainda estava reduzido a um embrião, com a ajuda do desmanche do sistema jesuítico, sem algo mais estruturado para ocupar seu lugar; ou seja, desde os seus primórdios o sistema educacional em terras brasileiras vai se desenvolvendo de maneira frágil e dinamizado pelos interesses políticos vigentes pavimentando a trilha que culmina nos tempos atuais.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, muitas mudanças ocorreram. Dentre elas, destaca-se a criação de bibliotecas, o início da imprensa brasileira, a fundação do Banco do Brasil e a difusão cultural por meio do teatro, cujo espaço representava o entretenimento da nova elite advinda da burguesia que surgiu após a Revolução Francesa, ainda no século anterior. Nas artes, o espírito revolucionário do Romantismo inspirava novas ondas de emancipação atreladas a movimentos sociais provenientes da Europa. Na educação brasileira, a divisão de classes se tornou ainda mais presente, uma vez que o “embrião das reformas pombalinas de criação de uma escola útil às intenções do Estado continuou, mas, agora, tendo como objetivo a formação da ‘elite dirigente’” (SILVA, 2017, p. 22).

Dentro desse contexto, Filho (2012, p. 97-98) salienta que:

A chamada “Escola Clássica” estava em ascensão e as ideias passavam pelos produtos ingleses desenvolvidos pela Revolução Industrial. As ideias filosóficas eram alimentadas pelo Iluminismo, que triunfava na cabeça dos intelectuais, filhos das elites, porque o povo não tinha acesso e nem conhecia nenhum tipo de modismo, aprendia no máximo uma profissão com seus familiares ou pares.

Vê-se que esse período apresentou contradições, haja vista o pouco investimento dado à “educação básica”, considerando que na Constituição de 1824 decretava-se “a instrução primária e gratuita a todos os Cidadãos”. Antes disso, Dom João criara talvez o embrião do ensino profissional, inaugurando instituições com esse perfil, como “a Academia da Marinha no Rio de Janeiro (1808), a Academia Real Militar (1810) e os cursos de Anatomia e Cirurgia, o Laboratório de Química, o curso de Agricultura e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816)” (SILVA, 2017, p. 22).

O fim deste século foi marcado pela ideia de um “novo Brasil” e com isso a filosofia positivista de escola laica, pública e gratuita ganhou força. No entanto, o país enfrentava forte crise social pós-abolição e os ideais mais democráticos não se efetivaram da maneira esperada pelos adeptos do “novo Brasil”. A educação profissional, nesse caso, ganhou ares de política assistencialista: “o governo central, sob o discurso do atendimento, ou melhor, sob a bandeira do assistencialismo, objetivou ministrar a instrução primária (intelectual) e profissional (técnica) a uma determinada clientela” (KUNZER, 2009, p. 14), essa clientela era constituída pelos “desvalidos” que passaram a ser instruídos para um ofício. Nesse contexto, verifica-se o ensino profissional voltado para preencher uma lacuna social, distanciando-se do trabalho como princípio educativo. Tal perspectiva permaneceria no século seguinte

O processo de industrialização tardio ocorrido no Brasil é análogo à instabilidade das diretrizes relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica. Durante quase todo o século

XX, o que se verifica é a queda de braço entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, deixando a formação humana integral em segundo plano. Apesar disso, as lutas pela educação pública e gratuita, além das tentativas de promover a formação omnilateral, merecem destaque em momentos pontuais.

O primeiro deles foi a criação do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, ambos em 1930, com denominações diferentes dessas, mas que contribuíram para a organicidade da EPT no Brasil. É evidente, no entanto, que neste primeiro momento a finalidade dos ministérios era inclinada para o aumento da mão de obra, ao passo que o processo de industrialização era impulsionado pelo governo de Getúlio Vargas. Vale lembrar que essa mão de obra continuava se constituindo da classe menos favorecida.

A Reforma Capanema, de 1937, “estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial, reformulou o ensino secundário e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI” (SILVA, 2017, p. 28). A partir dela, nota-se no texto original avanços no sentido de promover a educação omnilateral e de diminuir a dualidade entre trabalho manual e intelectual, contudo na prática isso não se efetivou. Ao longo dos anos, outros documentos e decretos-lei foram implementados; alguns visavam à educação pública e gratuita e, por consequência, à formação humana integral; outros demonstravam perspectivas mais voltadas à privatização e ao mercado de trabalho. No entanto, a construção de diretrizes mais sólidas foi se desenhando em meio a essas discussões, até que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação se fixou em 1961, conduzindo a um currículo mais democrático.

De 1964 a 1985, o Brasil passou pelo período de ditadura militar. Com isso, muitas mudanças ocorreram no cenário político e influenciaram diretamente o sistema educacional:

Em 1964 houve um golpe civil-militar no Brasil, período em que as empresas educacionais alcançaram notável expansão, por meio do trabalho do Estado que criava mecanismos expressivos de ordem legal, como a Constituição, que abriram espaço para a iniciativa privada ao tratar a educação como mercadoria. Os governantes militares tentaram se desresponsabilizar ao máximo com a educação pública gratuita para todos e estabeleceram as condições legais que viabilizaram a transferência de recursos públicos para a rede particular de ensino (SILVA, 2017, p. 32).

A articulação de movimentos sociais, sobretudo a partir de 1985, culminou na Assembleia Constituinte de 1987. Nesse ano, os embates entre os que defendiam a escola mais acessível e aqueles que visavam ideias de privatização alcançaram forte expressão. O discurso pela luta da promoção de uma escola laica, gratuita, de qualidade e integradora estava em evidência, contudo: “Um grupo de lideranças de vários partidos [...] julgava o projeto apresentado ao plenário de cunho ‘socialista’. A partir dessa concepção, uma mudança

regimental foi imposta, o que possibilitou a apresentação de um projeto de Constituição alternativo” (SILVA, 2017, p. 35). Com as alterações, a responsabilidade do Estado em relação à escola como direito de todos foi amenizada; além disso, as lacunas deixadas no texto possibilitaram inserções privativas no ensino.

Após a essa alusão histórica necessária ao entendimento das contradições presentes no processo educativo brasileiro, organiza-se a partir de agora as perspectivas relacionadas aos recortes documentais selecionados para o atendimento do objetivo específico 2 desta dissertação: averiguar recortes legislativos direcionados à Educação Profissional e Tecnológica, compreendidas no período pós-constituição de 1988, relacionando-as com as bases conceituais que orientam a perspectiva de Ensino Médio Integrado como caminho para a Formação Humana Integral. Logo, expõe-se a partir daqui o conjunto escolhido como objeto de discussão articuladora aos princípios e fundamentos observados nas seções anteriores.

2.4.2 Textos e contextos: legislações e contradições na EPT brasileira

Esta subseção apresentará os recortes dos seguintes documentos: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/lei n.º 9.394/96); o Decreto 2.208/97, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), o Decreto 5.154/2004, a Lei n.º 11.741/2008 e, de maneira mais específica ao lócus deste estudo, será analisado também o Plano Pedagógico Institucional do IFAM (PPI 2019-2023).

De início, demonstra-se o art. 6.º da Constituição Federal para observar os seguintes dizeres:

Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, p. 15).

Nessa passagem, a educação encontra-se como um direito social do indivíduo, além de outros aspectos imprescindíveis para o cidadão. Sendo, pois, um direito, cabe ao Estado promover as formas eficazes de torná-lo efetivo, promovendo a integralidade do indivíduo. Nas palavras de Ramos (2014, p. 86): “como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.

Outra passagem da Constituição (art. 22, XXIV, p. 23) expressa que à União compete legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, fator que será detalhado em documento específico, mas que já demonstra a responsabilidade do gerenciamento basilar da educação. Nessa mesma direção, observa-se outra responsabilidade em conjunto, referindo-se aos Estados, Distrito Federal, Municípios e União. Esses precisam “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 2021, p. 24, art. 23, V). Dessa forma, verificam-se elementos fundantes e muito relevantes para a concepção de educação que se mostra como integral aqui neste trabalho.

Tal percepção fica estampada na amplitude direcionada às dimensões como cultura, ciência, tecnologia e pesquisa, perspectiva ampla que é corroborada no art. 205 da CF: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, *visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” (BRASIL, 2021, p. 109). No artigo referido, identificam-se algumas passagens que se articulam à integralidade do estudante, tal como o “pleno desenvolvimento”, que na visão da formação humana se refere ao caráter omnilateral, bem como “o exercício para a cidadania”, aspecto com finalidade social. Todavia, percebe-se ainda que um dos focos demonstrados no artigo é a “qualificação para o trabalho”, o que de certa forma caminha num sentido mais unilateral, já que a expressão qualificação remonta ao “mercado de trabalho” ou à “profissionalização”, essa última vista também no art. 227 da mesma Constituição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à *educação*, ao lazer, à *profissionalização*, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2021).

Num sentido mais abrangente, o referido artigo evidencia a divisão das responsabilidades relativas aos sujeitos sociais. Vê-se o papel da família, sociedade e do Estado em inúmeras direções, sobre as quais procuramos destacar a educação e a profissionalização, como citado no parágrafo anterior. Compreende-se, com base nisso, que a própria Constituição Federal utiliza termos característicos da unilateralização formativa, e ainda por cima como um dever. Tal aspecto é mostrado aqui como um agravante, já que o uso da palavra “profissionalização” está situado num campo discursivo cuja crítica entre os maiores pensadores do campo formativo é constante. Para tanto, recorre-se à incisiva fala de Gramsci

(1982, p. 118), para o qual seria preciso “[...] abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ e ‘formativa’, [...] bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados”. Vê-se, com isso, uma orientação e uma forte argumentação para que a escola não se ocupe apenas em profissionalizar o estudante, traçando para o educando uma trajetória laboral.

Após situar os recortes referentes à Constituição Federal e o que compete à educação, caminha-se para o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n.º 9.394/1996) traz com relação à temática formativa. Para isso, põe-se em cena o art. 36-A, com o intuito de analisar o que essa legislação dispõe:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Como se pode ver, o artigo, sem especificar a modalidade técnica e profissional, situa alguns aspectos importantes de serem apontados no percurso formativo de um estudante do ensino médio, tais como: a) o atendimento à “formação geral do educando”; b) a “preparação para o exercício de profissões técnicas”; c) a “preparação geral para o trabalho”; d) a “habilitação profissional”. Todos esses, num contexto geral, sugerem uma priorização para uma atividade profissionalizante, embora haja a necessidade de atender à formação geral, compreendida aqui como aquela se dedica a promover os conhecimentos, habilidades e competências globais relativas às áreas das linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, conforme vem sendo preconizado principalmente nos parâmetros avaliativos. Todavia, os termos utilizados remontam mais uma vez à crítica enfatizada por autores da EPT brasileira já citados em outras seções.

Noutro fragmento, a lei n.º 9.394/96 especifica o campo de discussão e propõe diretrizes organizativas para a educação profissional técnica de nível médio. Entre essas, evidencia-se aqui a forma de oferta integrada, com base no que diz o art. 36-C:

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno (BRASIL, 1996, p. 30).

Opta-se por destacar a forma integrada pela relevância que esta assume na presente pesquisa, ao passo que o ensino médio integrado, como já expresso noutros momentos deste texto, carrega o cerne do pensamento para a formação humana integral, politécnica e omnilateral. Entretanto, verifica-se no art. 36-C uma contradição com essas referidas bases da EPT, uma vez que o trecho deixa explícito que o curso integrado deve ser planejado para “conduzir o aluno à habilitação profissional”. Com isso, é perceptível o distanciamento dessa perspectiva com a integralidade da formação discente, havendo, portanto, uma priorização da habilitação profissional. Nas palavras de Frigotto (2001, p. 80):

Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária – que habilite o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração.

Apesar de os fragmentos aqui analisados demonstrarem uma tendência unilateral – especialmente para a profissionalização do estudante –, é possível indicar um trecho da LDB no qual se notam outras dimensões para o desenvolvimento formativo do educando. Tal passagem está presente no Capítulo III da referida lei, mais especificamente no art. 39: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às *dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia*” (BRASIL, 2021, p. 31, grifo meu). Nessa direção, destacam-se essas últimas dimensões citadas, articulando-as ao pensamento de Ramos (2014, p. 95), quando esta argumenta que:

Trabalho, ciência, tecnologia e cultura formam uma unidade, sendo indissociáveis da formação humana, tendo o trabalho como categoria central, nas suas dimensões ontológica e histórica. Disto decorre o trabalho como princípio educativo a orientar um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana. A pesquisa, por sua vez, é um princípio pedagógico. Esse princípio está intimamente relacionado ao trabalho como princípio educativo, o qual ao ser assumido em uma educação integrada contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho.

Concordando com os aspectos explicitados pela autora, vê-se agora um caminho contrário ao que se entende por integração entre o mundo do trabalho e o trabalho intelectual. O decreto 2.208, proposto no ano de 1997, foi um documento que gerou muitos entraves no âmbito da EPT.

No âmbito do Ministério da Educação, uma medida fundamental foi a desorganização do histórico ensino técnico de nível médio promovida pelo Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, restaurando diversos princípios já criticados quando da tramitação do PL 1603/96 na Câmara dos Deputados (RAMOS, 2014, p. 54).

O texto do referido decreto inviabilizou a possibilidade de organizar o ensino médio de forma integrada à educação profissional, insistindo num modelo separador, unilateral, paralelo. Além disso, o decreto destacou o viés assistencialista e produtivista, especialmente no que consta no artigo 4:

A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular (BRASIL, 1997, n. p., grifo nosso).

É possível notar nos trechos em destaque algumas expressões que denotam a priorização de um desenvolvimento formativo para atender à demanda profissional ou, em outras palavras, formar o estudante para suprir as vagas que existem no mundo do trabalho. Nesse caso, salienta-se ainda o fato de que tal atendimento à demanda está limitado ao “grau de conhecimento e nível de escolaridade do aluno”, pensamento que desconsidera a integralidade do sujeito.

A ideia aparente no decreto 2.208/97 é profissionalizante e redutora, sem a preocupação com a integração – o que seria um primeiro passo para a busca de uma formação omnilateral. Nota-se, meramente, um texto que enfatiza, no art. 40, o desenvolvimento da educação profissional “em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada” (BRASIL, 1997, n. p.). Logo, não há uma segurança expressamente voltada para a integração entre os conhecimentos, mas uma concepção que apenas contribui para a dualidade tão presente no ensino e na sociedade.

Nesse contexto, cabe observar as mudanças ocorridas após a revogação do decreto analisado anteriormente, por meio do documento 5.5154/2004, cuja configuração traz em seu bojo importantes aspectos para caminhar no sentido de uma perspectiva mais integradora. Segundo Ramos (2014, p. 10): “O conteúdo do Decreto n. 5.154/2004, por sua vez, reveste-se de alguma polêmica, mas tem possibilitado debates importantes e perspectivas progressistas para a política de educação profissional, especialmente em relação à possibilidade de integração com o ensino médio”.

Para sintetizar os aspectos positivos advindos do decreto em questão, busca-se mais uma vez o olhar de Ramos (2014, p. 67), para a qual os principais fatores de avanço destinado ao desenvolvimento de uma educação profissional mais integradora foram: “a implantação do PROEJA, a expansão da rede federal, o apoio aos sistemas estaduais por meio do Programa Brasil Profissionalizado”. Além disso, Ramos (2014, p. 67) observa que:

Essas ações se articulam no plano de uma política pública de educação tecnológica com as seguintes características: a) implicam, respectivamente, as redes estaduais e a federal, atingindo, então, a totalidade do sistema público que atua na educação profissional; b) apresentam metas físicas e financeiras claras; c) particularmente no primeiro caso, vêm acompanhados de um documento básico que dispõe sobre princípios e diretrizes fundamentais para as ações políticas e pedagógicas realizadas sob a sua égide.

De forma técnica, as possibilidades advindas a partir do decreto n. 5.154/2004 abriram um cenário mais direcionado e, apesar de não evidenciar todos os fatores e características requeridas pela formação integral, permitiu um significativo avanço quando comparado à ideia de mera empregabilidade presente no decreto 2.208/97. Para tanto, destaca-se ainda que uma das maiores conquistas do decreto 5.154/2004 foi a “superação do impedimento de se integrar curricularmente o ensino médio e a formação técnica, desde que atendida a formação básica do educando, conforme prevê o parágrafo 2.º do artigo 36 da LDB, atendendo às necessidades deste país e de seus cidadãos” (RAMOS, 2014, p. 73).

Nesse caminho, evidencia-se ainda a lei n. 11.741/2008, cuja relevância para a EPT é grande, tendo em vista que algumas menções presentes em documentos anteriores limitavam-na, conforme explica Ramos (2014, p. 78):

Uma relevante medida foi a incorporação dos termos do Decreto n. 5.154/2004 na LDB, por meio da Lei n. 11.741, de 16 julho de 2008. A finalidade dessa emenda na LDB é explicitada no caput da lei, quando se diz que esta altera dispositivos da Lei no 9.394/96 para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Como se pode ver, a lei destacada contribuiu para maior segurança da perspectiva integradora defendida até aqui, uma vez que à LDB foram incorporados os aspectos ampliados presentes no decreto n. 5.154/2004. Assim, os movimentos vistos até aqui demonstram o quanto a formação no campo da educação profissional passou por embates na defesa de um projeto integrado, a fim de diminuir as dicotomias presentes na sua seara.

No que compete às Diretrizes Curriculares Nacionais, foca-se inicialmente no Parecer CNE/CEB n.º 5/2011 que deu origem à Resolução CNE/CEB n.º 2/2012. Essa instituiu as

diretrizes para o ensino médio de modo global, trazendo em seu texto uma seção dedicada ao que foi denominado de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para tanto, opta-se por organizar um quadro expositivo, com a intenção de levantar os pontos julgados como mais expressivos. Segue, desse modo, o quadro 02:

Quadro 2 - Dimensões observadas no Parecer CNE/CEB n.º 5/2011

Dimensão	Texto
Superação do dualismo	A identidade do Ensino Médio se define na superação do dualismo entre propedêutico e profissional . Importa que se configure um modelo que ganhe uma identidade unitária para esta etapa e que assuma formas diversas e contextualizadas da realidade brasileira .
Problemática da profissionalização	A profissionalização nesta etapa da Educação Básica é uma das formas possíveis de diversificação , que atende a contingência de milhares de jovens que têm o acesso ao trabalho como uma perspectiva mais imediata .
Necessidade da busca por um emprego	Parte desses jovens, por interesse ou vocação, almejam a profissionalização neste nível, seja para exercício profissional, seja para conexão vertical em estudos posteriores de nível superior . Outra parte, no entanto, precisa para prematuramente buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem subsistência .
Crítica ao modelo hegemônico	Esta profissionalização no Ensino Médio responde a uma condição social e histórica em que os jovens trabalhadores precisam obter uma profissão qualificada já no nível médio . Entretanto, se a preparação profissional no Ensino Médio é uma imposição da realidade destes jovens, representando importante alternativa de organização, não pode se constituir em modelo hegemônico ou única vertente para o Ensino Médio pois ela é uma opção para os que, por uma ou outra razão, a desejarem ou necessitarem .
O ensino médio sob uma base unitária	O Ensino Médio tem compromissos com todos os jovens. Por isso, é preciso que a escola pública construa propostas pedagógicas sobre uma base unitária necessariamente para todos, mas que possibilite situações de aprendizagem variadas e significativas, com ou sem profissionalização com ele diretamente articulada .

Fonte: autoria própria (2021) com base no parecer CNE/CEB n.º 5/2011.

Em todas as passagens verificadas neste trecho do Parecer, é possível organizar uma trajetória em direção à Formação Humana Integral, sobretudo aos fundamentos que a balizam. Esses estão organizados de maneira categórica, sendo que uma delas carrega um cenário já problematizado aqui: a superação da dualidade entre os conhecimentos intelectuais e práticos. Contudo, é importante destacar que o Parecer também problematiza um contexto muito necessário para a realidade brasileira, isto é, a profissionalização dos jovens que necessitam de um norte para atender suas carências. Sobre isso, Ciavatta (2014, p. 199) argumenta que:

À semelhança dos países que universalizam a educação básica até o ensino médio, para toda a população, urge superar essa conjuntura da sociedade brasileira, de grande

pobreza e carência de investimentos substantivos nas políticas sociais. E constitua-se uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa e que, assim, não exija dos jovens a profissionalização precoce nesse momento educacional, mas possa remetê-la, nos termos de Gramsci (1981), a uma etapa posterior em que a maturidade intelectual lhes permita fazer escolhas profissionais.

É fundamental destacar ainda que as DCNEM apresentam definições muito claras, no art. 5.º, quanto à perspectiva de formação integral dos discentes. Nele são vistas dimensões articuladas e fundamentais para a composição de um desenvolvimento politécnico, conforme pode ser observado a seguir:

Art. 5.º O ensino médio **em todas as suas formas de oferta** e organização, baseia-se em:

I – formação integral do estudante;

II – trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; [...]

§ 1º O **trabalho** é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º A **ciência** é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º A **tecnologia** é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º A **cultura** é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BRASIL, 2013).

Nesse artigo das DCNEM, é possível verificar, pela primeira vez, alguns fundamentos já vistos no capítulo teórico desta dissertação. Observa-se com clareza o trabalho como princípio educativo, a perspectiva ontológica do trabalho como transformação da natureza, além da ciência, da tecnologia e da cultura como dimensões essenciais para o desenvolvimento formativo do estudante. Dessa forma, é possível verificar a multiplicidade de conhecimentos que podem nortear a educação profissional, sem, contudo, pensar nesses conhecimentos de maneira fragmentada, mas sobretudo de forma indissociável,

[...] mesmo que, inicialmente, não seja na plenitude do conceito de politecnicidade para todos, mas que se garanta para todos a indissociabilidade entre formação intelectual, física e tecnológica, sem, com isso, abandonar a denúncia e o combate a todas as atrocidades cometidas contra essas crianças, adolescentes e jovens [...] (MOURA, 2013, p. 715).

Além das DCNEM, será vista aqui a Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021. Essa definiu recentemente as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT), situando-se de modo mais específico ao campo de

estudo da EPT. Assim, concentra-se a perspectiva inicial sobre o art. 2.º, salientando os fatores que se aproximam do art. 5.º das DCNEM, vista na citação anterior. Desse modo, tem-se:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é **modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional**, integrada às demais modalidades de educação e às **dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia**, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (BRASIL, 2021, s.p., art. 5.º, grifo meu).

Todavia, apesar de trazer fragmentos daquilo que se considera como formação integral, as DCNEPT trazem outros princípios que, em certa medida, contradizem a referida visão formativa. Isso fica evidente, por exemplo, no inciso I do art. 3.º, quando nele é citado que a EPT deve se articular com o setor produtivo “com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes” (BRASIL, 2021, s.p., grifo meu). Nesse caso, a visão “operacional” e a “inserção laboral” são pensamentos fortemente criticados por Machado (2008), para a qual é necessário superar tais questões e avançar no sentido de uma educação ampla e integrada no contexto da EPT. No entanto, o mesmo art. 3.º traz inúmeros outros incisos nos quais se notam aspectos da formação integral, tais como: “o trabalho como princípio educativo”, “pesquisa como princípio pedagógico”, “indissociabilidade entre educação e prática social”, “superação da fragmentação do conhecimento”, além da integração já vista entre a ciência, o trabalho, a cultura e a tecnologia.

De forma sintetizadora, é possível inferir que entre as DCN e as DCNEPT existem pontos de aproximação muito claros, haja vista o esforço para a manutenção de uma base que destaca a integração entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. Esses pilares, como já visto, são fundamentais para que a formação ampla e integradora se concretize no ensino regular e técnico. No caso dos institutos federais, é mais do que necessário um avanço para assegurar tais diretrizes.

Contudo, apesar da aproximação entre ambos, é válido destacar que o primeiro documento (a DCN para a educação profissional e tecnológica) foi elaborado num contexto político distinto do segundo. Isto é, enquanto o documento mais recente passa por questões relacionadas ao sucateamento e à interferência direta nos direitos democráticos dos IFs, o segundo foi aprovado em um contexto progressista. Isso permite uma reflexão sobre os contextos de luta, posicionamento e enfrentamento sobre a qual a formação humana integral está assentada.

Desse modo, o que se pode observar é que os documentos nacionais até então analisados trazem uma perspectiva que, por vezes prioriza a unilateralização formativa no sentido técnico-laboral e profissionalizante, e noutros momentos constitui-se de princípios voltados às bases que sustentam a formação humana integral. Compreende-se, nesse caso, que as contradições legislativas repercutem na prática educativa dentro dos cursos técnicos de nível médio e, por isso mesmo, é necessário conhecê-las para a construção do pensamento crítico e transformador.

Para finalizar esta etapa, parte-se para um documento que é específico ao lócus desta pesquisa, bem como é norteador para o contexto do Ensino Médio Integrado. Trata-se, portanto, do Projeto Pedagógico Institucional do IFAM (PPI 2019-2023), especialmente no que se refere à seção “Princípios Filosóficos e teórico-metodológicos”, uma vez que essa engloba inúmeras subseções, as quais carecem de análise para a compreensão do alinhamento (ou não) com as bases da EPT.

Desse modo, foi realizada uma leitura geral do documento na tentativa de encontrar elementos que pudessem ser discutidos. Após isso, optou-se por estruturar um recorte das passagens mais relevantes para este estudo. Nesse sentido, elaborou-se o quadro 03 para sistematizar os trechos que serão analisados:

Quadro 3 - Recortes do Plano Pedagógico Institucional do IFAM

Seção	Recorte da seção
Concepção de Ser humano	<p>[...] compreende o ser humano como produtor de cultura, ou seja, capaz de dar sentido à própria existência no mundo por meio de sua ação mobilizadora em contato com a natureza e através de sua ação sobre esta (p. 4).</p> <p>O IFAM, a partir desta concepção de ser humano, enquanto sujeito cognoscente, único e coletivo, capaz de intervir socialmente por meio de sua ação mobilizadora direciona suas práxis de modo que se desenvolva uma educação que se contraponha à desigualdade social, cujos conhecimentos e valores construídos o direcionem para uma compreensão crítica e transformadora da realidade (p. 5).</p>
Concepção de Trabalho	<p>É pela compreensão do trabalho como formador e formativo que o IFAM, na organização de seus currículos, pretende o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem aos educandos atuarem frente à diminuição da desigualdade social e com vistas a uma capacidade emancipatória (p. 7).</p> <p>Dessa maneira, ciente da função social da escola e da Educação, o IFAM se alinha à organização de um currículo de Educação Profissional e Tecnológica que promova cotidianamente o desenvolvimento de práticas pedagógicas que se assentem na perspectiva do desenvolvimento integral do sujeito por meio da associação e da integração da tônica do trabalho, aliada à formação intelectual, à formação física (entendida como o equilíbrio dos efeitos deletérios do trabalho à saúde) e à formação tecnológica, sugerindo a formação humana integral do educando [...] (p. 8).</p>
Concepção de Educação	<p>Concebe-se, então, a educação em um processo de ampliação e de desenvolvimento humano. Essa deve encaminhar para o exercício de uma identidade crítica e emancipatória, fundamentada nas ideias de liberdade e de autonomia, pautando-se</p>

	em uma ação política e de transformação social [...]. O conceito de educação politécnica compõe o alicerce fundante deste caminho e se constitui na desfragmentação entre teoria e prática e na articulação entre formação intelectual e produção material (p. 9).
Concepção de Currículo	compreende-se currículo associado ao conceito de formação integral fundamentado numa discussão sobre concepção de mundo, de sociedade e cultura, de ser humano, da educação e de trabalho, pautado em princípios éticos, políticos, cognitivos, ou seja, na formação de um sujeito crítico e conhecedor de seus direitos e deveres na construção de uma sociedade menos desigual (p. 10). Em linhas gerais, a concepção de currículo que embasa a atuação docente no IFAM ancora-se no currículo integrado. E o currículo integrado pressupõe prática pedagógica contextualizada, em que se considerem as diversas dimensões da vida dos alunos e das práticas sociais em que estão inseridos (p. 11).
Currículo (s) e a Integração entre a Formação Geral e Profissional	Essa prerrogativa legal representa para os jovens e adultos trabalhadores uma possibilidade real de inserção no mundo do trabalho, e sobretudo no contexto da ciência, da tecnologia, do trabalho e da cultura, eixos articuladores do currículo e que representam dimensões indissociáveis da formação humana (p. 21-22). Como uma das principais frentes de atuação dos IFs, a oferta do Ensino Médio Integrado, compreendido como fio condutor da formação humana integral, representa um papel social diferenciado e oportunidade concreta para que jovens e adultos trabalhadores possam transformar-se em sujeitos competentes tecnicamente, críticos, autônomos e emancipados (p. 22).

Fonte: autoria própria (2021) com base nos recortes extraídos no PPI IFAM (2019-2023).

Conforme as subseções apresentadas no quadro, é possível verificar 5 linhas discursivas. Para isso, remonta-se alguns recortes na coluna 2, os quais trazem de maneira bastante evidente muitos aspectos relacionados às bases conceituais da EPT. Por isso mesmo, serão pontuados aqui as principais bases identificadas, seguindo a ordem apresentada no quadro.

A primeira delas se refere ao sentido ontológico do trabalho e a importância dessa visão para compreender o ser humano. Esse aspecto está presente principalmente nas subseções “concepção de ser humano” e “concepção de trabalho”. Em ambas se vê a relação do homem com a natureza, destacando-se o papel dele na transformação do que está à sua volta. Com isso, o ser humano é capaz de atender às próprias necessidades, mas também de promover a práxis fundamental ao seu desenvolvimento educativo. O IFAM, de acordo com o PPI, caminha para uma EPT dedicada às práticas pedagógicas que se assentem na perspectiva do desenvolvimento integral do sujeito, prezando pela associação e integração “da tônica do trabalho, aliada à formação intelectual, à formação física (entendida como o equilíbrio dos efeitos deletérios do trabalho à saúde) e à formação tecnológica” (IFAM, 2019, p. 9).

Outra base identificada no documento é a politecnia, tendo como foco a superação da dicotomia entre o trabalho conceitual e o trabalho intelectual. Além disso, o PPI deixa explícito a postura crítica e emancipatória que deve estar presente na formação do estudante, sobretudo

na subseção “Concepção de Educação” e “Concepção de Currículo”. As visões abrangentes, integrais e articuladas são vistas como pilares de uma educação multidimensional, pressupondo uma “prática pedagógica contextualizada, em que se considerem as diversas dimensões da vida dos alunos e das práticas sociais em que estão inseridos” (IFAM, 2019, p. 11).

Nessa mesma linha de pensamento, observa-se a terceira e última base conceitual identificada nos recortes: a integração entre a formação geral e profissional. Essa apresenta um grau de relevância muito grande no Instituto, especialmente para o Ensino Médio Integrado, haja vista a necessidade de formação técnica para a realidade atual do país, ao mesmo tempo em que não se deve retratar uma profissionalização desarticulada para exclusiva geração de mão de obra. Para isso, o PPI do IFAM compreende que o EMI é o “fio condutor da formação humana integral, representa um papel social diferenciado e oportunidade concreta para que jovens e adultos trabalhadores possam transformar-se em sujeitos competentes tecnicamente, críticos, autônomos e emancipados” (IFAM, 2019, p. 22).

4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa qualitativa é marcada pela natureza discursiva que expressa as nuances da trajetória investigativa e dos dados coletados e inferidos num percurso científico (SEVERINO, 2013). Partindo dessa perspectiva, esta seção trará a expressão do caminho metodológico realizado durante o período compreendido entre 2019 e 2022, no qual se desenvolveu este trabalho. Assim, pretende-se evidenciar aspectos relativos à concepção da temática aqui apresentada, bem como a abordagem, os instrumentos de coleta e as técnicas de análise e interpretação dos resultados.

Nessa direção, buscar-se-á apoio em autores que versam sobre a metodologia da pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, adequando cada passo escolhido ao contexto no qual este estudo está alocado. Além disso, esta seção descreve o caminho ético percorrido para a realização concreta desta dissertação, tendo em mente que tal trajetória foi de suma importância para a segurança física e emocional dos envolvidos no cumprimento do trabalho, haja vista o contexto pandêmico que se sucedeu nos últimos anos.

4.1 Perspectivas gerais da trajetória construtiva: justificativa, delimitações e tipos de pesquisa

A presente pesquisa partiu de uma articulação entre o conhecimento teórico adquirido e desenvolvido nas disciplinas do curso de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, bem como na atuação profissional deste pesquisador, no ramo da advocacia. Assim, o conhecimento intelectual, unido à experiência com o meio legislativo, germinou uma ideia que associa as bases conceituais da EPT com a legislação da área, salientando a importância que ambas possuem na evolução do processo formativo para a Formação Humana Integral.

Nesse percurso, caminhou-se pelas leituras de autores que salientam a necessária compreensão de princípios e fundamentos que amparam a EPT numa perspectiva emancipatória, democrática, crítica e construtiva. Desse modo, a preocupação com a efetividade desses princípios fez surgir a carência de uma delimitação que permitisse um estudo científico adequado ao programa de mestrado já mencionado. Assim, especificou-se um olhar voltado para o Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), por entender que a referida forma de oferta era vista como um dos focos para a Formação Humana Integral.

Restava ainda delimitar um período para a análise das legislações que seriam incorporadas ao trabalho, dada a complexidade histórica que cada uma delas carrega. Por essa razão, afinou-se uma ótica para o período pós-constituição de 1988, pensando na qualidade futura da análise que seria realizada, bem como na importância das informações selecionadas no que se refere ao diálogo com as bases conceituais da EPT.

Direcionado a essas delimitações, buscou-se estruturar um projeto de pesquisa que abarcasse as seguintes questões: a) De que modo as legislações educacionais do período pós-constituição de 1988 se articulam com os fundamentos conceituais que dão base à EPT? b) Qual a percepção discente acerca das bases conceituais e das legislações que orientam a EPT brasileira? c) Qual a relação entre o que os discentes do nível médio integrado conhecem sobre legislações e bases conceituais da EPT e a promoção do desenvolvimento formativo integral no EMI?

Essas questões norteadoras conduziram a ótica investigativa deste trabalho, possibilitando a manutenção do foco. Além dessas, outra importante pergunta com característica norteadora foi elaborada para o cumprimento de uma das exigências do mestrado profissional, isto é, a construção de um produto destinado ao processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, estruturou-se a indagação: d) É possível que a construção de um blog específico para estudantes do ensino médio integrado funcione como uma ferramenta pedagógica capaz de contribuir com a ampliação do conhecimento discente acerca das legislações norteadoras e das bases conceituais da EPT brasileira?

Assim, formulou-se o escopo adequado para a sistematização dos objetivos gerais e específicos presentes nesta dissertação, quais sejam: 1) discutir as bases conceituais da EPT brasileira, evidenciando a perspectiva formativa da Formação Humana Integral, bem como os princípios que a sustentam; 2) averiguar as principais legislações direcionadas à Educação Profissional e Tecnológica, compreendidas no período pós-constituição de 1988, relacionando-as com as bases conceituais que orientam a perspectiva de Ensino Médio Integrado como caminho para a Formação Humana Integral; 3) analisar as percepções dos discentes vinculados ao curso técnico de nível médio integrado em Química, IFAM, *Campus* Manaus Centro, no que se refere ao conhecimento direcionado às legislações, à finalidade do EMI e às bases conceituais da EPT brasileira; 4) elaborar um blog para difundir recortes das legislações norteadoras e os conceitos bases da EPT, bem como os resultados desta pesquisa, tendo como público-alvo os estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado.

Percebe-se, portanto, um caminho naturalmente trilhado em direção ao fazer científico na seara da EPT. Contudo, apesar dessa visão ora simplista, não se pode deixar de citar os

entraves advindos do contexto pandêmico decorrente do alastramento do vírus Sars-cov-2, que originou a doença conhecida como covid-19. Essa provocou milhões de mortes por todo o mundo, alterando sobremaneira o modo de vida com o qual todos estavam acostumados. Por essa razão, a presente pesquisa necessitou de reestruturações singulares, como na aplicação das técnicas de coleta e na forma de comunicação com os sujeitos participantes da pesquisa.

Ainda nesse contexto, cabe ressaltar o imprescindível cumprimento dos movimentos éticos da pesquisa. Nesses, destaca-se a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFAM, cujo parecer favorável foi expresso pelo CAE 38491120.1.0000.8119, n.º do parecer: 4.548.397 (Anexo A). A partir dessa deliberação, foi possível seguir com as etapas efetivas da pesquisa, aqui divididas em duas partes: a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Com base nisso, passa-se a descrever a primeira etapa do levantamento de dados deste trabalho.

4.1.1 Pesquisa documental

A literatura acadêmica traz diversas conceituações para o que se denomina Pesquisa documental. Nesta dissertação, opta-se pelas autoras Marconi e Lakatos (2003), as quais trazem argumentos sistemáticos com a finalidade de facilitar a compreensão deste processo tão relevante. Assim, compreende-se que: “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Nesta pesquisa, busca-se o que as autoras denominam de fontes primárias, especialmente ao que elas conferem como documentos de arquivos públicos, como leis de origem municipal, estadual ou nacional (MARCONI; LAKATOS, 2003). Desse modo, os principais documentos utilizados neste texto estão dispostos no quadro 04:

Quadro 4 - Pesquisa documental: panorama geral dos materiais utilizados na pesquisa

Título do documento	Ano
Constituição Federal de 1988 (recortes do Título que trata sobre a Educação)	1988
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); Lei n.º 9.394/96.	1996
Decreto 2.208/97	1997

Decreto 5.154/2004	2005
Lei n.º 11.741/2008	2008
Parecer CNE/CEB n.º 5/2011 que deu origem à Resolução CNE/CEB n.º 2/2012	2011 e 2012
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	2013
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM)	2013
Resolução CNE n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT)	2021
Projeto Pedagógico Institucional do IFAM (2019-2023)	2019

Fonte: autoria própria (2021).

Mediante essa organização, trabalhou-se a referida pesquisa em articulação com os fundamentos da EPT, visando alcançar principalmente um dos objetivos específicos: averiguar legislações direcionadas à Educação Profissional e Tecnológica, compreendidas no período pós-constituição de 1988, relacionando-as com as bases conceituais que orientam a perspectiva de Ensino Médio Integrado como caminho para a Formação Humana Integral. Dessa maneira, evidenciou-se uma integração entre a pesquisa documental e a discussão teórica destacada no início do trabalho.

4.1.2 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo concretizada nesta investigação carrega alguns fatores diferenciados, uma vez que precisou ser realizada com o apoio das Tecnologias de Informação e Comunicação, haja vista o contexto decorrente da pandemia. Em outras palavras, a pesquisa não foi realizada no ambiente físico dos participantes, mas no espaço remoto que passou a ser utilizado por todos os agentes e profissionais da educação: o meio virtual.

Aqui, abre-se um parêntese para salientar o papel do Comitê de Ética que conduziu as obrigatoriedades relativas à saúde física e emocional dos participantes, sendo necessária, para cada um deles, a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), documento coerente com o item II. 2. da resolução n.º 466/2012/CNS e da Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 5º, incisos V, X e XXVIII. Com isso, o estudo esteve amparado legalmente para prosseguir.

No que se refere à compreensão acerca da pesquisa de campo, retoma-se as autoras Marconi e Lakatos (2003), segundo as quais:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 182).

Baseado nessa percepção, observa-se que a finalidade do uso deste tipo de pesquisa, aqui neste estudo, foi principalmente obter respostas para atender a um dos objetivos específicos de suma importância no desenvolvimento das etapas posteriores – analisar as percepções dos discentes vinculados ao curso técnico de nível médio integrado, IFAM, *Campus* Manaus Centro, no que se refere ao conhecimento direcionado às legislações e às bases conceituais da EPT brasileira.

Diante disso, é necessário também apresentar a delimitação da pesquisa de campo que foi utilizada. Para tal, compreende-se que essa pode ser dividida em três grandes grupos: a) quantitativo-descritivo, b) exploratório e c) experimental (MARCONI; LAKATOS, 2003). Contudo, mediante o tipo de instrumento de coleta que foi utilizado – o questionário –, sustenta-se esta averiguação, predominantemente, nos estudos exploratórios, considerando-os como aqueles que: “[...] utilizam exclusivamente um dado procedimento, como, por exemplo, análise de conteúdo, para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188). Apesar disso, não se descarta o apoio quantitativo-descritivo em determinadas perguntas do questionário, instrumento que será evidenciado a partir daqui.

4.1.3 Elaboração e aplicação dos questionários

Inicialmente, salienta-se que a concepção de questionário que se destaca aqui é endossada por Severino (2013) e detalhada por Richardson (2012). O primeiro define questionário como:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente

objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas (SEVERINO, 2013, p. 110).

Aponta-se para a clareza da formulação das questões levantadas pelo autor. Esse aspecto é visto como fundante para o tratamento posterior dos dados. Além disso, é necessário delimitar a natureza das indagações presentes no questionário que, em conformidade com a leitura de Richardson (2012), foram escolhidas duas: abertas e fechadas. Nesse sentido, têm-se um questionário agrupado com dois tipos de perguntas (o que acarretará dois tipos de análise, como será visto posteriormente).

Cada questão foi pensada segundo o apoio do referencial teórico selecionado para a estruturação das bases bibliográficas da pesquisa. Assim, intencionou-se promover uma articulação teórico-metodológica, a fim de dar sustentação à cientificidade do trabalho. Para descrever as características das indagações, bem como apresentá-las na íntegra, expõe-se o quadro 05:

Quadro 5 - Organização das questões elaboradas para o questionário

	Questão	Descrição
1	Por qual motivo você quis ingressar no Curso de Química Integrado do IFAM?	A questão tinha como finalidade aproximar o participante dentro do campo da pesquisa.
2	Qual a primeira vez que ouviu falar sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica?	A questão tinha como finalidade situar o participante ao campo do EMI para organizar o terreno de outras perguntas mais diretas que viriam,
3	Você conhece as leis utilizadas para a Educação Profissional e Tecnológica?	Essa pergunta foi direcionada para um dos objetos da pesquisa de fato.
4	Você já ouviu falar ou leu sobre as Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica?	Essa questão se direcionava ao campo das bases conceituais que, no decorrer do trabalho, buscou-se evidenciar a relação entre elas e o texto presente nos documentos oficiais da EPT brasileira.
5	Você conhece ou já teve acesso a algum(a) autor(a) que discute os conceitos de Educação Profissional e Tecnológica?	Esta pergunta se direcionava também ao campo das bases conceituais.
6	Em poucas palavras, o que é o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica?	Essa questão buscava identificar a percepção geral do participante sobre o EMI.
7	Para você, qual a finalidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica?	Essa pergunta complementava a questão anterior, visando à identificação da finalidade do EMI na concepção do participante.
8	Qual o objetivo do IFAM ao ofertar o curso de Química integrado?	Essa indagação buscava relacionar a visão institucional a partir do olhar do estudante.

9	Antes de ingressar no curso, você recebeu algum material ensinando sobre os conceitos, concepções e leis que regem o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica?	Essa pergunta se voltava para a coleta de informações que auxiliasse a identificação da problemática que culminasse em uma proposta de intervenção.
10	Você entende o que significa os termos a seguir: 1) Trabalho como Princípio Educativo; 2) Escola Unitária; 3) Dualidade histórica na Educação Profissional; 4) Politecnia na Educação; e 5) Formação Integrada.	Essa questão complementava a pergunta voltada às bases conceituais da EPT e percepção específica dos estudantes com relação a elas.
11	Na sua opinião, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica pode ajudar a diminuir as desigualdades sociais?	Essa indagação buscava aproximar a visão do estudante para o contexto em que ele estava inserido.
12	Ao fazer uma autoanálise, o curso permite que você tenha uma formação multidimensional? (Formação física, mental, cultural, política, científico-tecnológica). Justifique.	Essa questão tinha um viés mais específico para a Formação Humana Integral, base teórica desta pesquisa.
13	O ensino simplificado e pontual das leis e conceitos da Educação Profissional e Tecnológica, no início do curso, poderia permitir um melhor desenvolvimento do aluno?	Essa pergunta tinha a finalidade de coletar dados que contribuíssem com a construção do produto educacional.

Fonte: elaboração própria (2021).

As treze perguntas do questionário foram inicialmente construídas em documento separado, buscando revisá-lo para sanar os problemas que porventura aparecessem. Quanto a isso, Marconi e Lakatos (2003, p. 202-203) explicam que: “o processo de elaboração é longo e complexo: exige cuidado com a seleção das questões, levando em consideração a sua importância, se oferece condições para a obtenção de informações válidas”. Pensando nisso, o questionário elaborado passou por um pré-teste, “aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 203). Dessa forma, obteve-se um *feedback* dos principais aspectos que podiam ser alterados para a melhoria das perguntas e do tempo de aplicação do instrumento em questão. Diante disso, as perguntas passaram por algumas reestruturações e, após isso, avançou-se à fase posterior.

É importante salientar que o questionário foi elaborado com o apoio da ferramenta digital *Google Forms*, um espaço virtual que pode ser acessado por aparelhos eletrônicos como computadores, *notebooks* e *smartphones* mediante conexão com a internet. Além disso, é válido destacar que, durante a pesquisa, o contato com os participantes sempre foi muito dificultoso, mas desde sempre todos foram respeitados, no que tange ao direito de participar ou não desta investigação. Todos esses desafios precisaram ser superados para que os dados pudessem ser coletados e, finalmente, passassem a ser analisados.

4.2 O processo de análise dos dados

A análise dos dados desta pesquisa partiu sobretudo da concepção de abordagem qualitativa, apesar de que, em determinada etapa, este trabalho tenha se apoiado em dados estatísticos. Neste caso, é válido ressaltar que não se caracteriza este estudo como qualitativo-quantitativo por compreender a predominância das variáveis qualitativas, independentemente do auxílio estatístico utilizado.

Com isso, compreende-se por análise qualitativa aquilo que Gil (2002) indica ser “menos formal do que a análise quantitativa” (2002, p. 133). Para o autor, a análise qualitativa

depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que norteiam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação [...] (GIL, 2002, p. 133)

De posse dessa percepção, buscou-se uma sistemática capaz de proporcionar a este trabalho o cumprimento do objetivo específico 3: analisar as percepções dos discentes vinculados ao curso técnico de nível médio integrado em Química, IFAM, *Campus* Manaus Centro, no que se refere ao conhecimento direcionado às legislações e às bases conceituais da EPT brasileira. Para isso, organizou-se duas etapas de análise em conformidade com a natureza das perguntas do questionário. Essas etapas passam a ser descritas a partir daqui.

4.1.1 A Análise Interpretativa e Análise de Conteúdo

Para as perguntas do questionário que trouxeram os resultados de indagações em sua maioria de múltipla escolha, optou-se por uma análise interpretativa (SEVERINO, 2013), na qual foram utilizados percentuais de representação para as devidas inferências básicas relativas às percepções dos sujeitos. Nessa, fez-se uso de uma discussão articulada aos conceitos e perspectivas teóricas levantadas no decorrer do trabalho.

Para a análise dos dados obtidos com as perguntas de natureza discursiva presentes nos questionários, adotou-se a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), haja vista este ser um “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (2016, p. 31), com etapas definidas e que busca inferir interpretações tanto no plano raso do texto quanto no plano mais interno a ele.

Do ponto de vista da interpretação dos dados, “a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 3).

Estes pontos chamam a atenção para essa metodologia, pois observa-se a necessidade de a pesquisa qualitativa possuir um caminho sistemático, metódico e organizado, mas também caminhar por espaços que lhe permita um olhar diferenciado, sem tanta rigidez ou fechamento, por assim dizer.

Diante disso, buscou-se nesta pesquisa estruturar a Análise de Conteúdo em três etapas principais, a saber: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

a) a *pré-análise*;

Na primeira fase, Silva e Fossá (2015, p. 3) elucidam que se trata de uma etapa “desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas”. Vista assim, a pré-análise compreende a leitura geral do material escolhido para a análise. No caso desta pesquisa, o material se refere às respostas dos questionários, mais especificamente às questões 1, 6, 7, 8 e 12.

Silva e Fossá orientam ainda que na pré-análise é realizada a escolha dos dados que serão analisados, mas para isso é necessário seguir os seguintes critérios: a) a exaustividade; b) a representatividade; c) a homogeneidade e d) a pertinência. Para tanto, a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e elaboração de indicadores são ações que devem ser realizadas de maneira cautelosa (BARDIN, 2016).

b) a *exploração do material*

Para a segunda fase, é necessário que o pesquisador consiga realizar a redução dos dados e elabore a categorização. Consiste numa etapa que visa à “construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em *unidades de registros*, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em *categorias simbólicas ou temáticas*” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 4, grifo meu).

Bardin (2016, p. 36), orienta que as *unidades de registro* podem ser “a palavra, a frase, o minuto [...]” e que, “quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam *unidades de contexto*, superiores à unidade de codificação, as quais [...] permitem compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto” (2016, p. 36, grifo meu).

c) o tratamento dos resultados

“A terceira fase compreende o tratamento dos resultados, inferência e **interpretação**. Consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado [...]” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 5, grifo dos autores). Compreende-se dessa forma que essa etapa é a análise de fato. É o momento em que o pesquisador se debruça sobre seus dados

(sistematicamente dispostos em unidades) e utiliza o seu leque de fundamentações para dialogar com o leque de informações coletadas e organizadas. É, como já dissemos, a etapa que liga “o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 3).

Em termos procedimentais, o tratamento dos resultados se vale da inferência e da interpretação para revelar os significados adquiridos. Tais significados podem surgir em conformidade com as hipóteses preestabelecidas ou não, cabendo ao pesquisador encontrar o fio condutor das discussões que realizará. Dessa maneira, a terceira fase da análise de conteúdo consiste num trabalho de articulação entre o processo organizado que foi feito nas etapas anteriores, com a bagagem teórica que compõe a pesquisa.

5 A VOZ DO DISCENTE DO EMI: OLHARES E LACUNAS NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Esta seção caracteriza a etapa da pesquisa que busca sistematizar os dados coletados, destacando uma análise dos aspectos mais pertinentes para alcançar o objetivo específico 3: analisar as percepções dos discentes vinculados ao curso técnico de nível médio integrado em Química, IFAM, *Campus* Manaus Centro, no que se refere ao conhecimento direcionado às legislações, à finalidade do EMI e às bases conceituais da EPT. Diante de um objetivo complexo, procurou-se estruturar um espaço analítico coerente com as perguntas realizadas com os educandos e com as metodologias de análise destacadas na seção anterior: a) a análise interpretativa (SEVERINO, 2003) e b) a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016).

Para tanto, esta seção será dividida em duas partes principais, tendo como foco o olhar crítico sobre as perguntas e respostas do questionário aplicado na coleta com os estudantes do curso de Química. Assim, as questões fechadas – de múltipla escolha e dicotômicas (MARCONI; LAKATOS, 2003) – passarão pela análise interpretativa, dialogando sempre com os pressupostos teóricos defendidos nesta investigação. Por sua vez, as questões abertas receberão o tratamento metódico da Análise de Conteúdo, haja vista a natureza ampla das respostas que permite a geração de categorias e suscita uma ótica inferencial sobre cada uma delas.

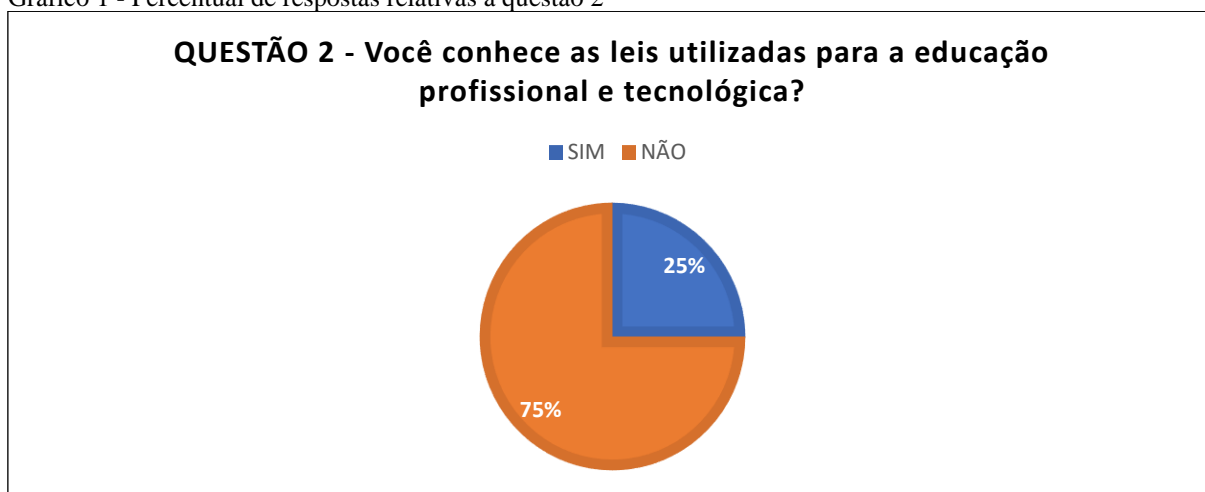
Cumprido destacar que os dados a serem analisados aqui possuem a finalidade de reunir informações capazes de sugerir melhorias para os problemas identificados, sem apontar para os sujeitos ou para a instituição analisada. Em outros termos, visa-se constituir um conjunto de constatações que contribuam para a geração de novos caminhos, novas reflexões e novas propostas interventivas, sempre apoiados no escopo teórico que sustenta este trabalho.

5.1 Análise do questionário: parte I

A primeira pergunta do questionário, como parte do protocolo de aplicação, foi direcionada à coleta de dados identificadores, como nome, e-mail e telefone para contato. Por essa razão, não serão apresentadas aqui nesta análise, mantendo-se a identidade dos participantes em sigilo, conforme a Resolução n.º 466/2012/CNS e da Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 5º, incisos V, X e XXVIII, de acordo com as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Por sua vez, a questão 2 trouxe o seguinte enunciado “Você conhece as leis utilizadas para a Educação Profissional e Tecnológica?”. Dessa feita, os resultados representaram expressivo percentual para a resposta “Não” (75% dos participantes), enquanto para a resposta “sim” foram apenas (25%). Essa pergunta foi realizada com o intuito de guiar a percepção acerca da necessidade (ou não) de trabalhar tal problemática no produto educacional, mas também para articular os conhecimentos obtidos na pesquisa documental realizada na dissertação. O gráfico 01 expressa as referidas informações:

Gráfico 1 - Percentual de respostas relativas à questão 2



Fonte: autoria própria (2021).

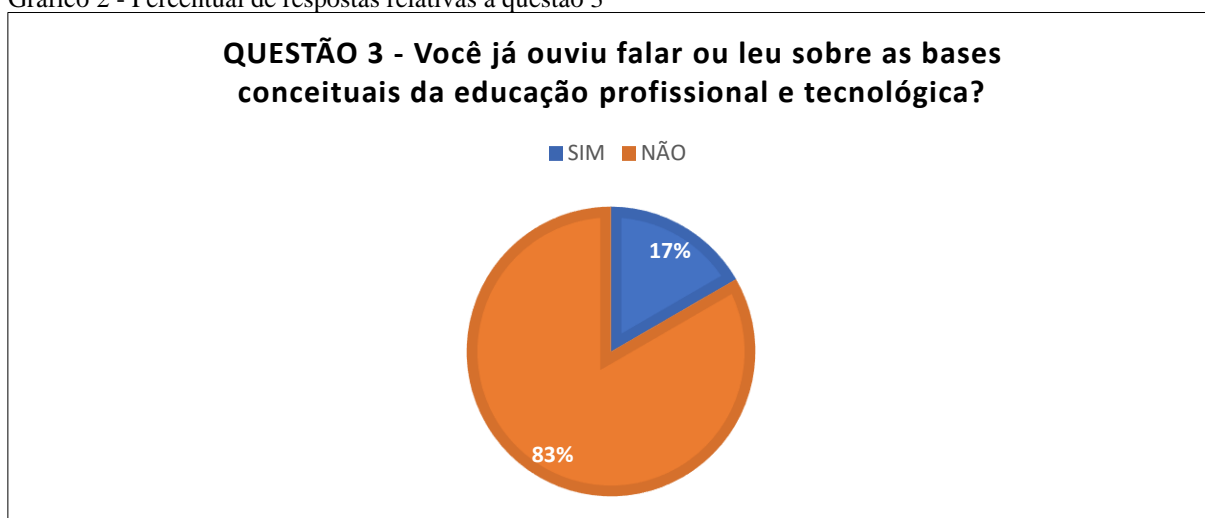
De modo crítico, pode-se ter em mente que o fato de a maioria dos estudantes da pesquisa desconhecer a legislação que norteia a EPT é um aspecto negativo, uma lacuna. Vale destacar que, ao utilizar o termo “lei”, pensou-se em todos os documentos normativos ou orientativos já vistos na análise documental desta dissertação, tais como os artigos da LDB, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio ou para a modalidade da EPT, bem como os próprios documentos específicos do IFAM, como o PPI.

Sobre a lacuna observada, parte-se do pressuposto de que a própria LDB, no seu Título III, delimita os direitos e deveres na educação, sendo que um deles se refere ao próprio direito a uma educação de qualidade e que “qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda o Ministério Público” (BRASIL, art. 5.º, 2020) poderá acionar o poder público para exigí-lo. Contudo, como seria possível reivindicar um direito sem antes conhecê-lo? Observa-se, portanto, que os estudantes também precisam conhecer as bases legais que sustentam sua

própria formação integral, considerando que não se deseja formar cidadãos acríticos e passivos na sociedade.

A pergunta de número 3 foi composta por um enunciado com foco no conhecimento do estudante acerca das bases conceituais relacionadas à EPT. Desse modo, a pergunta apresentou um caráter objetivo: “Você já ouviu falar ou leu sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica?”. Com isso, o percentual obtido na resposta “Não” foi superior ao da questão 2, alcançando 83%; conseqüentemente, a opção “Sim” obteve 17% das indicações. Para tanto, o gráfico 02 destaca os resultados:

Gráfico 2 - Percentual de respostas relativas à questão 3



Fonte: autoria própria (2021).

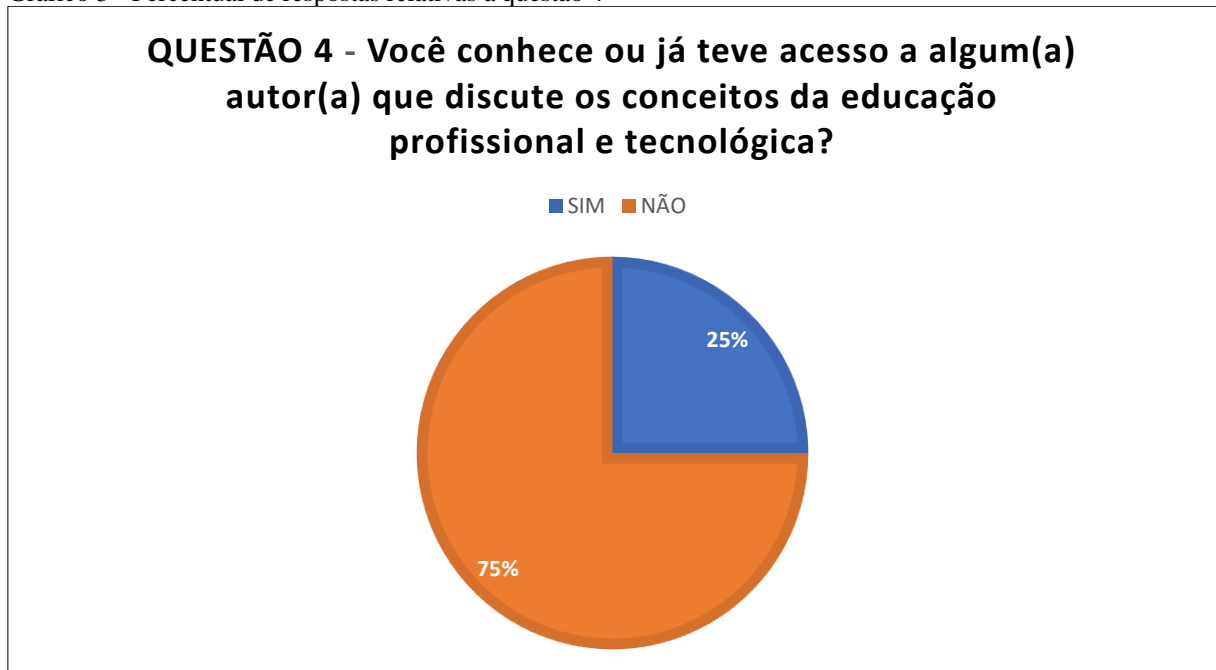
O índice elevado de estudantes que desconhecem as bases conceituais da EPT é muito expressivo. Obviamente, não se está considerando que os discentes dominem teorias complexas ou alcancem um nível de reflexão que os tornem pensadores da área, mesmo porque as bases referidas exigem longos anos de estudo para adensá-las. No entanto, o que se critica é a situação propriamente dita, na qual 83% dos educandos revelam não ter tido o devido contato com essas bases.

Diante disso, verifica-se a necessidade de serem criadas estratégias de ensino que incorporem bases teóricas capazes de levar o estudante a assimilá-las, respeitando o nível dos estudantes e o tipo de abordagem adequada para eles. Nesse sentido, trabalhar conceitos como “o trabalho como princípio educativo”, a “importância da integração entre as dimensões do conhecimento” e a “formação de um cidadão omnilateral” podem ser incorporados ao universo do educando do instituto federal, apoiando-se, inclusive, no art. 2.º da LDB, que expressa como

finalidade da educação: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2020).

De maneira complementar à pergunta 2, a questão seguinte se direcionou para a indagação: “Você conhece ou já teve acesso a algum(a) autor(a) que discute os conceitos de Educação Profissional e Tecnológica”. Para esse questionamento, o percentual foi o mesmo da primeira pergunta, com 75% para “Não” e 25% para “Sim”. O gráfico 03 ilustra os resultados obtidos:

Gráfico 3 - Percentual de respostas relativas à questão 4



Fonte: autoria própria (2021).

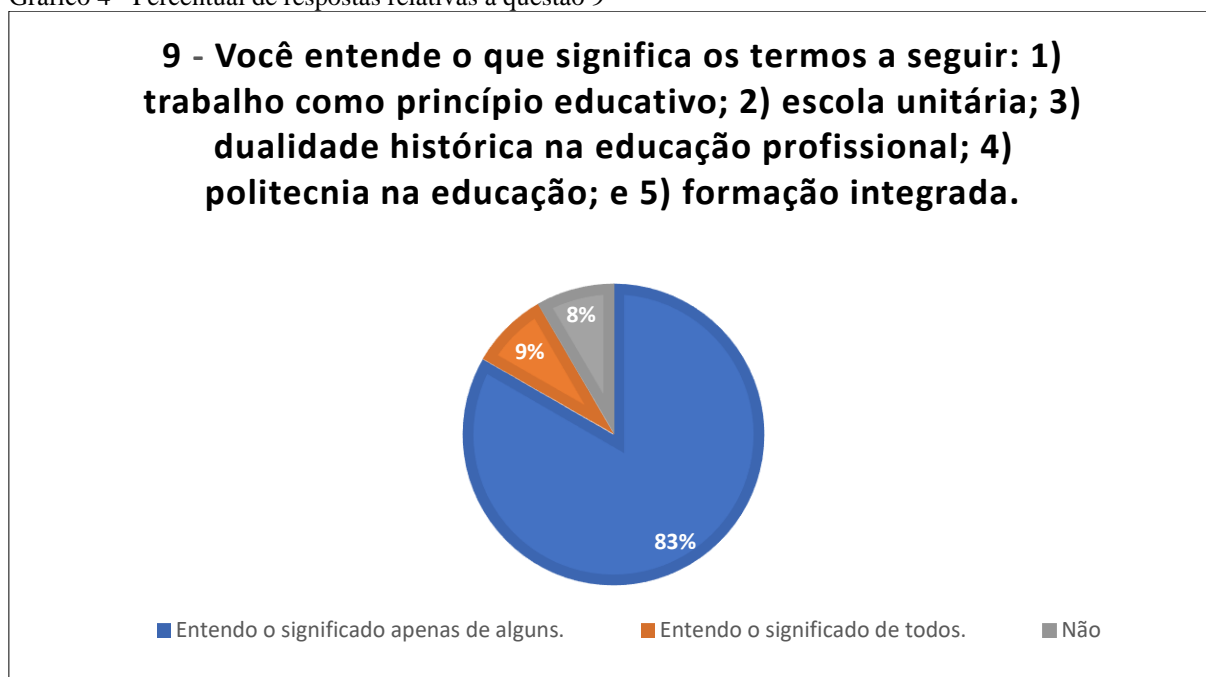
Num primeiro momento, esta questão pode parecer distante para o estudante, haja vista os autores de maior renome na EPT estarem mais acessíveis dentro dos cursos superiores. Todavia, é possível encontrar materiais de estudiosos que se debruçam sobre a temática da educação profissional, adequando-a ao público do ensino médio. Neste caso, é possível citar, de antemão, o livro: “Trabalho em debate”, organizado por Marcia Krupstas (2000). Tal obra reúne sete seções que versam a respeito do universo profissional sob a ótica marxista, destacando-se pela abordagem didática capaz de alcançar, sobretudo, o público jovem.

Outro ponto a se levar em consideração é o acesso a produtos educacionais elaborados pelo próprio programa do ProfEPT. Desse modo, a oferta de materiais tanto para os estudantes, quanto para os professores é alta e alinhada às finalidades de uma educação integral. Com isso,

os autores aos quais o estudante pode ter contato se torna uma questão mais coerente com o nível de ensino e com o público-alvo.

Nessa mesma linha de investigação sobre as bases conceituais, verifica-se a questão 9, uma vez que as questões 5, 6, 7 e 8 estarão presentes na outra seção de análise. Assim, a nona indagação foi apresentada da seguinte maneira: “Você entende o que significa os termos ‘trabalho como princípio educativo’, ‘dualidade histórica na EPT’, ‘politecnia’ e ‘formação integrada?’”. Para essa, foram apresentadas três opções de respostas: a) entendo o significado apenas de alguns; b) “entendo o significado de todos” e c) “não”. Diante disso, os participantes expuseram os seguintes resultados: 83% responderam que entendiam o significado apenas de alguns; 9% apontaram que entendiam o significado de todos e 8% indicaram não compreender o significado dos termos. O gráfico 04 destaca os percentuais referidos:

Gráfico 4 - Percentual de respostas relativas à questão 9



Fonte: autoria própria (2021).

Na pergunta 9, coerentemente à lacuna verificada na questão 3, reafirma-se o pouco conhecimento dos estudantes com relação às bases conceituais sugeridas. Nesse contexto, a diferença foi o fato de os discentes estarem expostos aos conceitos em si, e, mesmo assim, reconhecerem apenas de maneira parcial o que foi posto. A problemática, conforme se evidencia, merece um olhar diferenciado, e os resultados que estão registrados aqui orientam uma visão interventiva que será exposta na seção específica ao produto educacional elaborado.

A pergunta 10 foi composta por uma indagação voltada a um ponto de vista mais amplo, apresentado pelo enunciado: “Na sua opinião, o ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica pode ajudar a diminuir as desigualdades sociais?”. Tal questão fornecia duas opções de respostas: “Sim” e “Não”. Desse modo, os resultados obtidos foram: 92% dos participantes responderam que “Sim” e apenas 8% responderam que “Não”, conforme demonstra o gráfico 05:

Gráfico 5 - Percentual de respostas relativas à questão 10



Fonte: autoria própria (2021).

O objetivo dessa questão foi identificar a percepção reflexiva do estudante, levando-o a pensar em como a EPT pode se tornar um meio de contribuir com a sociedade. O fator específico da pergunta, a igualdade social, possibilitou que os discentes compreendessem que a referida modalidade de ensino, de fato, pode contribuir com o meio onde vivem. A proposta da formação integral (da educação, como um todo) é, pois, atingir esse nível de alcance social, prezando por uma sociedade mais justa.

Considerando que, historicamente, a EPT foi alvo de inúmeros projetos políticos que apenas visavam à formação de profissionais para exercerem os trabalhos manuais – herança dos tempos de escravidão, como afirma Ribeiro (1996) –, é possível notar um aspecto positivo nas respostas dos discentes. Nessa direção, expõe-se a fala de Ciavatta (2014, p. 88), na qual a autora concatena o pensamento aqui expresso:

[...] a pergunta “*Para que lutamos?*”, no campo da educação e do trabalho, implica uma nova qualidade de educação universalizada para toda a população. De modo

específico, busca-se contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais traga um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, e seus filhos.

Diante desse pensamento tão necessário para o cenário deste estudo, caminha-se em direção à segunda análise desta investigação.

5.2 Análise do questionário: parte II

Os 12 participantes da pesquisa receberam nesta análise nomes fictícios, a fim de preservar a identidade de cada um deles. Dessa forma, o quadro 06 apresenta as denominações escolhidas para identificar os estudantes a partir daqui.

Quadro 6 - Denominações dos sujeitos participantes como forma de preservação da identidade

Sujeito participante	Nome fictício
Estudante 1	Maria
Estudante 2	Marise
Estudante 3	Lucília
Estudante 4	Acácia
Estudante 5	Eva
Estudante 6	Marina
Estudante 7	Liliam
Estudante 8	Cecília
Estudante 9	Gaudêncio
Estudante 10	Dante
Estudante 11	Mário
Estudante 12	Antônio

Fonte: autoria própria (2021).

Cabe destacar que esta segunda parte da análise teve como parâmetro as respostas obtidas em 5 perguntas discursivas – questões 1, 6, 7, 8 e 12. Essas passaram por todos os procedimentos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) com o intuito de cumprir com a cientificidade da investigação. Dessa forma, será demonstrado esse processo de construção da análise, considerando que a sua verificação é absolutamente relevante para ressaltar as categorias finais que serão descritas e discutidas posteriormente.

Nesse contexto, ressalta-se que todas as perguntas passaram pela leitura flutuante, etapa que faz parte da fase denominada por Bardin (2016) de pré-análise. Durante a leitura, gerou-se uma organização de determinados recortes dos questionários que foram adensados na fase seguinte: a exploração do material. Dessa forma, estruturou-se uma linha de identificação baseada no escopo teórico da dissertação, isto é, as respostas do questionário foram exploradas a partir de aspectos relacionados às bases conceituais da EPT, procurando-se reunir um conjunto de *unidades de registro*. Tal esforço analítico resultou em 10 unidades, conforme ilustra o quadro 07:

Quadro 7 - Unidades de registros geradas a partir dos dados coletados

Unidades de registro	
1	Formação/preparação exclusivamente profissionalizante
2	Formação/qualificação técnica/tecnicista
3	Curso técnico como um preparo para o futuro profissional
4	Formação/preparação para o mercado de trabalho
5	EMI com foco no renome e na relevância da instituição
6	Formação para o Polo Industrial
7	EMI como modalidade articuladora/integradora de formação
8	Perspectiva abrangente relativa à formação no EMI
9	Aproximação entre a formação profissional e a científica
10	Lacunas na formação integrada

Fonte: autoria própria (2021).

As unidades de registro simbolizam uma primeira sistematização das respostas, tendo em vista a leitura flutuante e exploração dos escritos. Cada uma delas recebeu uma classificação coerente com as falas identificadas mediante o que havia sido estudado no capítulo teórico. Por essa razão, surgiram unidades que de alguma maneira representavam uma linha articulada com princípios de uma formação integrada, mas também (em muitos casos) de unidades que não condiziam com a perspectiva de formação humana integral defendida no trabalho.

A partir dessa classificação, passou-se à fase de *categorização*, processo interligado à geração das unidades de registro. Para isso, as 10 classificações foram reavaliadas por meio do que se denomina de conceitos norteadores, resultando em 10 categorias iniciais. O quadro 08 ilustra tal agrupamento:

Quadro 8 - Demonstrativo das categorias finais geradas a partir dos dados coletados

	Categorias iniciais	Conceito norteador
1	Formação com foco exclusivo para uma profissão	Centralizou-se na perspectiva profissional sem mencionar outros aspectos formativos.
2	Formação voltada para a área técnica	Voltou-se para a área técnica de química ou para a visão tecnicista na formação.
3	Formação com perspectiva de um futuro profissional	Evidenciou a preocupação de se preparar para um futuro no qual será necessária uma formação profissional.
4	Formação com foco no mercado de trabalho	Enfatizou o mercado de trabalho e a exigência de uma preparação para atuar nele.
5	Busca do EMI pelo renome da instituição	Citou a busca por um ensino regular de qualidade no instituto, deixando em segundo plano a formação técnica.
6	Formação para o setor industriário	Enfatizou a necessidade de formar profissionais para atender o Polo Industrial da cidade.
7	Visão do EMI como espaço articulador de formação	Suscitou aspectos que caracterizam o EMI como espaço que articula determinados conhecimentos.
8	Visão sobre a formação abrangente apresentada pelo EMI	Apresentou aspectos de uma formação que ultrapassa o caráter técnico ou intelectual com relação ao EMI.
9	Formação profissional e científica aproximadas	Destacou uma aproximação possível entre a formação profissional e formação científica.
10	Lacunas na formação multidimensional/integrada	Expressou a ausência de uma formação integrada ou multidimensional mais evidente no EMI.

Fonte: autoria própria (2021).

Durante a classificação das categorias iniciais foi perceptível a identificação de um aspecto fora do campo investigativo da pesquisa, sobretudo após a elaboração do conceito norteador. Trata-se da categoria 5, na qual três estudantes ressaltaram a importância e o renome do IFAM como critério para ingressar no Ensino Médio Integrado, sem refletir necessariamente sobre a forma de oferta propriamente dita. Nesse caso, como essa linha de pensamento, que centraliza a dimensão afetiva do estudante, relacionando-a à instituição analisada, não está diretamente ligada aos objetivos Geral e Específicos desta pesquisa, optou-se por não adensar a referida categoria.

De outro modo, caminhou-se para uma visão mais aprofundada entre as categorias, buscando encontrar os pontos tangíveis entre elas, a fim de interseccionar os discursos dos estudantes com as possíveis articulações teóricas a serem feitas nas fases posteriores da análise.

Com isso, foi possível afunilar as 10 categorias iniciais em outras 5 intermediárias e, posteriormente, em 3 categorias finais. Com base nisso, apresenta-se o quadro 09:

Quadro 9 - Demonstrativo das categorias finais geradas a partir dos dados coletados

	Categorias intermediárias	Categorias finais
1	Profissionalização no Ensino Médio Integrado	A percepção do Ensino Médio Integrado como preparação profissionalizante
2	A priorização para o mercado de trabalho	
3	A concepção do EMI como espaço articulador e abrangente	Aproximações integradoras no EMI
4	A formação técnica e suas nuances	
5	Lacunas na formação multidimensional/integrada	Perspectiva crítica sobre as lacunas na formação integral dos discentes

Fonte: autoria própria (2021).

No quadro, as 3 categorias finais constituem movimentos que, no geral, revelam distanciamentos das bases conceituais discutidas no capítulo teórico deste trabalho, apesar de a segunda categoria reunir alguns elementos que se articulam a elas. Vale destacar que a natureza do conhecimento legislativo dos estudantes não se fez presente em nenhuma das classificações, sobretudo porque, em questões anteriores, os educandos já haviam revelado o pouco conhecimento relativo às leis que regem a EPT brasileira. Desse modo, a análise revela-se como um momento de verificação do conhecimento dos estudantes sobre as bases conceituais, mas também revela a lacuna que existe na formação do educando no que tange ao conhecimento acerca dos documentos legislativos que norteiam a EPT.

Agora, nas páginas seguintes, será traçada uma linha de identificação e discussão de forma mais diretiva, destacando as categorias finais e as nuances que a envolvem. Para isso, será realizada a inferência com foco na percepção formativa da educação integral, apontando aspectos e expressando as falas dos participantes. Assim, será feito uso tanto da percepção indutiva, quanto da articulação teórica advinda do capítulo teórico presente nesta dissertação.

5.2.1 Categoria final – A percepção do Ensino Médio Integrado como preparação profissionalizante

Esta primeira categoria final traz os recortes dos questionários que evidenciaram uma problemática que caminha em direção contrária ao da formação humana integral, uma vez que

a perspectiva salientada, de modo geral, priorizou a unilateralização formativa. Assim, como o próprio nome da categoria já expressa, a preparação profissionalizante será aquela que aparecerá na fala dos participantes da pesquisa.

Cabe destacar que essa visão profissionalizante foi um dos tópicos discutidos no capítulo teórico deste trabalho, tendo em vista que foi muito criticado pelos autores de renome na EPT brasileira, como Ciavatta (2014), Ramos (2014), Moura (2013) e Saviani (2003). Segundo eles, o fato de haver um ensino técnico de nível médio destinado a priorizar a manutenção da mão de obra profissional demonstra-se como uma perspectiva limitadora.

Com base nesse pensamento, expõe-se no quadro 10 algumas falas que representam a categoria final em questão:

Quadro 10 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 1 (parte 1)

Nome fictício do participante	Excertos extraídos do questionário
Maria	“Formar jovens profissionais nas mais diversas áreas”.
Dante	“[...] um desenvolvimento profissional para o aluno de forma precoce”.
Mário	“Formação profissionalizante em área técnica para estudantes do Ensino Médio”.
Marise	“Formar técnicos em Química”.
Acácia	“[...] formar técnicos em química qualificados”.
Eva	“O Objetivo é capacitar os alunos tecnicamente na área de química”.
Marina	“Formar pessoas pra trabalhar no Distrito”.
Cecília	“Colaborar para o desenvolvimento interno do polo industrial de Manaus com profissionais capacitados”.

Fonte: elaboração própria (2021).

Como é possível perceber, as respostas dos estudantes revelam, pelo menos nesses excertos, uma nuance muito clara na perspectiva em relação ao Ensino Médio Integrado. As respostas são objetivas e apontam para a formação técnica e para a formação profissional, ou ainda para que essas caminhem juntas. Nesse sentido, observa-se também o Distrito Industrial de Manaus como um fator que implica essa busca por profissionais aptos a trabalharem nas empresas de lá. É pertinente ressaltar que, de alguma forma, a perspectiva de “capacitação profissional” se tornou um senso comum difundido entre os estudantes, como se a prioridade do Ensino Médio Integrado fosse exclusivamente essa.

Abre-se espaço aqui para destacar a realidade do jovem brasileiro, o qual enfrenta um cenário complexo no que tange à continuidade de seus estudos e sua inserção no mundo do trabalho. Isso significa dizer que, para um estudante do Instituto Federal, o curso técnico surge como um diferencial em relação às instituições de ensino que não possuem tal curso. Desse modo, existe uma espécie de “propaganda” cuja ideia vendida é a de que o estudante, ao final

do ensino médio, poderá “sair da escola” com um “emprego garantido”. Essa visão faz muita diferença em um país como o Brasil, considerando a taxa de desemprego bastante elevada e perspectiva nada animadora para a população jovem e adulta.

Autores como Ciavatta (2014) e Moura (2013) discutem diversos pontos desta realidade que incide sobre a referida parcela da população e, nessa direção, o Ensino Médio Integrado realmente possui um papel importante, conforme se pode observar na conclusão do trabalho de Moura (2013, p. 705):

A análise permitiu concluir que a realidade socioeconômica brasileira exige, do ponto de vista teórico e ético-político, conceber e materializar um tipo de ensino médio que garanta uma base unitária para todos, fundamentado na concepção de formação humana integral, tendo como eixos estruturantes o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Garantida essa mesma base, é preciso também que o ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio seja colocado como uma possibilidade de formação.

Na fala pertinente do autor, é possível verificar que ele considera a situação socioeconômica do país por volta de 2013. Além disso, ele aponta que o Ensino Médio Integrado precisa estar assentado numa concepção de formação integral que destaque os princípios do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Moura (2013) também ressalta que o EMI precisa ter em seus cursos técnicos de nível médio uma possibilidade de formação para o jovem, pois é evidente a necessidade de um emprego para o cidadão, mas não uma exploração escancarada da mão de obra.

Nessa trajetória, elaborou-se o quadro 11 para demonstrar outras falas dos estudantes com relação à profissionalização e à formação técnica:

Quadro 11 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 1 (parte 2)

Nome fictício do participante	Excertos extraídos do questionário
Lucília	“Aprender e usar no mercado de trabalho”.
Acácia	“[...] qualificar os alunos, da melhor maneira possível, para o mercado de trabalho”.
Antônio	“O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica é uma forma dos adolescentes/jovens fazerem o ensino médio e já se prepararem para o mercado de trabalho”.
Eva	“A principal finalidade no meu ponto de vista é preparar os jovens para o mercado de trabalho”.
Liliam	“A finalidade dele é dar alguma oportunidade ou chance de algum aluno conquistar seus sonhos e abrir portas para o mercado de trabalho”.
Dante	“Ajudar o aluno a ingressar de uma maneira mais fácil no mercado de trabalho”.

Fonte: autoria própria (2021).

Nos cinco excertos presentes no quadro acima, é possível notar com maior evidência uma expressão bastante recorrente na fala dos estudantes. A fala é, por sua vez, o “mercado de trabalho”, o qual surge como um campo de discussão que se relaciona à visão crítica já expressa aqui, isto é, de que o foco no mercado de trabalho está diretamente ligado à perspectiva de profissionalização latente que existe dentro dos cursos de nível médio integrados ao técnico.

Dentro dessa seara de debate e análise crítica que gira em torno da profissionalização e do atendimento ao mercado de trabalho, pode-se ainda trazer à cena, a perspectiva de Moura (2013) sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tendo em vista que esse documento expõe alguns pontos que podem implicar a ótica de formação dos cursos técnicos de nível médio. Nesse caso, Moura (2013, p. 718) explicita uma visão que vai de encontro ao que está posto nas DCNEPTNM:

Alguns movimentos recentes no âmbito do ensino médio e da educação profissional são esclarecedores dessas disputas e contradições. [...] as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM) reiteram uma concepção de formação humana instrumental e utilitária, podendo ser sintetizada nas seguintes características: centralidade nas competências; submissão explícita da escola e da formação humana à lógica do mercado de trabalho; ênfase nas certificações parciais, ensejando a volta da modularização e das saídas intermediárias; priorização das formas subseqüente e concomitante ao ensino médio em detrimento do EMI.

Como se vê, o autor é taxativo no que diz respeito à submissão da escola e da formação à lógica do mercado de trabalho. Com isso, se existe um documento tão importante quanto às DCNEPTNM que traz no seu bojo essa visão, é preciso que se discuta tais aspectos, a fim de alicerçar um pensamento formativo diferente nas instituições de ensino. Afinal, as contradições que existem devem ser debatidas no ambiente escolar para que o estudante, protagonista do processo educacional, não seja prejudicado no decorrer do seu desenvolvimento. Desse modo, é possível que a escola assuma esse papel de condutora e esclarecedora das nuances sociais, especialmente porque essa autonomia é garantida nas leis que regem a educação, como a própria LDB.

A categoria “percepção do Ensino Médio Integrado como preparação profissionalizante” ainda traz uma visão interessante com relação ao tema da formação técnica, pois muitos enxergam essa possibilidade formativa como uma chance de “mudança de vida” ou “perspectiva de futuro”, destacando o EMI como uma ponte para isso. Dessa maneira, o quadro 12 exemplifica o olhar do estudante com relação a isso:

Quadro 12 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 1 (parte 3)

Nome fictício do participante	Excertos extraídos do questionário
Marise	“ao meu vê (sic) o instituto trabalha com ‘pressão sobre os discentes’, além de nós fazer interagir e conhecer pessoas de várias raças e culturas diferentes, e também nos proporciona um ensinamento bastante produtivo, tanto para vida profissional quanto para a pessoal”.
	“[...] nos preparar para a área que desejamos; ou melhor dizendo, nos dá uma base do que precisamos ter em mente”.
	“[...] escolhi o curso de química, pois será um acréscimo significativo ao meu currículo profissional”.
Lucília	“Algo que eu queria experimentar como uma nova possibilidade de carreira”.
Liliam	“Acho que é uma oportunidade, oportunidade para alunos ou pessoas que não possuem condições suficientes pra ter uma educação melhor, por isso acho que ele é de uma grande importância educacional”.
Marina	“Pois queria aprender mais sobre a área, e ter um aprendizado técnico que abriria muitas portas pra mim”.

Fonte: autoria própria (2021).

Nos excertos, pode-se constatar uma forte tendência na fala dos estudantes quando se trata de pensar no curso técnico ou no EMI como um “divisor de águas” na carreira. Para alguns deles, o curso tem potencial para agregar muito na vida profissional, no currículo, especialmente porque se trata de fator relevante na concorrência por um emprego melhor remunerado. Dessa forma, observa-se até um tom mais afetivo com a instituição e com a perspectiva escolhida.

Nesse caso, também é válido lembrar que a LDB traz como concepção de educação a preparação para o mundo do trabalho e, por isso, não se busca aqui contestar essa importante etapa do processo formativo. O que se tenta evidenciar é que a perspectiva para o trabalho não se limita à geração de mão de obra, de forma unilateral, restrita. O estudante precisa compreender que o EMI tem como finalidade prepará-lo integralmente, ressaltando inúmeras dimensões do seu desenvolvimento, uma vez que isso também é garantido pelas legislações norteadoras estudadas. Tal pensamento segue a linha do que Saviani (1997, p. 40) aborda, criticando quando a: “profissionalização é entendida como um adestramento a uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo”.

Com base nisso, volta-se o olhar para a segunda categoria final delimitada neste trabalho, a fim de encontrar as aproximações e distanciamentos com as teorias aqui levantadas e defendidas, especialmente no que tange à articulação citada por Saviani (1997).

5.2.2 Categoria final 2 – Aproximações integradoras no EMI

Um dos principais aspectos que podem configurar a Formação Humana Integral é a busca pela articulação entre os conhecimentos, isto é, para que as áreas do conhecimento possam promover a formação do estudante de forma integrada e integral. Obviamente, no cenário educacional público brasileiro, essa visão omnilateral é um desafio que se projeta como um horizonte ainda distante. Mesmo assim, no percurso educativo que se apresenta neste trabalho é possível identificar as vozes dos sujeitos e encontrar nessas algumas nuances que se aproximam da percepção de formação humana integral.

Não se está salientando que o referido tipo formação é evidente no técnico estudado, mas acredita-se que, em determinados momentos, a perspectiva integradora pode ser identificada, como pode ser visto nos excertos do quadro 13:

Quadro 13 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 2 (parte 1)

Nome fictício do participante	Excertos extraídos do questionário
Lucília	“Sim, todas apreendemos algo novo e exploramos os ramos da química e da tecnologia”.
Acácia	“é uma modalidade educacional onde se é feito durante o ensino médio, o ensino técnico também, de forma simultânea, integrada.”.
Cecília	“Formação de profissionais para atuação nas respectivas áreas dos cursos escolhidos, baseando-se na ciência e desenvolvimento”.
Dante	“Formação multidimensional, não só na parte química, mas nas outras matérias também”.
Mário	“Formar alunos capazes de desenvolver projetos voltados à educação e tecnologia em sua determinada área do curso, adquirindo novos conhecimentos e abrindo novas oportunidades na área de trabalho e pesquisa. O aluno passa a vivenciar essa formação multidimensional durante 3 anos”.

Fonte: autoria própria (2021).

Nessa categoria, observa-se que os estudantes utilizam falas que não se concentram no caráter profissionalizante ou no mercado de trabalho. É perceptível o uso de elementos ou expressões que destacam mais de um tipo de conhecimento, sem dicotimizá-los. Dessa forma, constata-se os seguintes pares articulados “ramos da química/tecnologia” e “atuação nos cursos/desenvolvimento científico”. Tais pares, apesar de não caracterizarem de modo explícito a formação humana integral, podem ser compreendidos como um “primeiro passo” na articulação dos conhecimentos.

Sobre essa articulação, é relevante buscar a fala de Ramos (2014), considerando que a autora relembra os dois tipos de projetos para a Educação Profissional e Tecnológica,

destacando um deles voltado para a perspectiva formativa defendida neste texto e outra que já foi criticada na primeira categoria analisada anteriormente. Nessa direção, Ramos (2014, p. 36) chama atenção para:

[...] o conflito entre diferentes concepções de educação tecnológica. Uma delas centrava-se na formação humana, incluindo a construção sistematizada do conhecimento articulada com o mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões; a outra possuía viés tecnicista e economicista na ótica do capital humano.

Em se tratando da categoria final 2, compreende-se que ela está mais relacionada ao que Ramos (2014) destacou como “articulação do trabalho com suas múltiplas dimensões”, tanto é assim que é possível notar, nas falas dos participantes Acácia, Dante e Mário, algumas expressões como: “simultânea, integrada”; “formação multidimensional” e “oportunidades na área do trabalho e da pesquisa”. Diante disso, pode-se entender que os estudantes conseguiram identificar uma formação que não se restringe à fragmentação formativa, mas aproxima os tipos de conhecimentos com os quais tiveram contato.

A visão articuladora e ampliada dos estudantes também pode ser vista em outras passagens das respostas coletadas nos questionários, conforme o quadro 14 que se dedica a expressar essas percepções:

Quadro 14 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 2 (parte 2)

Nome fictício do participante	Excertos extraídos do questionário
Cecília	<p>“Acho muito interessante a importância histórica da instituição, seu reconhecimento, qualidade de ensino público, infraestrutura e oportunidades de imersão científica para alunos do ensino médio. Essas características fazem, ao meu ver, a diferença na formação profissional”.</p> <p>“[...] instituição que lhe capacitará para a inserção no mercado de trabalho e/ou desenvolvimento de conhecimentos científicos”.</p>
Gaudêncio	<p>“Ensinar e fazer o aluno enxergar as coisas de outra maneira, uma visão mais avançada, sempre à frente, buscando melhorias para tudo ao seu redor”.</p> <p>“Ajudar o aluno a ter uma visão profissional, do mercado de trabalho e uma mais científica, sempre visando às melhorias tecnológicas”.</p>

Fonte: autoria própria (2021).

As visões presentes nas falas dos participantes Cecília e Gaudêncio ilustram a ótica mais abrangente acerca do EMI do IFAM. Nos excertos, nota-se a questão do mercado de trabalho, mas desta vez acompanhada do conhecimento científico, princípio assegurado nas diretrizes curriculares e na LDB. Dessa forma, os exemplos destacados no quadro são um reflexo da articulação que pode ser adensada dentro do instituto, sobretudo nos cursos técnicos de nível médio. Afinal, quando um estudante é capaz de notar e explicar a importância da “imersão

científica” para a sua formação, como disse a participante “Cecília”, verifica-se um caminho possível para a travessia do qual Moura (2013) tanto fala.

A par disso, passa-se à última categoria gerada para análise dos questionários, sendo que essa buscará trazer a percepção que alguns estudantes apresentaram com relação à formação integral, de forma mais direta.

5.2.3 Perspectiva crítica sobre as lacunas na formação integral dos discentes

Nas duas primeiras categorias aqui analisadas, observou-se que a primeira se voltava para uma perspectiva de Ensino Médio Integrado fragmentada, unilateral, a qual priorizava a formação para a mão de obra exigida pelo mercado de trabalho. De outro modo, a segunda perspectiva trouxe elementos que possibilitavam observar uma visão articulada entre os conhecimentos e, embora não se caracterize como uma formação humana integral propriamente dita, constatou-se um caminho coerente para essa travessia.

Agora, nesta última categoria analítica, tem-se a perspectiva dos estudantes de modo mais crítico, mais opinativo acerca da formação que recebem no Instituto Federal do Amazonas. Nesse caso, acredita-se que o olhar dos educandos pode contribuir com possíveis mudanças nas lacunas existentes dentro desse caminho para uma formação humana integral. Dessa forma, antes de exemplificar as falas identificadas dos sujeitos, ressalta-se a importância de algumas pesquisas recentes que consideraram a percepção dos estudantes no campo da EPT. Tais pesquisas foram mencionadas na seção introdutória deste trabalho e, de modo direto ou indireto, contribuíram para a ampliação do olhar que se expõe aqui.

A priori, salienta-se o trabalho intitulado: “A opinião dos alunos sobre o Ensino Médio Integrado em Administração do Instituto Federal de São Paulo”. Nessa pesquisa, é possível verificar que os estudantes compreendem a existência de uma integração entre os conhecimentos no curso que realizam, contudo, enfrentam muitos obstáculos de natureza material e infraestrutural no *campus* em que atuam. Além disso, a pesquisa também observa um distanciamento entre a política de formação da EPT e sua efetiva implantação, principalmente no que se refere ao núcleo comum e ao núcleo técnico.

Outro trabalho que se destaca dentro desse campo investigado tem como título: “A implementação da educação profissional no IFPA – *Campus* Santarém: implicações na formação do técnico em agropecuária”. Essa pesquisa traz como resultado a pouca efetivação existente no percurso de efetivação da formação integrada, revelando que os princípios que regem a EPT ainda são muito tímidos no desenvolvimento do estudante. Além disso, o próprio

conceito de educação integral e ensino integrado ainda é confuso para os sujeitos do processo escolar (tanto discentes quanto docentes).

Com base nesses dois exemplos, pode-se partir para a opinião dos estudantes com relação à formação integral no EMI do IFAM. O quadro 15 organiza os excertos que expressam as visões dos educandos. Vale destacar que as respostas obtidas estão relacionadas à pergunta “O curso permite que você tenha uma formação multidimensional? (Formação física, mental, cultural, política, científico-tecnológica)”. Sendo assim, observou-se os registros:

Quadro 15 - Recorte das falas dos participantes dentro da categoria final 3 (parte 1)

Nome fictício do participante	Excertos extraídos do questionário
Marina	“Não, estou aqui e nada de ensino mental, nem física eu diria.”.
Dante	“Em partes sim, pois temos acesso a muitas informações, projetos, ideias diferentes. Por outro lado, não, pois as vezes somos induzidos a pensar de uma só maneira”.
Eva	“Imagino que a intenção seria obter essa formação multidimensional, mas acho que não atingi totalmente essa formação, mas imagino que 40% dela foi possível obter, e isso ocorreu por causa da pandemia, já que de 3 anos de curso, praticamente 2 anos estão sendo dentro de casa, e isso não ajuda a obter essa formação e sim dificulta”.
Gaudêncio	“De certa maneira, tenho um ensino integrado sim, mesmo que não totalmente”.

Fonte: autoria própria (2021).

Conforme a percepção dos estudantes, a formação integral (ou multidimensional, como foi posta a eles) apresenta uma oscilação na sua oferta, tendo em vista as expressões utilizadas por cada participante. De certo modo, é possível afirmar que existe um esforço do instituto para que essa formação ocorra, mas, aparentemente, os resultados ainda não são expressivos. Por essa razão, ouvir o que o estudante tem a dizer é muito importante, já que ele é o protagonista desse processo.

É preciso levar em consideração o contexto levantado pela participante Eva, haja vista a influência evidente que o isolamento causado pela pandemia gerou em todas as esferas sociais. Nesse caso, o desafio de buscar a formação humana integral se tornou ainda maior, uma vez que o sistema como um todo sofreu inúmeras alterações e escancarou as deficiências presentes no uso de alternativas diferenciadas de ensino e aprendizagem por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação.

Diante disso, é relevante afirmar que, tanto o núcleo comum, quanto o núcleo técnico do IFAM foram afetados de maneira contundente, demonstrando que a articulação, que já era complexa, se tornaria ainda mais difícil de ser alcançada. Por conta disso, pode-se dizer que os

resultados obtidos nessa categoria também são reflexos do cenário atípico vivenciado nos últimos anos. Logo, cabe às instituições de ensino se prepararem e se readaptarem para situações dessa natureza, a fim de prevenir e assegurar o aprendizado integral do estudante.

6 PRODUTO EDUCACIONAL: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Os mestrados profissionais têm como uma de suas características a elaboração de um produto educacional que esteja articulado à pesquisa realizada. Tal material pode ser construído de diferentes maneiras, mas é preciso considerar a sua coerência com a problemática levantada no decorrer no trabalho. Além disso, o pesquisador precisa estar atento às lacunas que surgirem durante a aplicação e análise dos dados, a fim de que seu produto possa funcionar como uma proposta interventiva.

Com base nisso, é importante ressaltar que, desde o início desta pesquisa, um dos objetivos específicos se dirigia à construção de um blog que pudesse auxiliar os estudantes de nível médio. Todavia, essa ideia inicial só poderia ser comprovada mediante a concretização da investigação, pois corria-se o risco de que os dados coletados não apontassem para um material educativo dessa natureza.

Mesmo assim, a aposta foi lançada e, de maneira natural, foi-se percebendo as dificuldades dos educandos, tanto no que se refere às bases conceituais da EPT, quanto no que tange ao conhecimento deles com relação às leis que regem a referida modalidade. Dessa forma, manteve-se a ideia de construção de um blog, pois se entendeu que o acesso ao meio digital era uma realidade muito próxima ao estudante, além de possuir potencial para universalizar as informações presentes no meio virtual.

De posse dessa visão, restava reunir as informações e planejar a efetiva elaboração do material. Nesse caso, é relevante salientar que a primeira versão do produto não retratava a real proposta que se tinha em mente, uma vez que a própria linguagem utilizada não estava adequada ao público-alvo: os estudantes dos cursos técnicos de nível médio. Por esse motivo, foi preciso buscar apoio teórico para que o caminho construtivo obtivesse embasamento e coerência.

Após essa percepção, identificou-se no trabalho de Kaplún (2002) os eixos que foram determinantes para nortear a elaboração pedagógica, visual e sequencial do blog. Mas, antes de “alimentar” o espaço virtual propriamente dito, foi preciso estudar as definições do pensamento de Kaplún (2002) e adaptar a perspectiva do autor para a realidade que se buscava.

Esse estudo, por sua vez, será explicado de maneira breve, assim como o conteúdo que o produto educacional recebeu no decorrer do processo. Nessa direção, é imprescindível destacar que a elaboração dos produtos educacionais nos mestrados como o ProfEPT são uma experiência muito enriquecedora, mas ao mesmo tempo desafiadora, pois demanda um domínio conceitual e pedagógico diferenciado e que, de forma evidente, promove o crescimento do pesquisador e suscita capacidade autônoma de intervir na realidade observada.

6.1 Os eixos de Kaplún e o processo de elaboração do produto educacional

Para entender os fundamentos que poderiam conduzir o produto educacional, o texto de Kaplún (2002) foi utilizado de forma rotineira, afinal, o autor trabalha com o conceito de materiais educativos, destacando três eixos denominados de: conceitual, pedagógico e comunicacional. Esses, de acordo com o teórico, estão articulados entre si e devem constituir uma unidade no produto que se almeja.

De modo objetivo, apresenta-se o eixo conceitual como: “[...] as ideias centrais que serão abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais através dos quais se procurará gerar uma experiência de aprendizado” (KAPLÚN, 2002, p. 48). A partir dessa base, é possível constatar que o referido eixo carrega o corpo do material/produto, uma vez que se propõe a reunir as informações como um todo. Em outras palavras, recebe a denominação de “eixo conceitual”, porque de fato traz os conceitos que fundamentam as ideias defendidas.

Nesse sentido, o capítulo relacionado às bases conceituais que giram em torno da formação humana integral foi essencial para compor a seção em questão. Por isso, os fundamentos direcionados ao trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre os conhecimentos e as discussões envolvendo a profissionalização e o mercado de trabalho foram características marcantes para a elaboração do eixo conceitual do produto.

No que tange ao eixo pedagógico, busca-se a fala de integral de Kaplún (2002), segundo o qual esse eixo deve ser o principal articulador do material educativo, ou produto educacional, como se destacou aqui, pois:

É através dele que estabeleceremos um ponto de partida e um ponto de chegada para o destinatário do material [...], é assim que lhe propomos um caminho, que ele é convidado a percorrer uma nova perspectiva que queremos abrir para ele, que lhe propomos que descubra. Ao fim desse caminho, poderá ele, ou não, ter efetivamente mudado ou enriquecido algumas de suas concepções, percepções, valores etc (KAPLÚN, 2002, p. 49).

De acordo com o pensamento do teórico, o eixo pedagógico é aquele que mais ganha evidência no material e, por meio dele, será possível perceber a efetividade do aprendizado, ou as mudanças que ocorrerão no público-alvo mediante o produto utilizado. Segundo Kaplún (2002), é ainda possível que o aprendizado não apresente sucesso, tendo em vista o caminho percorrido (ou o eixo em si). Nesse caso, infere-se que a complexidade do processo de ensino e aprendizagem pode indicar a reformulação ou manutenção do produto educacional, sendo que esses fatores devem ser encarados de maneira natural nas pesquisas científicas.

O eixo comunicacional, por sua vez, é definido pelo autor como a maneira que a mensagem educativa será repassada ao público-alvo e, por meio dele, “será preciso animar-se a romper moldes para que a mensagem educativa não seja, uma vez mais, equivalente a um sermão impresso, ou a uma chatice audiovisual. Tudo isso sempre girando em torno do eixo pedagógico [...]” (KAPLÚN, 2002, p. 54). Por essa razão, entende-se que o eixo comunicacional tem muita proximidade com o aspecto visual do produto, pois ele é quem vai comunicar o conteúdo por meio de palavras, figuras, símbolos, cores, elementos, entre outros.

Assim, pensou-se em um produto que carrega em sua matriz de construção esse olhar para os três eixos aqui apresentados, buscando articulá-los de forma coerente com os objetivos desta dissertação e, acima de tudo, reconhecendo a complexidade de alcançar este feito, que é construir uma pesquisa científica e concretizar um desdobramento em forma de material didático. De posse dessa visão, passa-se ao detalhamento do referido produto educacional.

6.2 Integrados: descrição do produto educacional

O produto intitulado “Integrados: fundamentos conceituais e recortes legislativos para o estudante do EMI”, disponível em <https://emiept.com.br/>, é, na sua essência, um blog que dispõe textos, vídeos e materiais didáticos para os estudantes do Ensino Médio Integrado, todos esses tendo como base a abordagem teórica adensada nesta dissertação.

Em outros termos, o produto teve como inspiração o olhar dos autores estudados no decorrer desta pesquisa e, obviamente, as lacunas que foram percebidas durante a análise do questionário aplicado com os estudantes do EMI do curso de Química do IFAM. Desse modo, a produção do material se justifica pela necessidade de intervenção em um principal problema visto na discussão dos dados: a pouca quantidade de conhecimento que os estudantes do EMI possuem em relação às bases conceituais da EPT e às legislações que regem tal modalidade.

Diante dessa perspectiva, o “Integrados” se divide em 4 partes principais, todas elas podendo ser acessadas mediante os links para o estudante. Essas partes, por sua vez, estão descritas com os seguintes títulos: “Entendendo o espaço”; “Diálogos sobre a EPT”; “Você precisa saber” e “Leitura interativa”. Em todas elas, procurou-se relacionar os assuntos estudados nesta dissertação, mas em nenhum momento fez-se uso de uma linguagem acadêmica, pois a preocupação com o eixo pedagógico (KAPLÚN, 2002) foi um dos motivos para a busca constante pela adequação da forma comunicativa. A figura 01 destaca um mosaico do blog, ressaltando as divisões estabelecidas no material:

Figura 1 - Capa e divisão do produto educacional “Integrados”

The image displays three stacked screenshots of the 'Integrados' educational product interface. Each screenshot features a dark header with the logo and title 'Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI' and a hamburger menu icon.

Top Screenshot: The main content area has a background image of a classroom. It includes the text 'Bem-vindo(a)' and 'Informações preciosas para novos alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. Fique por dentro e apaixone-se'. Three call-to-action buttons are present: 'ACESSAR CONTEÚDOS ONLINE PARA ALUNOS' (green), 'Baixar arquivo em PDF' (white), and 'Baixar dissertação completa em PDF (Disponível em breve)' (white).

Middle Screenshot: The section is titled 'Blog: Integrados!'. It contains three article cards, each dated '9 DE JANEIRO DE 2022':

- 'QUEM SOMOS?' with an image of colorful books.
- 'COMECE POR AQUI' with an image of a person reading in a red inflatable boat.
- 'O QUE É ESSA TAL DE EPT?' with an image of a blue particle structure.

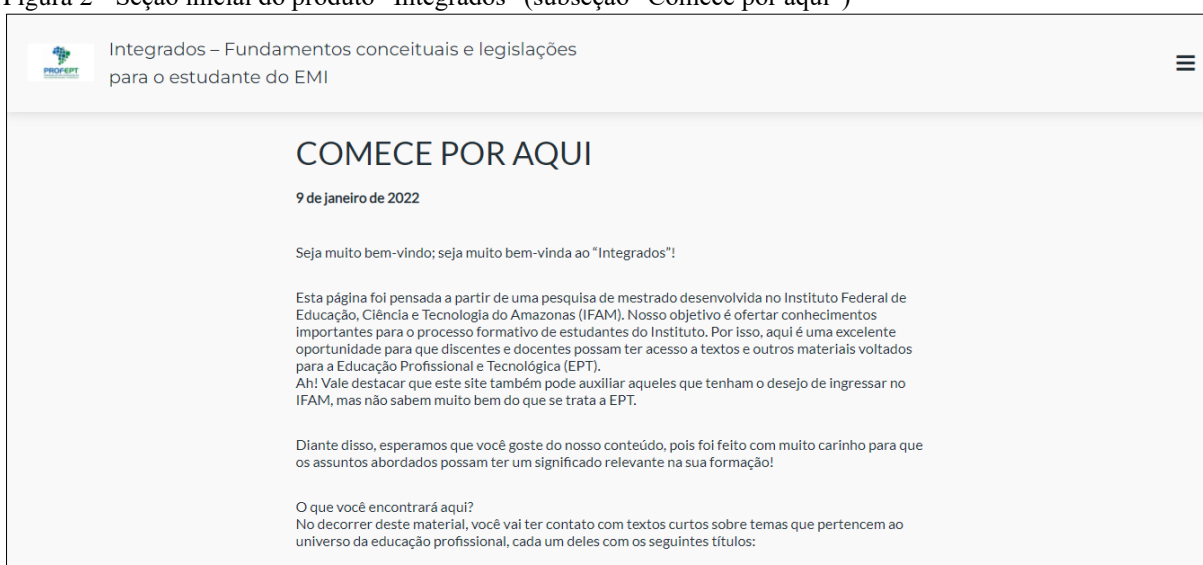
Bottom Screenshot: This section also contains three article cards, each dated '9 DE JANEIRO DE 2022':

- '“FORMAÇÃO UNILATERAL”... VIXE, NÃO SEI O QUE É NÃO.' with an image of a factory floor. Below the title is the text 'LER MAIS'.
- '“DESENVOLVIMENTO OMNILATERAL”? NUNCA NEM VI!' with an image of red flowers. Below the title is the text 'LER MAIS'.
- 'Leitura interativa' with an image of a smartphone showing a red play button. Below the title is the text 'LER MAIS'.

Fonte: Tela capturada do produto educacional “Integrados” (2021).

De modo detalhado, as quatro seções do produto serão expostas a partir daqui, a começar pela primeira – “Entendendo o espaço”. Nessa, o público-alvo tem a possibilidade de compreender o blog propriamente dito, isto é, faz-se um apanhado geral do que será visto no decorrer das outras seções e, além disso, realiza-se uma apresentação pessoal para aproximar o contato entre os interlocutores. Com essa apresentação, os estudantes podem entender o que vão encontrar dentro do espaço e ainda assimilar a relevância do produto dentro do campo educacional. Nesse sentido, apresenta-se a figura 02 para ilustrar uma das partes presentes nesta primeira seção:

Figura 2 - Seção inicial do produto “Integrados” (subseção “Comece por aqui”)



Fonte: Tela capturada do produto educacional “Integrados” (2021).

Mediante essa parte mais introdutória do material, o blog disponibiliza a seção mais densa para contribuir com o desenvolvimento do estudante. Nesse caso, há um link geral para que o estudante tenha acesso a uma coletânea de textos voltados para a discussão de importantes fundamentos da EPT. Cada texto apresenta um título atrativo e dispõe de uma linguagem que articula a formalidade e a informalidade, na tentativa de criar uma ponte com o universo educativo do público-alvo.

A figura 03 traz um dos recortes da seção “Diálogos sobre a EPT”, no qual é válido observar os eixos conceitual e comunicacional destacados:

Figura 3 - Recortes da seção “Diálogos sobre a EPT” pertencente ao produto “Integrados”



Fonte: Tela capturada do produto educacional “Integrados” (2021).

A terceira seção do blog, denominada de “Você precisa saber”, é um compilado de recortes dos documentos oficiais que regem a EPT. Nesse caso, procurou-se um título que não remetesse de fato à palavra legislação, uma vez que o termo parece possuir certa resistência entre o público. Desse modo, o estudante tem acesso a um link que possibilita o contato com algumas diretrizes presentes na LDB, nas DCN, na Constituição Federal e até mesmo no Projeto Pedagógico Institucional. Vale dizer que o texto desta referida seção traz em si alguns fragmentos legislativos na íntegra, o que implica uma mudança na linguagem apresentada no material. Contudo, a intenção foi dar acesso à lei como de fato ela está escrita no documento, pois, mesmo que se torne cansativa a leitura, o estudante terá um material de consulta quando precisar.

Nesse sentido, a seção “Você precisa saber” se projeta como uma das partes mais desafiadoras, mas que pode ser um primeiro passo para que o educando conheça o campo das leis que orientam sua modalidade de ensino. A figura 04 destaca alguns dos textos que estão presentes na seção supracitada:

Figura 4 - Recorte da seção “Você precisa saber” pertencente ao produto “Integrados”



Fonte: Tela capturada do produto educacional “Integrados” (2021).

A última seção do blog “Integrados” possibilita ao estudante um diferencial no material educativo, pois permite que ele tenha contato com vídeos elaborados, como produtos da Rede Nacional do ProfEPT. Nesses vídeos, o público pode se conectar aos conceitos da EPT de forma dinâmica, por isso a seção recebeu o nome de “Leitura interativa”, fazendo alusão ao ato de ler não apenas o texto, mas também os gêneros audiovisuais, que tanto estão presentes no cotidiano dos jovens.

Para isso, os vídeos foram assistidos e reassistidos com o intuito de identificar a coerência conceitual que se expressa nesta dissertação e, em alguns pontos, permitem até um adensamento acerca de outras definições exploradas em menor grau nesta pesquisa, pois a riqueza dos conteúdos oportuniza essa exploração. Cabe destacar ainda que a seção oferta também uma coletânea de produtos educacionais produzidos por acadêmicos do ProfEPT IFAM, *Campus* Manaus Centro, na tentativa de mostrar para o estudante que os referidos fundamentos estão realmente próximos a eles.

Assim, a figura 05 ilustra um recorte dos elementos que foram citados aqui, considerando a dinâmica da interatividade:

Figura 5 - Recorte da seção “Leitura interativa” pertencente ao produto “Integrados”



Fonte: Tela capturada do produto educacional “Integrados” (2021).

Pode-se dizer que o “Integrados” é um blog com potencial para contribuir com o processo formativo dos estudantes do Ensino Médio Integrado, seja voltado às bases conceituais do curso, seja na introdução ao campo legislativo que envolve a EPT. Diante disso, volta-se o olhar para o processo de avaliação aplicado a partir de um questionário cujo público-alvo foram estudantes, discentes e técnicos em assuntos educacionais do IFAM.

Nesse processo, estruturou-se algumas questões relacionadas às dimensões constituintes do produto educacional, conforme a definição de Kaplún (2002). Além disso, buscou-se em Leite (2017) um direcionamento para a construção de eixos e critérios avaliativos que pudessem trazer uma sistemática para a etapa de *feedback* do material elaborado, por assim dizer. Diante disso, a próxima subseção traz a descrição e a análise da avaliação do “Blog Integrados”.

6.3 Análise do produto educacional

Leite (2017), baseada nas determinações da Capes, observa que os mestrados profissionais devem, além de apresentar o produto educacional, exigir uma boa avaliação do referido material educativo, já que se trata de uma etapa de registro e de reflexão do que foi produzido.

Baseada nos eixos Conceitual, Pedagógico e Comunicacional, Leite (2018) propõe, com base nos resultados de sua pesquisa de campo, algumas dimensões que podem ser analisadas de forma mais direta nos produtos educacionais. Essas, por sua vez, são:

- a) Estética e organização do material educativo;

- b) Capítulos do material educativo;
- c) Estilo de escrita apresentado no material educativo;
- d) Conteúdo apresentado no material educativo;
- e) Propostas didáticas apresentadas no material educativo;
- f) Criticidade apresentada no material educativo.

Ao descrever cada uma dessas, a autora busca promover uma organicidade do processo de avaliação, servindo aqui para a construção de um questionário avaliativo com 12 questões, sendo que dez dessas dispunham de uma escala avaliativa como opção de resposta. Tal escala foi proposta conforme está expresso na figura 6:

Figura 6 – Escala numérica e descritiva utilizada como resposta na avaliação do produto

Aspectos visuais do BLOG: INTEGRADOS! Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

IMPORTANTE: Para indicar a escala relativa às sentenças de 1 a 12, considere a seguinte equivalência:

- 1 - Não
- 2 - Pouco
- 3 - Parcialmente
- 4 - Sim
- 5 - Muito

Fonte: captura de tela do questionário avaliativo elaborado pelo autor.

Nessa direção, foram propostas as questões do questionário, conforme está disposto no quadro 16:

Quadro 16 - Questões avaliativas para o produto educacional

n.º	Dimensão	Questão
1	Aspectos visuais	A estética geral do BLOG: INTEGRADOS! Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI (diagramação, cores, imagens, quadros, fontes etc.) mostrou-se adequada e atrativa par ao aluno do EMI?
2		A organização geral do BLOG: INTEGRADOS! Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI (disposição das imagens, formatação, destaques visuais) promoveu um diálogo com o texto e contribuiu para a compreensão do conteúdo disposto?
3		A linguagem escrita mostrou-se adequada para um blog destinado a estudantes do Ensino Médio Integrado?

4	Aspectos do texto escrito	O texto apresentou-se de maneira clara, coesa e coerente para expressar concepções, conceitos e reflexões da educação profissional e tecnológica?
5		Os títulos dos itens se mostraram adequados para promover a compreensão do texto?
6	Conteúdo geral	Os assuntos das seções do BLOG apresentaram coerência quanto à abordagem dos conteúdos do ensino médio e das legislações da Educação Profissional e Tecnológica?
7		O conteúdo do BLOG deixa claro em cada seção as concepções teóricas que sustentam a intencionalidade da proposta?
8		Os conceitos, teorias e reflexões foram apresentados de maneira compreensiva?
9		O conteúdo apresentado pode contribuir com o estudante do ensino médio integrado do IFAM?
10	Opinião geral	Selecione qual ou quais seções do blog mais despertou/despertaram o seu interesse durante a navegação. Em seguida, justifique sua escolha.
11		Qual ou quais aspectos do blog educacional você mudaria?
12		O quanto você estaria disposto ou disposta a utilizar o guia como recurso de aprendizagem para conceitos e legislações da Educação Profissional?

Fonte: autoria própria (2022).

Apesar de as questões estarem divididas apenas em três seções principais, todas elas, de algum modo, estão direcionadas às dimensões propostas por Leite (2017), conforme mencionado anteriormente. Destaca-se, entre elas, as questões diretamente relacionadas às bases conceituais da EPT e aos conhecimentos acerca das legislações dessa modalidade de ensino. O destaque se dá aqui em virtude dos desdobramentos que essas questões podem trazer para o público-alvo, considerando o objetivo geral deste trabalho: analisar a viabilização de fundamentos da Formação Humana Integral, mediante a problematização do conhecimento discente acerca das legislações e das bases conceituais da EPT, tendo em vista o Ensino Médio Integrado do IFAM, *Campus Manaus Centro*.

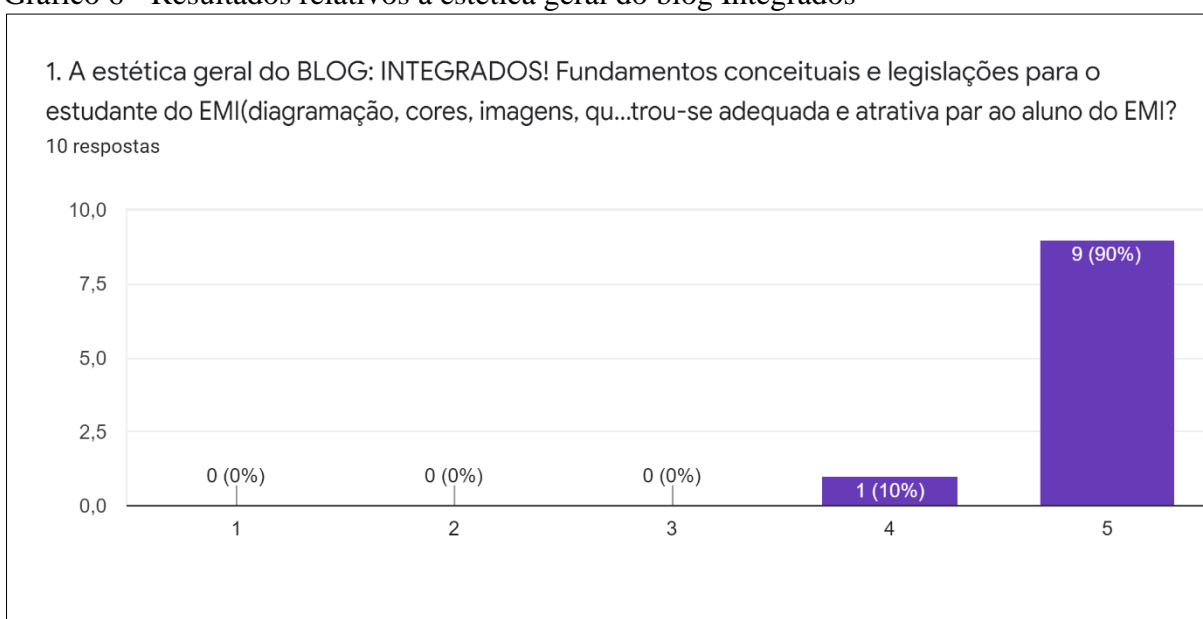
Cabe ressaltar que o percurso de construção do questionário se deu pela ferramenta *Google Forms* e que o contato com os participantes da pesquisa foi realizado por meio do aplicativo *WhatsApp* e via *e-mail*. Nessa trajetória, buscou-se os discentes que haviam respondido o questionário anteriormente, bem como docentes e técnicos do IFAM que pudessem lançar um olhar crítico sobre o produto educacional.

Dessa feita, a avaliação contou com 3 docentes, 2 técnicos em assuntos educacionais e 5 discentes. Todos esses expressaram suas avaliações dentro de um prazo estipulado, enviando suas respostas para que fossem tabuladas as estatísticas e, posteriormente, passasse pela análise descritiva. Dessa forma, a partir daqui busca-se apresentar os resultados desse processo,

utilizando gráficos que encaminhem para uma visão geral e possibilitem uma discussão relevante sobre a aceitação do material produzido: o blog “Integrados!”.

A primeira pergunta se voltou para um aspecto visual, relacionado, portanto, ao eixo comunicacional do produto. Tal aspecto é relevante para o material produzido, sobretudo porque se trata de uma ferramenta acessada pela *web*, ambiente no qual a presença marcante de elementos atrativos é fundamental para os usuários. Nessa perspectiva, o gráfico 6 apresenta os seguintes resultados:

Gráfico 6 - Resultados relativos à estética geral do blog Integrados

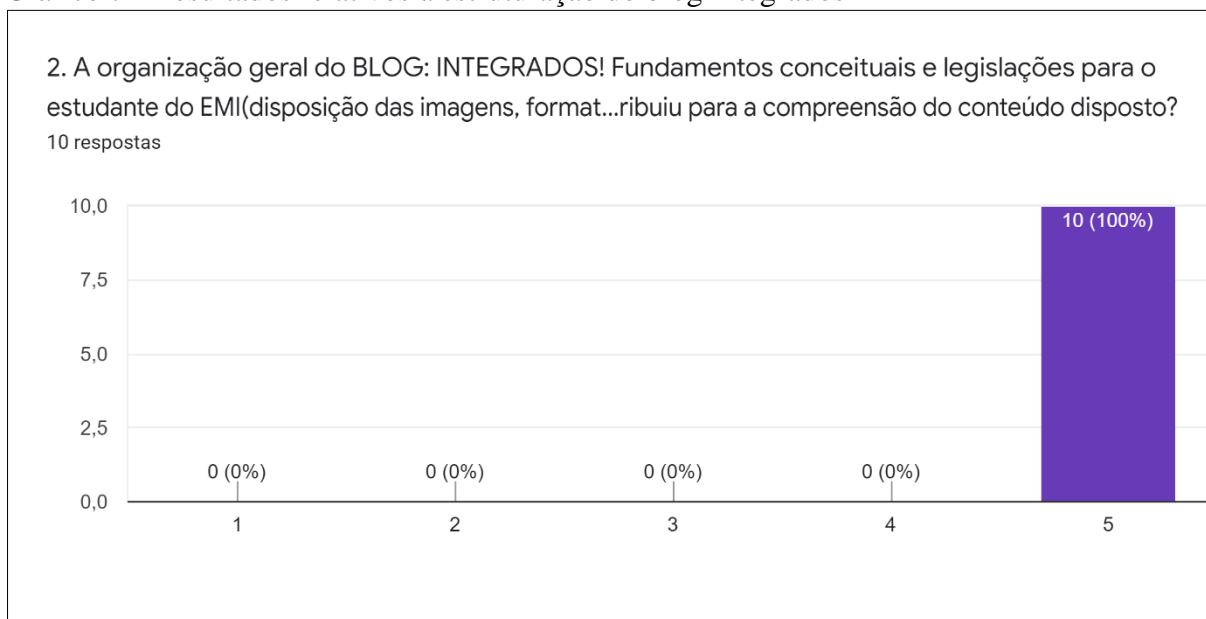


Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

Como se pode perceber, as escalas que mais foram apontadas pelos participantes foram as duas mais altas, equivalendo às opções “Sim” e “Muito”, considerando-se a adequação dos aspectos visuais do blog. Destaque para a escala 5, que obteve 90% da aceitação do público-alvo. Desse modo, vê-se que, dentro desse recorte de participantes, a diagramação, as cores e as imagens, entre outros elementos, se mostraram adequados para a proposta.

No que tange à pergunta de número de 2, o critério avaliado também foi direcionado para uma dimensão visual do Integrados. Contudo, a questão teve como foco a própria organização dos elementos e formatação como um todo, revelando uma preocupação mais estrutural, propriamente dita. A partir disso, o gráfico 7 apresenta os seguintes resultados:

Gráfico 7 - Resultados relativos à estruturação do blog Integrados



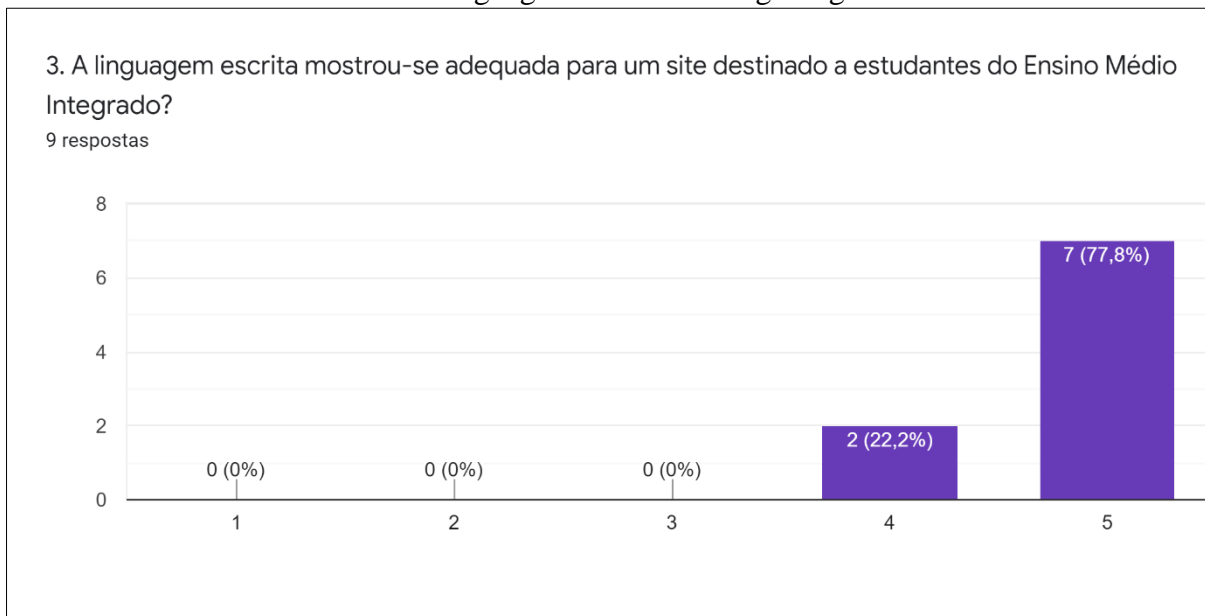
Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

Com relação à estrutura organizacional do produto, 100% dos participantes optaram pela escala 5 da avaliação, demonstrando um alto nível de satisfação com a dimensão avaliada. Diante disso, acredita-se que o blog, apesar de não ter sido produzido por um profissional da área de produção digital, atende aos requisitos necessários para um bom funcionamento e usabilidade dos sujeitos que se deseja atingir. Nesse caso, buscou-se fugir da crítica levantada por Leite (2017, p. 332), na qual ela observa que muitos produtos educacionais dos mestrados profissionais “eram alocados no final das dissertações sob a forma de apêndice; a maioria era um resumo do trabalho final e com diagramação pouco atrativa e distante da forma de um material didático elaborado para o ensino”.

É válido destacar que, por se tratar de uma ferramenta associada às plataformas digitais, muitos podem criar a expectativa de acesso a recursos inovadores e extremamente atrativos. Contudo, a intenção do blog é mais voltada ao conteúdo informacional que pode ser ofertado ao estudante. Em outras palavras, o blog é uma ferramenta cuja proposta não é a dinamicidade ou a elevada interação com o usuário, mas uma forma de comunicá-lo acerca de determinados assuntos, tendo em vista a carência de uma determinada realidade. Assim, o esforço para a construção de uma estética que atraia o leitor é, de certa forma, limitado à finalidade da ferramenta, mas, considerando a aceitação dos participantes nesta avaliação, pode-se dizer que o objetivo de se tornar visualmente atrativo também foi alcançado.

A terceira pergunta do questionário avaliativo foi destinada à parte escrita do material, dimensão de destaque no blog, haja vista ser o principal recurso que esse dispõe para dialogar com o usuário. Nessa direção, observa-se os resultados do gráfico 8:

Gráfico 8 - Resultados relativos à linguagem escrita do blog Integrados



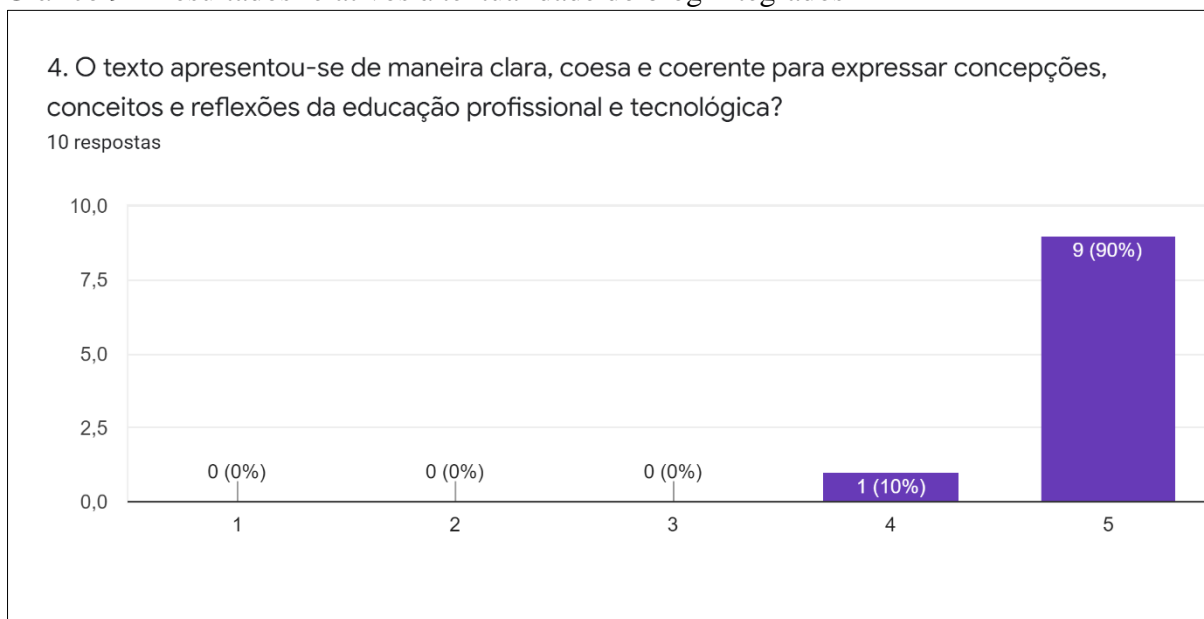
Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

Os resultados obtidos revelam novamente a aceitação positiva com relação à linguagem e sua adequação para os estudantes do EMI. A opção 4 recebeu 22,2% da aceitação e a opção 5 obteve 77,8% das respostas. Para tanto, considera-se que o produto, de fato, procurou adaptar seu texto com expressões e formas de linguagem mais descontraídas, sobretudo nas seções relativas às bases conceituais. Nesse caso, ressalta-se ainda o fato de que o uso do discurso em segunda pessoa pode ter se revelado como um fator positivo na interação do blog com os sujeitos participantes.

Com base no que se vê, o Integrados parece ter encontrado uma linha comunicativa coerente. Apesar disso, é evidente que o material não estava absolutamente sem defeitos, uma vez que existem passagens que podem ser melhoradas, como será visto posteriormente. Mesmo assim, convém destacar o alcance positivo no que se refere ao estilo de escrita escolhido.

O próximo item avaliado propôs um olhar voltado para o texto e sua relação com o conteúdo, numa associação entre o eixo comunicacional e o conceitual. Tendo isso em mente, passa-se para os resultados presentes no gráfico 9:

Gráfico 9 - Resultados relativos à textualidade do blog Integrados

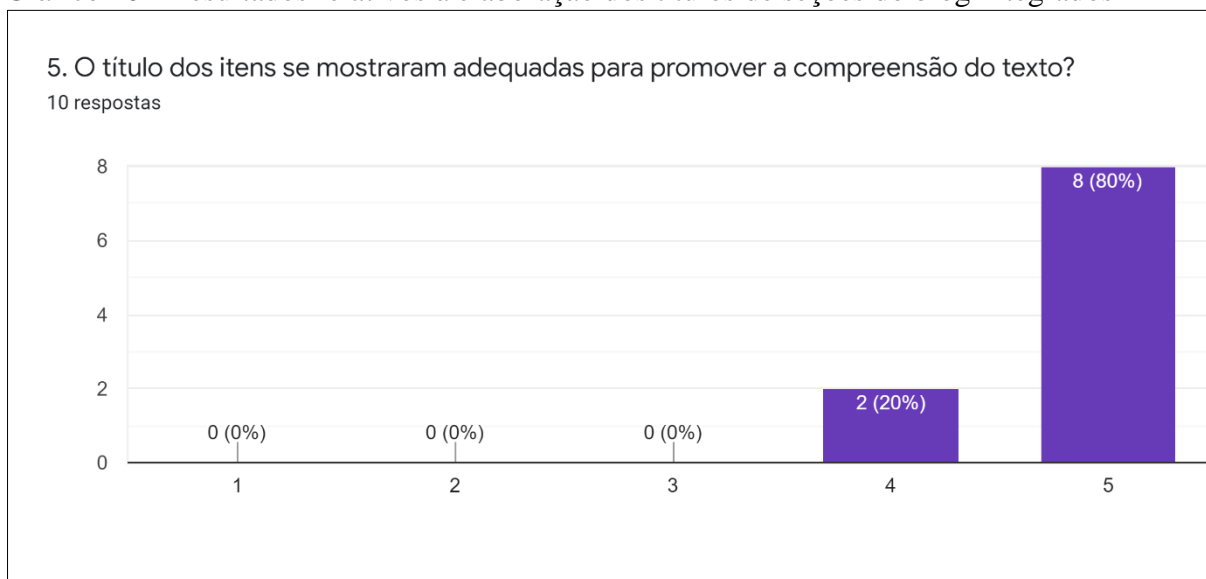


Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

A clareza, a coerência e a coesão são elementos de textualidade muito utilizados nas ciências da linguagem, sobretudo na linguística. Evidentemente, a intenção do item avaliado não era reconhecer nos sujeitos esse conhecimento, mas buscar o entendimento geral de cada um sobre a organização textual articulada ao conteúdo proposto no blog. Dessa feita, 10% dos participantes optaram pelo nível 4, enquanto 90% caminharam para o nível mais alto de adequação. Com isso, verificou-se que a associação entre os eixos comunicacional e conceitual demonstraram uma associação acertada.

O item seguinte do questionário avaliativo foi mais específico, buscando a opinião dos participantes acerca dos títulos presentes no blog. Esse critério, a princípio muito simples, é relevante para o produto porque os títulos dentro do ambiente virtual construído funcionam como uma porta de entrada para a leitura. Nesse caso, foram elaboradas várias dessas “portas”, juntamente a imagens que despertassem a atenção do usuário, cabendo aqui destacar os seguintes títulos: a) “Desenvolvimento omnilateral: nunca nem vi”; b) “Formação unilateral... Vixe! Nunca nem vi”; c) “Dicotomia na educação... traduz, por favor”; d) “Trabalho e profissão não são a mesma coisa?”; e) “Ensino Integrado: quê que é isso?”; f) “O que é essa tal de EPT?”. Como se pode notar, vários títulos procuraram uma linha dedicada ao humor, como estratégia de atrair o leitor. O resultado desse esforço está expresso no gráfico 10:

Gráfico 10 - Resultados relativos à elaboração dos títulos de seções do blog Integrados



Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

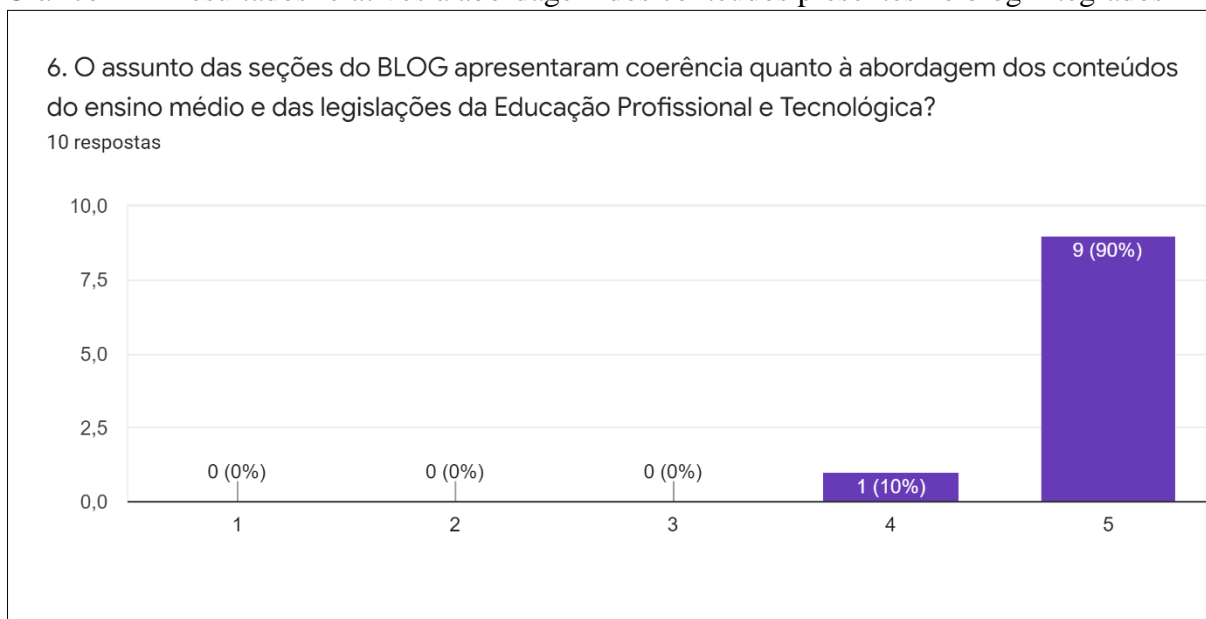
De acordo com os dados levantados, 20% dos participantes concordaram com a adequação dos títulos utilizados e 80% deles concordaram muito com a referida adequação. Esse nível alcançado revelou, portanto, a aceitação dos sujeitos que se dispuseram a avaliar. Contudo, visando ao alcance do maior nível da escala, buscou-se rever alguns dos títulos, a fim torná-los ainda mais atrativos no produto final.

No que se refere às questões 6 e 7 presentes no questionário, explorou-se a opinião dos participantes acerca do conteúdo de cada seção. Dessa forma, trabalhou-se o eixo conceitual que se expressa como um articulador das abordagens teóricas defendidas nesta dissertação. Dessa forma, a importância de alcançar uma avaliação positiva dentro deste critério era evidente, já que as respostas poderiam influenciar diretamente numa reformulação do material produzido.

Aqui, abre-se um parêntese para destacar que os produtos educacionais podem realmente demonstrar um caminho positivo ou negativo relacionado à pesquisa. Essa dinâmica deve ser encarada como uma etapa de melhoria, mas, conforme o retorno dos sujeitos participantes, pode ser que o impacto negativo repercuta de forma desestimuladora, sobretudo na dimensão conceitual, que tanto já se discutiu na própria dissertação.

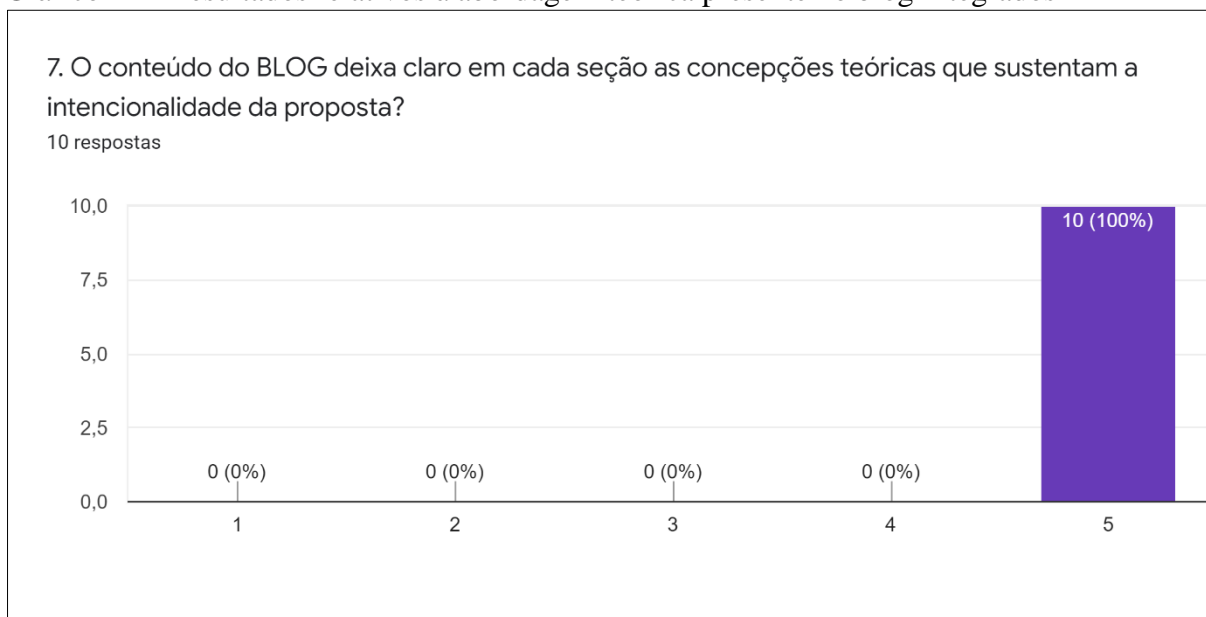
Sendo assim, parte-se para os gráficos 11 e 12, expressando os resultados estatísticos que evidenciam uma notória satisfação:

Gráfico 11 - Resultados relativos à abordagem dos conteúdos presentes no blog Integrados



Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

Gráfico 12 - Resultados relativos à abordagem teórica presente no blog Integrados



Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

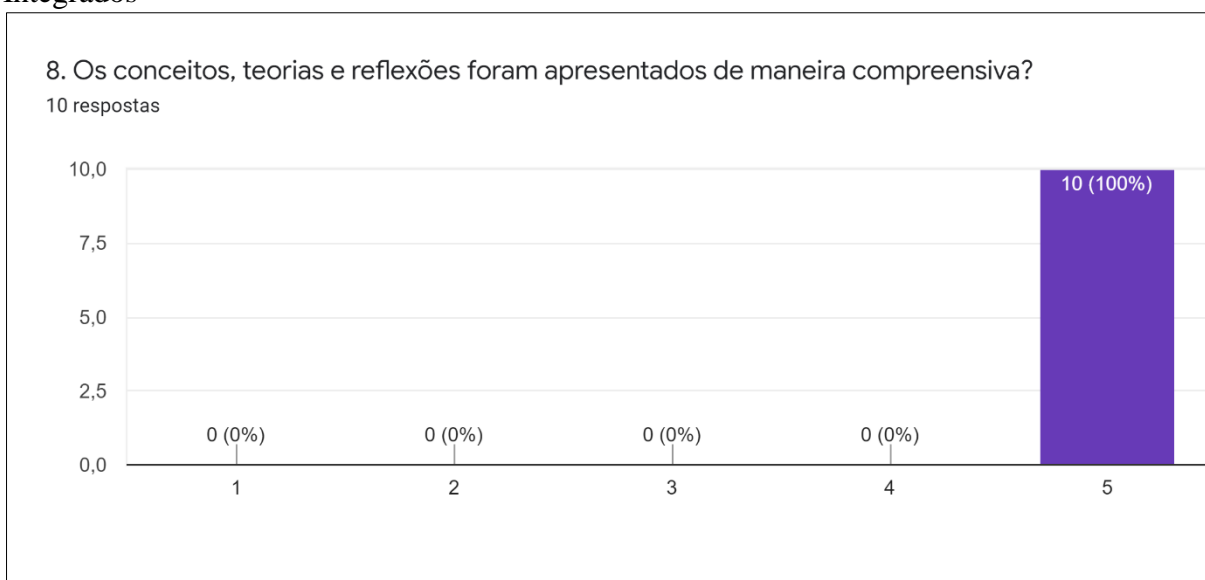
Conforme é possível notar, os critérios relativos ao conteúdo e à abordagem teórica presentes no blog alcançaram níveis bastante positivos. Na sexta questão, 90% dos participantes optaram pelo nível máximo de adequação; por sua vez, na sétima indagação, 100% dos sujeitos assinalaram o nível 5 da escala. Diante disso, é válido reconhecer a coerência do material e a

capacidade de condensar assuntos tão complexos de uma forma didática, sendo essa uma das principais intenções do blog.

Nesse caso, o fato de a pesquisa ter consultado os discentes do EMI durante a fase de aplicação dos primeiros questionários contribuiu para que se pudesse alcançar esse êxito, pois, segundo a visão de Leite (2017, p. 334): “É importante também conhecer os sujeitos a quem se destina o material para entender o que sabem, pensam, querem, imaginam e ignoram sobre o tema em questão e quais das suas necessidades poderiam ser respondidas pelo material”.

A questão de número 8, de modo geral, buscou a perspectiva dos participantes a respeito do eixo pedagógico, evidenciando um olhar sobre a compreensão dos conceitos, teorias e reflexões apresentadas nos textos do blog. Dessa forma, o gráfico 13 expõe os seguintes resultados:

Gráfico 13 - Resultados relativos à compreensão conceitual e teórica presente no blog Integrados

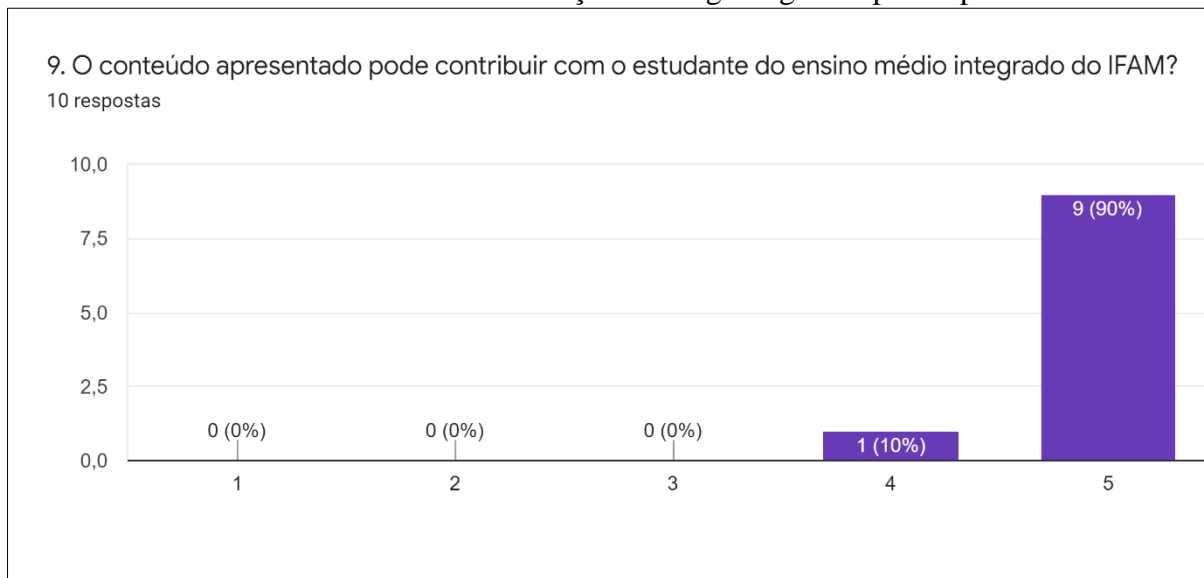


Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

O gráfico 13 evidencia que 100% dos sujeitos participantes concordaram com a adequação da abordagem conceitual ofertada no produto educacional, salientando que a compreensão do que fora exposto estava acessível ao leitor. Com base nisso, enfatiza-se o eixo pedagógico e concorda-se com Leite (2017), quando esta afirma que: “Por meio do itinerário pedagógico estabelecemos onde o destinatário está em relação ao eixo conceitual proposto com a intenção de construirmos uma nova percepção sobre o tema” (LEITE, 2017, p. 334).

A pergunta de número 9 foi crucial para a avaliação apresentada aos participantes, uma vez que, de forma clara e direta, indagou-se sobre a contribuição do produto para o público-alvo ao qual ele está destinado. Nessa direção, obteve-se o resultado exposto no gráfico 14:

Gráfico 14 - Resultados relativos à contribuição do blog Integrados para o público-alvo



Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

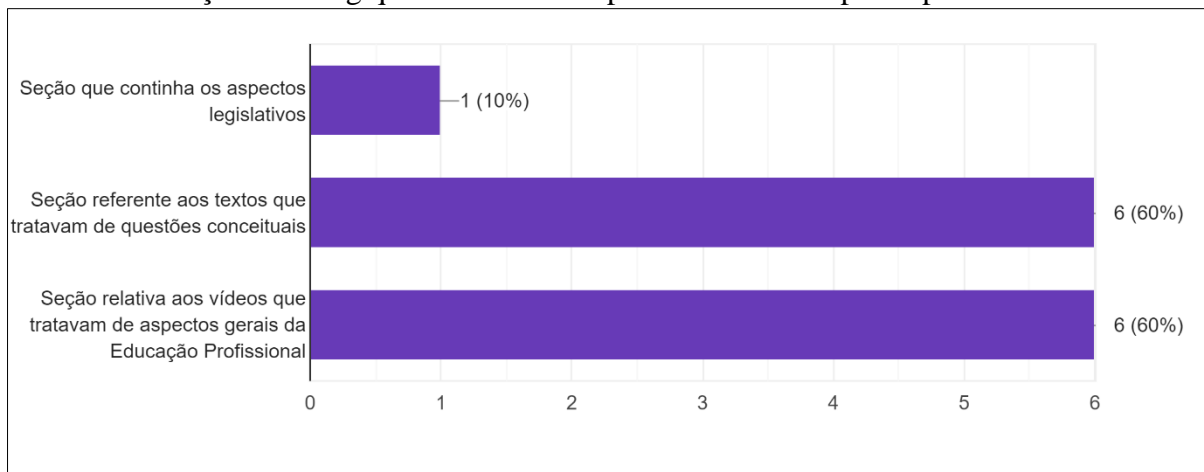
A estatística coletada apresenta um elevado índice de satisfação com o produto, haja vista 90% dos participantes afirmarem que o blog pode trazer contribuições para os estudantes do EMI. Esse alcance demonstrou, de forma expressiva, que a ferramenta está adequada à finalidade para a qual se destina. Contudo, cabe a ressalva de que a disposição ordinária do conteúdo presente no material não conseguiu receber o ajuste necessário no momento em que foi enviado para a avaliação. Por essa razão, dois participantes apontaram as seguintes sugestões de mudança: “Colocar as seções na sequência correta, iniciando pelo tópico ‘comece por aqui’” (DOCENTE 2); “Organizar a ordem em que os textos devem aparecer, pois a parte inicial ficou no final, necessitando avançar os links até o final para recomeçar” (DOCENTE 3).

Considerando os apontamentos feitos pelos docentes, procurou-se realizar o ajuste da ordem do material para a versão final. Além disso, na versão encartada, a ordem correta também foi respeitada.

No que tange às três últimas questões do questionário avaliativo, buscou-se um olhar mais pessoal dos participantes, visando identificar pistas acerca dos pontos mais positivos do material, bem como do que poderia ser apontado como um ponto fraco a ser reconsiderado. Assim, formulou-se a questão 10 com o seguinte enunciado: “Selecione qual ou quais seções

do blog mais despertou/despertaram o seu interesse durante a navegação. Em seguida, justifique sua escolha”. O resultado desta indagação está presente no gráfico 15, o qual dispõe a estatística e as opções de respostas ofertadas aos participantes. Cabe ressaltar que os participantes poderiam assinalar mais de uma opção, por isso a porcentagem gerada pelo gráfico é diferente do que está posto nos demais gráficos.

Gráfico 15 - Seções do blog que mais foram expressivas entre os participantes



Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

O que se pode inferir a partir dos resultados é que a grande maioria dos participantes considerou as seções destinadas aos textos conceituais e aos recursos didáticos como as mais atrativas. Esse retorno dos participantes foi muito importante para consolidar ainda mais as expectativas com relação aos eixos conceitual e pedagógico do produto.

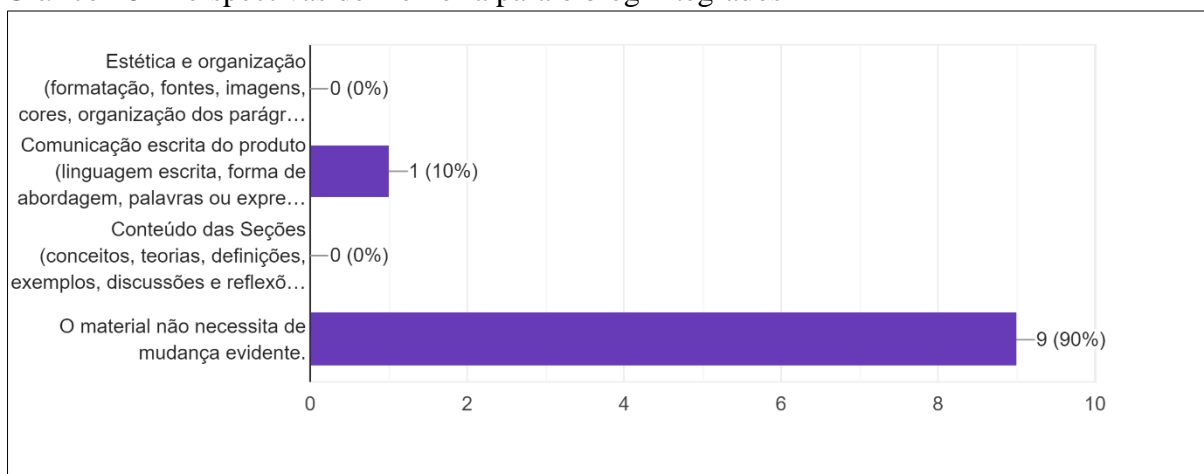
Nessa pergunta, alguns comentários foram destaques positivos, tais como: “Adorei o desenvolvimento do projeto. Essencial para alunos do integrado!!” (DOCENTE 01); “Excelente trabalho!” (DISCENTE 01); “Muito bom!” (DISCENTE 02); “Trabalho maravilhoso!” (DISCENTE 03); “O blog apresenta-se de forma bastante atrativa, destacando-se principalmente nas ferramentas didáticas e nos textos com linguagem leve” (DOCENTE 02).

Com base nas seções selecionadas pelos participantes e nos comentários positivos, chegou-se à constatação de que o blog, de fato, apresenta potencial para ser utilizado entre os estudantes do EMI. Nesse caso, é válido revelar que o desafio de condensar o conteúdo em uma ferramenta digital sempre trouxe um grande receio, pois tratar de fundamentos e princípios tão complexos exigiu constante revisão do que estava sendo proposto.

Após a questão 10, caminhou-se para a pergunta seguinte, a qual visava coletar informações sobre o que poderia ser melhorado dentro do produto educacional, tendo em mente

as dimensões constituintes do blog. Assim, o gráfico 16 revela os resultados para o seguinte enunciado: “Quais os aspectos do Blog educacional você mudaria?”.

Gráfico 16 - Perspectivas de melhoria para o blog Integrados



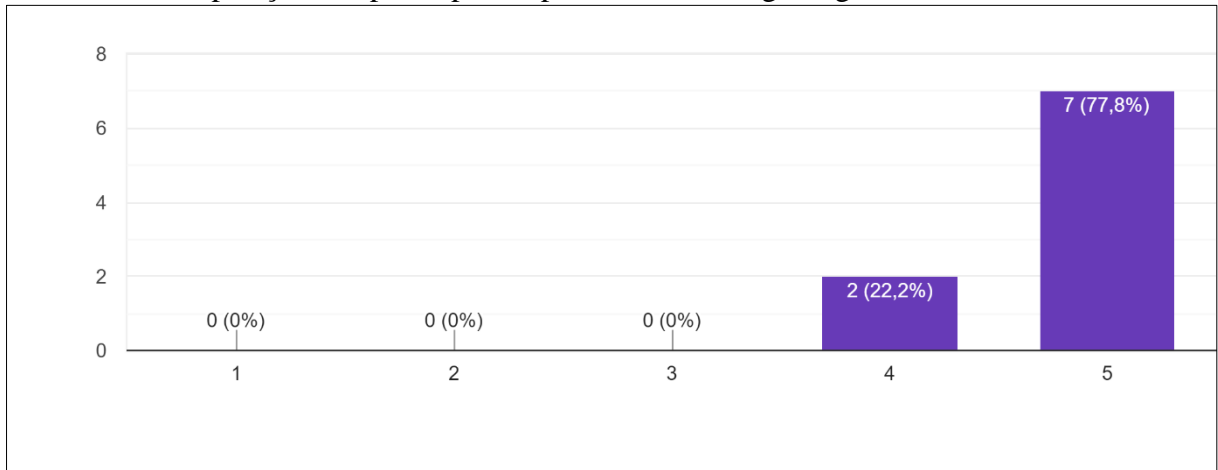
Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

Nesse item, a grande maioria dos sujeitos participantes não apontou nenhum aspecto passível de alteração aparente. Todavia, o único que apontou fez o seguinte comentário: “Eu modificaria alguns aspectos na forma de abordar a seção legislativa, embora eu entenda que seja preciso tratar o assunto de forma mais séria” (DOCENTE 03). Tal indicação foi acatada e, na versão final do blog, já se busca uma linguagem mais próxima da informalidade, ainda que carregue trechos de deliberações legislativas.

É oportuno destacar que a seção legislativa que compõe o blog é, de fato, aquela que mais pode desenvolver resistência de leitura por parte do público-alvo. Isso poderia ocorrer pela falta de contato com o texto jurídico, embora se tenha selecionado passagens simples para estruturar o material. Acredita-se, contudo, que a aproximação do estudante do EMI com os textos oficiais é uma forma de quebrar uma visão de que eles não possuem a competência discursiva para compreender a referida tipologia textual. Desse modo, o diálogo com as determinações legislativas pode levar os estudantes à criticidade, fator que deve se acentuar nos produtos educacionais, já que a formação integral se constrói mediante uma base sociocrítica.

Finalmente, partiu-se para a última questão, cuja intenção era indagar o participante de forma bastante direta sobre o quanto ele estaria disposto a utilizar o blog. A indagação considerou a escala de 1 a 5, conforme já havia sido feito anteriormente. Assim, os resultados referentes a esse item estão expressos no gráfico 17:

Gráfico 17 - Disposição dos participantes para o uso do blog Integrados



Fonte: gerado pela plataforma Google Forms (2022).

De acordo com os dados evidenciados no gráfico, o nível de aceitação do blog Integrados foi bastante elevado. Não houve entre os participantes qualquer indicação de rejeição e a grande maioria selecionou a opção de maior nível na escala proposta. Diante disso, compreende-se que o objetivo de construir um produto educacional em formato interativo para ser utilizado dentro de um ambiente virtual foi uma decisão acertada. Além disso, as avaliações positivas indicaram que as principais seções do material conseguiram expressar os conceitos e as reflexões discutidas nesta dissertação, mesmo sem utilizar uma linguagem acadêmica para isso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade de ensino que está diretamente ligada ao mundo do trabalho. Tal relação, no entanto, não pode ser vista como uma mera preparação para o mercado de trabalho, situação que, de acordo com estudiosos como Moura (2003), Ciavatta (2014) e Frigotto (2011), ocorre em diversas instituições. Nesse sentido, entender, discutir, refletir e a redirecionar as questões envolvendo essa temática é uma necessidade urgente.

Nesta dissertação, buscou-se, além do debate acerca das bases que norteiam a EPT, compreender a relevância que as legislações expressam nessa esfera educativa. Isso porque existem de fato documentos normativos que carregam de forma explícita os conceitos de formação integral defendidos por autores da educação profissional, mas também discursos que se distanciam sobremaneira da referida visão formativa.

A trajetória para esse entendimento e para a construção do trabalho final foi desafiadora. Os percalços advindos da pandemia da Covid-19 se mostraram verdadeiros entraves no desenvolvimento da aplicação da pesquisa e na própria escrita deste texto, já que o contexto de crise teve como consequência a paralisação de inúmeros setores da sociedade e se refletiu na saúde física e mental de todos os que acompanharam os acontecimentos dos últimos 2 anos. Assim, esta dissertação carrega nas suas entrelinhas uma verdadeira superação, aspecto relevante nesse contexto educativo, já que o processo de ensino e aprendizagem formal não se faz apenas por meio de conteúdos absorvidos em cada disciplina. Nessa direção, buscou-se o alcance de 4 objetivos específicos que contribuíssem para o cumprimento do objetivo geral. Esses, por sua vez, foram construindo a trajetória da pesquisa e, linha por linha, deram vida a este trabalho.

Nesse caso, antes de adentrar em cada um deles, vale destacar a dinâmica metodológica desta pesquisa, iniciando pela abordagem qualitativa sobre a qual se refletiu a todo momento, considerando-a como uma forma de entender cada fenômeno que surgisse, para depois discuti-lo. Esse olhar atento foi concretizado com maior ênfase nas etapas de aplicação dos questionários, os quais revelaram importantes aspectos para o andamento da pesquisa. Além disso, a pesquisa documental e a articulação dessa com as teorias destacadas permitiu uma associação teórico-metodológica muito válida para as finalidades propostas. A trajetória de construção dos instrumentos de coletas também foi marcante no decorrer do processo, haja vista a necessidade de adaptá-los às tecnologias de informação e comunicação e de cumprir com os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos exigidos pelo CEPESH.

No que tange ao objetivo específico 1 deste estudo – discutir as bases conceituais da EPT brasileira, evidenciando a perspectiva formativa da Formação Humana Integral, bem como os princípios que a sustentam –, o constructo teórico presente no primeiro capítulo trouxe estudiosos de renome da EPT brasileira para sustentar conceitos e definições basilares. A partir disso, verificou-se que o trabalho como princípio educativo e a integração entre o conhecimento intelectual e o manual são fundamentais para a compreensão da formação integral. Por essa razão, compreendeu-se a relevância da reflexão acerca do Ensino Médio Integrado dentro de uma perspectiva omnilateral em detrimento da mera profissionalização.

No objetivo específico 2 – averiguar as principais legislações direcionadas à Educação Profissional e Tecnológica, compreendidas no período pós-constituição de 1988, relacionando-as com as bases conceituais que orientam a perspectiva de Ensino Médio Integrado como caminho para a Formação Humana Integral –, foi possível desenvolver uma pesquisa mediante documentos fundamentais para a educação profissional e tecnológica, entre eles: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/lei n.º 9.394/96); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM) e, de maneira mais específica ao lócus deste estudo, o Plano Pedagógico Institucional do IFAM (PPI 2019-2023).

Por se tratar de documentos extensos e complexos para uma análise total, optou-se por realizar um recorte de cada um deles. Assim, realizou-se uma pesquisa com foco nos trechos em que os fundamentos da EPT se mostrassem evidentes. Além disso, também foram verificadas as passagens que, explicitamente, caminhavam para uma perspectiva unilateral, sendo essas debatidas por meio de argumentos contrários. Logo, constatou-se que os respectivos documentos demonstram concepções oscilantes, tendo em vista a inconstância de bases legais que assegurem a formação integral de forma efetiva.

Mesmo assim, foi possível perceber que existe um caminho possível para a uma EPT ampla, articuladora e mais justa, sobretudo quando a própria LDB considera como educação o desenvolvimento de múltiplos conhecimentos, inclusive para o mundo do trabalho. A crítica deste estudo, no entanto, se faz presente quando esse direito é mascarado por um sistema que muitas vezes oferece oportunidades mínimas para um determinado público e inúmeras outras para um grupo com mais poder aquisitivo.

Nessa direção, a defesa por uma educação pública, gratuita e de qualidade é uma abordagem tangencial neste texto, mesmo que sua discussão não tenha sido aprofundada. Dessa forma, esta dissertação é também um ato de resistência diante das questões que norteiam o ensino básico.

O objetivo específico 3 – analisar as percepções dos discentes vinculados ao curso técnico de nível médio integrado em Química, IFAM, *Campus* Manaus Centro, no que se refere ao conhecimento direcionado às legislações, à finalidade do EMI e às bases conceituais da EPT brasileira – foi caracterizado como uma pesquisa de campo por meio remoto, na qual os participantes responderam ao questionário com perguntas direcionadas ao objetivo proposto.

Durante essa fase, os dados foram coletados e organizados em duas partes: a primeira delas tratou dos gráficos relativos às perguntas fechadas, enquanto a segunda se aprofundou nas perguntas abertas para reuni-las em categorias. Essas seguiram a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), com o auxílio do olhar de Silva e Fossá (2015), revelando 3 categorias finais: a) A percepção do Ensino Médio Integrado como preparação profissionalizante; b) Aproximações integradoras no EMI e c) Perspectiva crítica sobre as lacunas na formação integral dos discentes.

Dentro dessa organicidade, foi possível constatar que a percepção dos estudantes do EMI de Química do IFAM não apresentou uma uniformidade no discurso, isto é, o conhecimento dos estudantes no que se refere às legislações e às bases da EPT foi evidenciado ora pela perspectiva puramente profissionalizante, ora por uma tímida aproximação com a formação integral. Além disso, os discentes também revelaram algumas lacunas nessa última formação, tais como: tentativas de formação multidimensional que falharam; desenvolvimento crítico pouco explorado e ensino integrado de forma parcial.

Com base nisso, o objetivo específico 4 – elaborar um blog para difundir recortes das legislações norteadoras e os conceitos bases da EPT, bem como os resultados desta pesquisa, tendo como público-alvo os estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado – foi visado como uma maneira de intervir nas lacunas encontradas. Tal produto educacional foi estruturado com base nas dimensões propostas por Kaplún (2003), na qual os conceitos, a forma didática e os aspectos visuais caminham de forma articulada para compor um material educativo.

Esse produto educacional passou por uma avaliação mediante critérios estabelecidos com base em Leite (2017), a partir de um questionário enviado pela plataforma *Google Forms*. Nessa etapa, professores, estudantes e técnicos em assuntos educacionais foram convidados para avaliar o material e, conforme os resultados obtidos, o blog foi altamente recomendado para contribuir com a formação de discentes do EMI.

Por fim, o objetivo geral desta dissertação – analisar a viabilização de fundamentos da Formação Humana Integral, mediante a problematização do conhecimento discente acerca das legislações norteadoras e das bases conceituais da EPT, tendo em vista o Ensino Médio

Integrado do IFAM, *Campus* Manaus Centro – foi alcançado por meio do conjunto formativo do trabalho. A viabilização dos fundamentos da EPT, bem como de suas leis, pode ser alcançada por etapas, que vão desde o conhecimento básico dos professores e dos discentes no que se refere aos princípios da EPT, até a elaboração de produtos educacionais que podem ser ofertados como propostas interventivas. Logo, é preciso uma constante abordagem da temática nas instituições que oferecem essa modalidade educativa, sobretudo nos IF, já que a forma de oferta do EMI é vista como uma possível travessia para a formação humana integral.

Com base no exposto, é coerente afirmar que o percurso de formação neste mestrado foi extremamente enriquecedor. A visão social e política associada às bases teóricas que consideram a importância da reflexão crítica acerca da educação é, sobretudo, a maior contribuição na luta pelas mudanças necessárias à sociedade. O crescimento como pesquisador do campo da EPT é muito mais do que uma habilidade desenvolvida; é a promoção de uma perspectiva de mundo que não pode mais ser apagada.

Para tanto, este trabalho se encerra como um espaço de reflexão científica e política, esperando gerar novos olhares para outras contribuições que dele podem decorrer. Destaca-se nesse caso alguns pontos, como uma possível ampliação do corpus de pesquisa que alcance o olhar docente, bem como outros cursos técnicos. Além disso, indica-se um aprofundamento em outros documentos relacionados à EPT, a fim de tornar mais robusta a análise documental sobre a qual evidenciou-se um recorte.

No mais, salienta-se o compromisso com a educação e com o ensino de modo geral, pensando tanto nos estudantes, quanto nos profissionais que atuam nessa seara. Além disso, aponta-se ainda para a luta constante que se deve travar a favor da formação humana integral, fundamento teórico deste estudo e compromisso deste pesquisador.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F. **A integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio no curso técnico em edificações** – IFES *campus* Colatina. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.
- ALENCAR, Nília Feitosa de. **Lei nº 13.415/2017: implicações no ensino médio integrado na rede de ensino pública do estado do Maranhão**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- BOAVENTURA, Geisa d'Ávila Ribeiro. **Tensões e perspectivas da rede federal no campo da Educação Profissional e Tecnológica: um estudo do IF goiano nos campi ceres e rio verde – goiás**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB. n.º 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. D.O.U., Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- FERREIRA, Maria Aparecido Bueno. **A opinião dos alunos sobre o Ensino Médio Integrado em Administração do Instituto Federal de São Paulo/Campus Suzano**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2019.
- FILHO, Geral Francisco. **A administração escolar analisada no processo histórico**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n.º 1, jan./jun., 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis: EdUFSC, v. 19, n. 1, p.71-87, jan./jun., 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas**. Trab., Educ. e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, 2009.

GIANELLI, Juliana Gimenes. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus São João da Boa Vista: a questão do ensino médio integrado**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico Institucional: PPI 2019-2023**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus: 2019.

KAPLÚN, G. **Material educativo: a experiência do aprendizado**. Comunicação apresentada no 6.º Congresso da Alaic (Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação), Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, 2002, p. 46-60.

KUENZER, Acácia Zeneida. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/familiaestagio/ensino-mdio-uma-proposta-para-os-que-vivem-do-trabalho>. Acesso em: 22 out. 2020.

KUENZER, A. Z. (org.). **Ensino Médio: Construindo uma Proposta para os que Vivem do Trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, P.S.C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: VII CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA. Anais [...]*. Atas CIAIQ v.1, p. 330-339, 2017.

MACHADO, Lucília R. S. **Diferenciais Inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Revista Brasileira de EPT, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2008.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARÇAL, Fábio Azambuja. **O ensino médio integrado no IFRS enfrentando a dualidade**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

MARCIA, Kruptas (org.). **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica. Série Debate na Escola).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesq.**, vol. 39, n. 3, 2013, p. 705-720. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 jun. 2021.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e perspectivas de formação de trabalhadores**: para além da formação politécnica. Revista Brasileira de Educação, UFC, v. 12, n. 34, jan./abr., 2007.

NICOLOIDE, Elaine. **Políticas públicas de reestruturação do ensino médio**: as reformas implantadas pela Secretaria de Estado da educação de Goiás no período 2000-2010. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. História e Política da educação profissional. Curitiba: IFPR, 2014.

RAMOS, M. N.; CIAVATTA, Maria. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, p. 27-41, 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 25 out. 2019.

RAMOS, Raimundo Sátiro dos Santos. **A implementação da educação profissional no IFPA - campus Santarém**: implicações na formação do técnico em agropecuária. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo, SP: Arlas, 2012.

ROSA, Daele Zuqueto. **Currículo integrado e a formação integral de jovens**: uma proposta do instituto federal farroupilha campus santa rosa. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde** [online]. vol. 1, n.º 1, p.131-152, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 out. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Guilherme Alves da. **A formação humana integral e o ensino médio (integrado) no contexto das reformas educacionais (2016-2017)**: uma parada do velho novo? 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 17, n. 01, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
IFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENSINO MÉDIO INTEGRADO: Diálogo sobre as bases conceituais e legislações da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisador: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38491120.1.0000.8119

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.548.397

Apresentação do Projeto:

De acordo com o projeto, o estudo tenciona demonstrar a importância das bases conceituais nas quais a Educação Profissional e Tecnológica repousa, e dos ditames legais aplicáveis, sempre com sustentação nos fundamentos trazidos pela doutrina defendente dessas concepções.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, pode viabilizar o caminho para a Formação Humana Integral e se o desconhecimento das bases conceituais e legislações, pelo discente, pode ser considerado fato gerador da inviabilização da desse percurso, elucidando a significação que os mesmos vêm dando a essas bases conceituais e legislações, em consonância com as suas ações cotidianas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos, o pesquisador apresentou os potenciais riscos aos participantes da pesquisa, quais sejam: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado; receio de possíveis consequências decorrentes de suas respostas; sentir-se com a privacidade invadida pelas entrevistas e eventual quebra de sigilo.

Para mitigar tais riscos, propõem: estabelecer uma relação colaborativa e de respeito mútuo pesquisador/participante, atentando para os diferentes níveis e valores sociais, intelectuais, a diversidade cultural, os distintos aspectos éticos, morais, os estados psicológicos, a

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
¿ IFAM**



Continuação do Parecer: 4.548.307

espiritualidade ou mesmo a religiosidade, bem como as diferenças de perfis físicos, sobretudo entre os discentes. As entrevistas ocorrerão em ambientes reservados para fortalecer uma relação pautada na confiabilidade e na discrição.

Quanto aos benefícios, citou que a pesquisa pretende elaborar um documento que buscará instruir os discentes ingressos acerca das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e das legislações, que será disponibilizado gratuita e preferencialmente para todos os discentes ingressos do EMI à EPT ofertado pelo IFAM/CMC, bem como aos participantes da presente pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo será realizado com alunos do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Química, ofertado no "campus" Manaus Centro, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas -IFAM, por meio do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT/IFAM).

Os objetivos da pesquisa estão claros, bem redigidos e adequados ao tipo de pesquisa proposta, sendo perfeitamente possíveis de se alcançar em virtude da metodologia sugerida.

A pesquisa poderá apresentar importantes contribuições para o campo de investigação em que se insere ao analisar como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, pode viabilizar o caminho para a Formação Humana Integral e se o desconhecimento das bases conceituais e legislações, pelo discente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto: consta a área temática que corresponde ao estudo
2. Informações Básicas do Projeto: Foram explicitados benefícios que o participante terá ao participar da pesquisa no arquivo de projeto de pesquisa detalhado;
3. Cronograma do Projeto: Apresenta datas de entrevistas e questionários adequadas à tramitação no Sistema CEP;
4. Declaração de Infraestrutura assinada pelo responsável: Foi anexada a Declaração de Infraestrutura assinada pelo responsável da instituição onde será realizada a pesquisa;
5. Emprego adequado do termo "participantes da pesquisa" no projeto de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontradas Pendências ou Inadequações.

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM
 Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3306-0060 E-mail: cepsh.pggi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
IFAM**



Continuação do Parecer: 4.548.307

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1626275.pdf	18/11/2020 16:52:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2TALE_Menor_CEP.pdf	18/11/2020 16:40:36	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2_TCLE_Responsaveis_CEP.pdf	18/11/2020 16:40:10	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito
Folha de Rosto	1FOLHA_DE_ROSTO.pdf	18/11/2020 16:39:03	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito
Outros	DETALHAMENTO_DAS_RETIFICACOES_E_PEDIDO_DE_NOVA_ANALISE.pdf	18/11/2020 16:30:05	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	5_PROJETO_COM_MODIFICACOES_CEP.pdf	18/11/2020 16:18:01	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito
Cronograma	cronograma_Assinado_digitalmente.pdf	18/11/2020 16:15:18	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	4Declaracao_de_infraestrutura_e_autorizacao.pdf	18/11/2020 16:11:13	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito
Outros	2_CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	18/09/2020 16:28:04	PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 19 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
Tarcisio Serpa Normando
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010
UF: AM Município: MANAUS E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br
Telefone: (92)3306-0060

APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 CAMPUS MANAUS CENTRO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



TERMO DE ASSENTIMENTO – PARTICIPANTE MENOR DE IDADE

Prezado (a) Aluno (a);

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “ENSINO MÉDIO INTEGRADO: Diálogo sobre as bases conceituais e legislações da Educação Profissional e Tecnológica”, sob a responsabilidade do pesquisador PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Manaus Centro, sob a orientação do Profa. Dra. ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, pode viabilizar o caminho para a Formação Humana Integral e se o desconhecimento das bases conceituais e legislações, pelo discente, pode ser considerado fato gerador da inviabilização da desse percurso, elucidando a significação que os mesmos vêm dando a essas bases conceituais e legislações, em consonância com as suas ações cotidianas.

Os procedimentos a serem utilizados na pesquisa serão entrevistas e questionários realizados pelo pesquisador, precedidas da realização de uma exposição sobre assuntos relacionados a temática da pesquisa, objetivando proporcionar esclarecimentos gerais sobre o estudo em questão. No transcorrer da pesquisa poderemos utilizar câmeras filmadoras, gravador de voz e câmera digital para os registros das atividades a fim de possibilitar uma melhor e mais fidedigna análise de dados.

Em razão da participação na pesquisa, seus participantes estarão vulneráveis a riscos de: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado; receio de possíveis consequências decorrentes de suas respostas; sentir-se com a privacidade invadida pelas entrevistas e eventual quebra de sigilo.

Como medida prevista em relação aos riscos estaremos: estabelecendo uma relação colaborativa e de respeito mútuo pesquisador/participante, atentando para os diferentes níveis e valores sociais, intelectuais, a diversidade cultural, os distintos aspectos éticos, morais, os estados psicológicos, a espiritualidade ou mesmo a religiosidade, bem como as diferenças de perfis físicos. O pesquisador estará atento para evitar que algum destes aspectos venha a se tornar causa de constrangimento aos participantes, interferindo no processo de pesquisa.

Como potencial benefício, a pesquisa pretende elaborar um documento que buscará instruir os discentes ingressos acerca das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e das legislações, como forma de permitir que os alunos possam compreender precocemente o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, a partir da perspectiva de uma Formação Humana Integral. O material impresso que se pretende produzir, caso comprovada sua necessidade por meio da pesquisa, será disponibilizado gratuita e preferencialmente para todos os discentes ingressos do EMI à EPT ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas -IFAM, *Campus* Manaus Centro – CMC, bem como aos participantes da presente pesquisa.

O presente estudo não antecipa qualquer benefício direto ao participante da pesquisa.

E ainda como medida prevista serão disponibilizadas todas as informações necessárias sobre a pesquisa e seus possíveis desdobramentos. Bem como forneceremos cópias no formato físico ou mesmo digital, de quaisquer documentos oriundos do processo construtivo da pesquisa. As entrevistas ocorrerão em ambientes reservados para fortalecer uma relação pautada na confiabilidade e na

Pesquisador:

Participante:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 CAMPUS MANAUS CENTRO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



discrição. Ao tempo que ainda garantiremos o anonimato dos participantes, incluindo esta informação no presente termo. E se necessário, outros documentos adicionais serão assinados pelo pesquisador e participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo.

Sua participação é voluntária e caso concorde em participar, você estará colaborando com um estudo, que após o levantamento e análise das informações, proporcionará dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional voltado para a melhor eficácia do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. O que, portanto, vai gerar benefícios sociais a toda comunidade escolar.

Você tem a plena liberdade para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais dos participantes mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases da pesquisa.

Será garantida pelo pesquisador a prestação de assistência integral quanto aos eventuais danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela dignidade, integridade física e moral dos participantes, incluindo-se o direito a indenização na forma da legislação vigente. É garantido aos participantes o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior a pesquisa, podendo solicitar ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos neste documento. Estando, inclusive, lhe assegurado o direito de acesso ao produto investigacional após o término do estudo. Os participantes não receberão nenhuma retribuição de ordem financeira ou material, bem como também não terão nenhuma despesa desta mesma ordem.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, você poderá entrar em contato com o pesquisador Paulo Roberto Arce Nicolau, pelo telefone: (92) 9-8185-9419 (inclusive ligações a cobrar e whatsapp), e-mail nicolau.advocacia@gmail.com ; com o orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, telefone: (92) 99203-0840, e-mail ana.souza@ifam.edu.br; ou ainda o Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, para sanar qualquer dúvida a respeito da ética desta pesquisa, que poderá ser esclarecida a qualquer tempo com o CEP-SH/IFAM, pelo telefone (92) 3306-0060, e-mail cepsh.ppgi@ifam.edu.br, ou pessoalmente no endereço: rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro - Manaus/AM. O CEP-SH/IFAM, é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Caso aceite participar, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via ficará com você e outra com o pesquisador responsável. E ainda, se considerar conveniente, lhe enviarei uma cópia também por e-mail. Em caso de não aceitação, não haverá qualquer espécie de penalidade a sua pessoa.

Rubricas:

Página 2 de 3

Pesquisador:

Participante: X

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 CAMPUS MANAUS CENTRO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) Pai / Mãe / Responsável;

Convidamos seu (sua) filho(a), aluno(a) do 3º ano do Curso Técnico de Nível Médio em Química na Forma Integrada do IFAM – Campus Manaus Centro, para participar da pesquisa intitulada “**ENSINO MÉDIO INTEGRADO: Diálogo sobre as bases conceituais e legislações da Educação Profissional e Tecnológica**”, sob a responsabilidade do pesquisador **PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU**, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Manaus Centro, sob a orientação do Profa. Dra. **ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA**.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, pode viabilizar o caminho para a Formação Humana Integral e se o desconhecimento das bases conceituais e legislações, pelo discente, pode ser considerado fato gerador da inviabilização da desse percurso, elucidando a significação que os mesmos vêm dando a essas bases conceituais e legislações, em consonância com as suas ações cotidianas.

Os procedimentos a serem utilizados na pesquisa serão entrevistas e questionários realizados pelo pesquisador, precedidas da realização de uma exposição sobre assuntos relacionados a temática da pesquisa, objetivando proporcionar esclarecimentos gerais sobre o estudo em questão. No transcorrer da pesquisa poderemos utilizar câmeras filmadoras, gravador de voz e câmera digital para os registros das atividades a fim de possibilitar uma melhor e mais fidedigna análise de dados.

Em razão da participação na pesquisa, seus participantes estarão vulneráveis a riscos de: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado; receio de possíveis conseqüências decorrentes de suas respostas; sentir-se com a privacidade invadida pelas entrevistas e eventual quebra de sigilo.

Como medida prevista em relação aos riscos estaremos: estabelecendo uma relação colaborativa e de respeito mútuo pesquisador/participante, atentando para os diferentes níveis e valores sociais, intelectuais, a diversidade cultural, os distintos aspectos éticos, morais, os estados psicológicos, a espiritualidade ou mesmo a religiosidade, bem como as diferenças de perfis físicos. O pesquisador estará atento para evitar que algum destes aspectos venha a se tornar causa de constrangimento aos participantes, interferindo no processo de pesquisa.

E ainda como medida prevista serão disponibilizadas todas as informações necessárias sobre a pesquisa e seus possíveis desdobramentos. Bem como forneceremos cópias no formato físico ou mesmo digital, de quaisquer documentos oriundos do processo construtivo da pesquisa. As entrevistas ocorrerão em ambientes reservados para fortalecer uma relação pautada na confiabilidade e na discrição. Ao tempo que ainda garantiremos o anonimato dos participantes, incluindo esta informação no presente termo. E se necessário, outros documentos adicionais serão assinados pelo pesquisador e participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo.

A participação nesta pesquisa vai possibilitar ao seu (sua) filho (a) uma oportunidade de colaborar com um estudo, que após o levantamento e análise das informações, proporcionará dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional voltado para a melhor eficácia do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. O que, portanto, vai gerar benefícios sociais a toda comunidade escolar.

Rubricas:

Página 1 de 3

Pesquisador:

Participante: x _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 CAMPUS MANAUS CENTRO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Como potencial benefício, a pesquisa pretende elaborar um documento que buscará instruir os discentes ingressos acerca das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e das legislações, como forma de permitir que os alunos possam compreender precocemente o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, a partir da perspectiva de uma Formação Humana Integral. O material impresso que se pretende produzir, caso comprovada sua necessidade por meio da pesquisa, será disponibilizado gratuita e preferencialmente para todos os discentes ingressos do EMI à EPT ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas -IFAM, Campus Manaus Centro – CMC, bem como aos participantes da presente pesquisa.

O presente estudo não antecipa qualquer benefício direto ao participante da pesquisa.

A participação é voluntária. E para que seu (sua) filho(a) possa participar, precisamos de sua autorização como seu (sua) representante legal.

O (A) senhor (a) tem a plena liberdade para decidir sobre a participação de seu (sua) filho (a), podendo retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa ou ao (a) seu (sua) filho (a).

Apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais dos participantes mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases da pesquisa.

Será garantida pelo pesquisador a prestação de assistência integral quanto aos eventuais danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela dignidade, integridade física e moral dos participantes, incluindo-se o direito a indenização na forma da legislação vigente. É garantido aos participantes o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior a pesquisa, podendo solicitar ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos neste documento. Estando, inclusive, lhe assegurado o direito de acesso ao produto investigacional após o término do estudo. Os participantes não receberão nenhuma retribuição de ordem financeira ou material, bem como também não terão nenhuma despesa desta mesma ordem.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, você poderá entrar em contato com o pesquisador Paulo Roberto Arce Nicolau, pelo telefone: (92) 9-8185-9419 (inclusive ligações a cobrar e whatsapp), e-mail nicolau.advocacia@gmail.com ; com o orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, telefone: (92) 99203-0840, e-mail ana.souza@ifam.edu.br; ou ainda o Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, para sanar qualquer dúvida a respeito da ética desta pesquisa, que poderá ser esclarecida a qualquer tempo com o CEP-SH/IFAM, pelo telefone (92) 3306-0060, e-mail cepsh.ppgi@ifam.edu.br, ou pessoalmente no endereço: rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro - Manaus/AM. O CEP-SH/IFAM, é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Caso aceite a participação de seu (sua) filho (a) nesta pesquisa, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via ficará com o (a) senhor (a) e outra com o pesquisador responsável. E ainda, se considerar conveniente, lhe enviarei uma cópia também por e-mail. Em caso de não aceitação, não haverá qualquer espécie de penalidade ao (a) senhor (a) ou ao (a) seu (sua) filho (a).

Rubricas:

Página 2 de 3

Pesquisador:

Participante: x



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 CAMPUS MANAUS CENTRO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Consentimento Pós-Infomação:

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____ aceito participar da pesquisa intitulada "ENSINO MÉDIO INTEGRADO: Diálogo sobre as bases conceituais e legislaões da Educação Profissional e Tecnológica" que tem o objetivo de analisar como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, pode viabilizar o caminho para a Formação Humana Integral e se o desconhecimento das bases conceituais e legislaões, pelo discente, pode ser considerado fato gerador da inviabilização da desse percurso, elucidando a significação que os mesmos vêm dando a essas bases conceituais e legislaões, em consonância com as suas ações cotidianas. Afirmo que fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo e como representante legal, autorizo expressamente _____ a participar da referida pesquisa, ciente de que sua participação não nos acarretará nenhum ônus financeiro e não vamos receber nenhuma remuneração por ela e que podemos sair quando quisermos sem nenhum prejuízo, sendo ainda assegurado o anonimato. Estou ciente também que tenho direito ao acesso aos resultados e todas as demais informações decorrentes da participação de meu (minha) filho (a), durante e após esta pesquisa, bem como o acesso ao produto investigacional após o término do estudo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

Assinatura do Pesquisador
 Paulo Roberto Arce Nicolau

Assinatura do Responsável

Rubricas:

Página 3 de 3

Pesquisador:

Participante:

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PRODUZIDO NA PLATAFORMA
GOOGLE FORMS**

Pesquisa: ENSINO MÉDIO INTEGRADO: Diálogo sobre as bases conceituais e legislações da Educação Profissional e Tecnológica.

Prezado (a) Discente,

Por meio do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, no qual sou aluno do Curso e Orientando da Prof^a. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, convido-lhe a participar voluntariamente da nossa pesquisa intitulada: "ENSINO MÉDIO INTEGRADO: Diálogo sobre as bases conceituais e legislações da Educação Profissional e Tecnológica."

Os objetivos propostos da referida pesquisa estão centrados na investigação das apropriações, pelos discentes, das concepções das bases conceituais e legislações do Educação Profissional e Tecnológica; discutindo os conceitos de ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica e de politecnia na educação, dentro da perspectiva da busca pela formação humana integral, omnilateral ou politécnica.

Essa pesquisa ocorrerá no "campi" do IFAM Manaus Centro, no Curso Técnico de Nível Médio em Química, na Forma Integrada.

Para obter as informações necessárias para essa pesquisa, adotaremos como instrumentos: questionário e entrevista. O questionário e a entrevista serão direcionados aos discentes que se dispuserem voluntariamente a participar da pesquisa.

Esclarecemos que a sua participação é opcional e que o risco da pesquisa é mínimo, mas caso sentir algum desconforto poderá comunicar imediatamente ao pesquisador para que se tomem as providências necessárias.

Asseguramos que o seu nome não será publicado e que os dados coletados por meio do questionário serão utilizados exclusivamente nessa pesquisa.

Vale ressaltar que os resultados obtidos desse estudo poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar nomes, instituição, ou quaisquer informações relacionadas à sua privacidade.

Para confirmar sua participação na pesquisa é necessário responder ao questionário (via googleforms, um aplicativo que permite a criação de formulários online) e autorizar seu uso nesta pesquisa de mestrado.

Em caso de dúvidas, você pode, a qualquer momento, entrar em contato com o pesquisador:

PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU Mestrando do ProfEPT.2019/IFAM Matrícula 2019241380210

Se houver concordância em participar da pesquisa, por favor, assinale o campo abaixo e prossiga com o preenchimento do questionário. *

Eu aceito participar da pesquisa.

Por qual motivo você quis ingressar no Curso de Química Integrado do IFAM?

.....

Qual a primeira vez que ouviu falar sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica

Quando li o edital do Processo Seletivo;

Quando algum servidor do IFAM me ensinou;

Pesquisas na internet; ou

Outro:

Você conhece as leis utilizadas para a Educação Profissional e Tecnológica?

Sim

Não

Você já ouviu falar ou leu sobre as Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica?

Sim

Não

Você conhece ou já teve acesso a algum(a) autor(a) que discute os conceitos de Educação Profissional e Tecnológica?

Sim

Não

Em poucas palavras, o que é o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica?

.....

Para você, qual a finalidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica?

.....

Qual o objetivo do IFAM ao ofertar o curso de Química integrado?

.....

Antes de ingressar no curso, você recebeu algum material ensinando sobre os conceitos, concepções e leis que regem o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica?

- Sim
- Não

Você entende o que significa os termos a seguir: 1) Trabalho como Princípio Educativo; 2) Escola Unitária; 3) Dualidade histórica na Educação Profissional; 4) Politécnia na Educação; e 5) Formação Integrada.

- Não;
- Sim, entendo o significado de todos; ou
- Entendo o significado apenas de alguns.

Na sua opinião, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica pode ajudar a diminuir as desigualdades sociais?

- Sim
- Não

Ao fazer uma autoanálise, o curso permite que você tenha uma formação multidimensional? (Formação física, mental, cultural, política, científico-tecnológica). Justifique.

.....

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL PRODUZIDO NO GOOGLE FORMS

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado participante,

Você foi convidado para participar deste questionário com o objetivo de coletar sua avaliação a respeito da versão teste do produto educacional “Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI” (<https://emiept.com.br/>), fruto da pesquisa intitulada “ENSINO MÉDIO INTEGRADO: Diálogo sobre as bases conceituais e legislações da Educação Profissional e Tecnológica”, sob a responsabilidade do pesquisador PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus Centro, sob a orientação do Profa. Dra. ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, você poderá entrar em contato com o pesquisador Paulo Roberto Arce Nicolau, pelo telefone: (92) 9-8185-9419 (inclusive ligações a cobrar e whatsapp), e-mail nicolau.advocacia@gmail.com ; com o orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, telefone: (92) 99203-0840, e-mail ana.souza@ifam.edu.br.

Sua participação é de extrema importância para o processo construtivo do referido produto.

Por isso, contamos com a sua valiosa contribuição e, desde já, agradecemos sua disponibilidade.

INFORMAÇÕES SOBRE O QUESTIONÁRIO

Este questionário contém 13 perguntas.

No decorrer dele, você encontrará questões com uma escala de 1 a 5, nas quais poderá indicar **a resposta que mais se adequar ao seu ponto de vista**.

Caso julgue necessário, haverá um espaço específico, no fim de cada seção, para você incluir algum comentário discursivo. Sinta-se à vontade para utilizá-lo.

O tempo estimado para responder ao questionário varia entre 10 e 20 minutos.

Aspectos visuais do BLOG: INTEGRADOS! Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

IMPORTANTE: Para indicar a escala relativa às sentenças de 1 a 12, considere a seguinte equivalência:

- 1 - Não
- 2 - Pouco
- 3 - Parcialmente
- 4 - Sim
- 5 - Muito

1. A estética geral do BLOG: INTEGRADOS! Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI(diagramação, cores, imagens, quadros, fontes etc.) mostrou-se adequada e atrativa par ao aluno do EMI?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

2. A organização geral do BLOG: INTEGRADOS! Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI(disposição das imagens, formatação, destaques visuais) promoveu um diálogo com o texto e contribuiu para a compreensão do conteúdo disposto?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

Aspectos do texto escrito do produto

3. A linguagem escrita mostrou-se adequada para um site destinado a estudantes do Ensino Médio Integrado?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

4. O texto apresentou-se de maneira clara, coesa e coerente para expressar concepções, conceitos e reflexões da educação profissional e tecnológica?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

5. O título dos itens se mostraram adequadas para promover a compreensão do texto?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

CONTEÚDO GERAL PRESENTE NO BLOG

6. O assunto das seções do BLOG apresentaram coerência quanto à abordagem dos conteúdos do ensino médio e das legislações da Educação Profissional e Tecnológica?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

7. O conteúdo do BLOG deixa claro em cada seção as concepções teóricas que sustentam a intencionalidade da proposta?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

8. Os conceitos, teorias e reflexões foram apresentados de maneira compreensiva?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

9. O conteúdo apresentado pode contribuir com o estudante do ensino médio integrado do IFAM?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

paulonicolauprofept@gmail.com [Alternar conta](#)



PARA FINALIZAR

11. Selecione qual ou quais seções do blog mais despertou/despertaram o seu interesse durante a navegação. Em seguida, justifique sua escolha.

- Seção que continha os aspectos legislativos
- Seção referente aos textos que tratavam de questões conceituais
- Seção relativa aos vídeos que tratavam de aspectos gerais da Educação Profissional
- Outro: _____

12. Qual ou quais aspectos do site educacional você mudaria?

- Estética e organização (formatação, fontes, imagens, cores, organização dos parágrafos)
- Comunicação escrita do produto (linguagem escrita, forma de abordagem, palavras ou expressões)
- Conteúdo das Seções (conceitos, teorias, definições, exemplos, discussões e reflexões)
- O material não necessita de mudança evidente.

13. (Apenas para Docentes ou TAE) O quanto você estaria disposto ou disposta a utilizar o guia como recurso de aprendizagem para conceitos e legislações da Educação Profissional?

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL: BLOG “INTEGRADOS!”



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

Bem-vindo(a)

Informações preciosas para novos alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica
Fique por dentro e apaixone-se

ACESSAR CONTEÚDOS ONLINE PARA ALUNOS

Baixar arquivo em PDF

Baixar dissertação completa em PDF (Disponível em breve)



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

< Voltar para publicações

QUEM SOMOS?

9 de janeiro de 2022

Olá, meus queridos e minhas queridas!
Eu chamo Paulo Arce Nicolau, sou advogado e estudante do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, conhecido como ProfEPT.

Esse mestrado é desenvolvido em todo o Brasil, mas, no meu caso, realizo meus estudos no *Campus Manaus Centro* do IFAM.
Um dos meus interesses pela pesquisa no campo da educação se expressa pelo desejo de contribuir com a formação dos estudantes. E, mesmo não sendo professor, procurei construir um espaço como este para possibilitar o acesso a alguns conhecimentos.
Caso você queira entrar em contato comigo, passar algumas dicas ou sugestões para esta página, basta me um e-mail para: integradonaept@gmail.com



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

< Voltar para publicações

COMECE POR AQUI

9 de janeiro de 2022

Seja muito bem-vindo; seja muito bem-vinda ao “Integrados”!

Esta página foi pensada a partir de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Nosso objetivo é ofertar conhecimentos importantes para o processo formativo de estudantes do Instituto. Por isso, aqui é uma excelente oportunidade para que discentes e docentes possam ter acesso a textos e outros materiais voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).
Ah! Vale destacar que este site também pode auxiliar aqueles que tenham o desejo de ingressar no IFAM, mas não sabem muito bem do que se trata a EPT.



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



Diante disso, esperamos que você goste do nosso conteúdo, pois foi feito com muito carinho para que os assuntos abordados possam ter um significado relevante na sua formação!

O que você encontrará aqui?

No decorrer deste material, você vai ter contato com textos curtos sobre temas que pertencem ao universo da educação profissional, cada um deles com os seguintes títulos:

- a) O que é essa tal de EPT?
- b) Ensino integrado? OI? Que que é isso?
- c) Trabalho e profissão não são a mesma coisa?
- d) "Dicotomia na educação"... Traduz, por favor!
- e) "Formação unilateral"... Vixe, não sei o que é não!
- f) "Desenvolvimento omnilateral"? Nunca nem vi.

Além deles, você também encontrará sugestões de vídeos e outros materiais educativos voltados para o campo da Educação Profissional e Tecnológica. Fique à vontade para iniciar seu percurso e aproveite bem! Bora lá!



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



[← Voltar para publicações](#)



O QUE É ESSA TAL DE EPT?

9 de janeiro de 2022

Em primeiro lugar, podemos dizer que "EPT" é uma sigla para representar a Educação Profissional e Tecnológica. Mas, será que vamos nos resumir apenas a essa explicação?

É claro que não! Nós queremos mesmo é que você saiba: "o que é essa tal de Educação Profissional e Tecnológica?".

Muito bem, então vamos lá!



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



A princípio, você deve entender que o termo educação é muito amplo. Então, pare de pensar que educação é apenas aquilo que você aprende na escola, pois essa é somente uma parte dela. A outra parte, naturalmente, você desenvolve nas outras relações sociais, seja com a família, com os amigos e demais sujeitos da sociedade.

A educação é viva! A educação é dinâmica!

E a educação profissional e tecnológica, também é assim?

De modo geral, ela é parecida, mas nós vamos entendê-la como uma "Modalidade da educação". Como assim?

Bem, a educação brasileira se organiza em nível infantil, fundamental e médio. Mas, além disso, ela também apresenta algumas modalidades de ensino, como: a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Escolar Indígena e outras mais.

Nesse caso, a Educação Profissional e Tecnológica é também uma modalidade e, como tal, apresenta suas finalidades específicas. Uma delas é, justamente, formar estudantes para o mundo do trabalho, porém, será que a EPT só serve para "gerar" futuros trabalhadores? Será que a EPT deve formar apenas técnicos para o "mercado de trabalho"?

São perguntas como essas que buscaremos trazer para refletirmos nos outros textos.

Não queremos lhe dar respostas. Queremos que você pense e formule suas próprias constatações!

Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



← Voltar para publicações

ENSINO INTEGRADO? QUÊ QUE É ISSO?

9 de janeiro de 2022

Você sabe o que significa a palavra "integrado"?

Veja bem: "integrado", de acordo com o dicionário, é: "conjunto cujas partes estão bem unidas ou harmonizadas; coeso, harmônico".

Viu só? Trata-se de uma ideia de algo unificado. Sendo assim, o Ensino Integrado deve unificar o quê exatamente?

Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

Ora, é óbvio: o ensino, aquilo que se aprende, deve ser assimilado como um conjunto unificado. Entendeu a lógica?

Mas, será que nós é que estamos inventando tudo isso?

Será que essa ideia tem fundamento em algum lugar?


Será que existem conceitos que abordam essa temática de "ensino integrado"?

A resposta é: sim, para as três perguntas.

Em primeiro lugar, nós não estamos inventando essa ideia sobre o ensino integrado. Na verdade, este ensino amplo, abrangente e unificado, é assegurado por uma lei chamada "Lei de Diretrizes e Bases da Educação".

Caso você queira acessá-la, basta clicar aqui no link e procurar o artigos que falam sobre as finalidades da educação: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes

Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



← Voltar para publicações

Trabalho e profissão não são a mesma coisa?

9 de janeiro de 2022

É verdade que muitas vezes associamos trabalho e profissão como se fosse a mesma coisa, né?

E, de fato, o termo trabalho assumiu o sentido de profissionalização, emprego, atividade remunerada... Isso, inclusive, é um processo natural que ocorre em várias línguas. As palavras são vivas também!



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



Mas, aqui, nós vamos procurar entender um outro sentido que a palavra "trabalho" possui. Vamos lá.

Imagine que, no processo histórico de desenvolvimento do ser humano, houve um tempo em que o homem teve que aprender a suprir suas necessidades, como caçar, preparar seus alimentos, conseguir abrigo, proteger-se de outros animais, entre outras coisas...

Todas essas ações são consideradas "trabalho", por isso dizemos que "trabalho" é uma ação que, de alguma maneira, o homem realiza para atender suas necessidades e, conseqüentemente, modifica a natureza.

Assim, por meio do trabalho, o homem foi desenvolvendo suas habilidades intelectuais e práticas, à medida que exercia cada vez mais sua capacidade de pensar e de elaborar ferramentas e estratégias que facilitassem o modo de suprir suas carências cotidianas.

Em face disso, podemos dizer que o trabalho apresentava um "sentido educativo", uma vez que o homem aprendia com isso.

No entanto, com o decorrer dos tempos, os sistemas foram se tornando cada vez mais complexos e a sociedade elaborou formas de lucro e poder. Assim, o sentido educativo que o trabalho possuía ficou em segundo plano, já que era necessário apenas exercer determinada atividade para obter alguma remuneração.



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



Em meio a tudo isso, vemos que o "trabalho" foi se afastando de uma concepção voltada ao aprendizado e passou, em alguns casos, a ser visto como uma forma de exploração da mão de obra de uma parcela da sociedade.

Mas, por que estamos falando sobre tudo isso?

Veja bem: não estamos dizendo que não devemos trabalhar, nem que o sentido educativo do trabalho não exista mais. O que queremos é levá-lo a reflexões acerca do assunto?

Por que você estuda e trabalha?

Qual é a finalidade do ensino integrado? Seria apenas formar profissionais qualificados?

Será que existem outros tipos de conhecimentos que podem ser desenvolvidos em um curso técnico integrado de nível médio?

Com base em tudo isso, esperamos que você tenha parado para refletir um pouco sobre algumas dessas questões!

Agora, vamos ao próximo assunto! Bora!



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



[← Voltar para publicações](#)

“DICOTOMIA NA EDUCAÇÃO”... TRADUZ, POR FAVOR.

9 de janeiro de 2022

Você já tinha visto a palavra "dicotomia" antes? Você sabe o que ela significa?

Bem. Vamos ao dicionário pra descobrir: **Di.co.to.mi.a**: "Qualquer divisão em dois ramos, conceitos etc., geralmente opostos".



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



Hum... Então, pelo que podemos perceber, a palavra "dicotomia" é uma separação, uma fragmentação, certo?

Mas, sobre qual fragmentação estamos falando quando se trata de educação?

Primeiramente, devemos ter em mente que estamos falando em Educação Profissional e Tecnológica num sentido integral, lembra?

Então, a principal dicotomia da qual estamos falando aqui se refere à fragmentação entre conhecimento manual e conhecimento intelectual.

Como assim?

A grande questão é que no decorrer da nossa trajetória educacional, o sistema de ensino brasileiro cresceu em meio a uma divisão clara entre as classes sociais. De um lado, aqueles que podiam ter acesso ao conhecimento científico, elaborado, intelectual; do outro, aqueles que não podiam ter acesso ao primeiro, nem mesmo a uma escolaridade básica.

Com um tempo, a essa classe foi dado o direito mínimo aos estudos de nível fundamental e médio, porém, a continuidade para um nível superior continuava sendo dificultada. Nesse contexto, restava a essa classe apenas alguns cursos que o capacitassem para determinada profissão.



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



Mas preste atenção! Não estamos dizendo que desenvolver-se para uma determinada técnica de trabalho é ruim. O que estamos querendo mostrar é como os conhecimentos intelectuais foram sendo separados dos conhecimentos técnicos, quando na verdade eles deveriam caminhar de forma articulada. Além disso, a todos deveria ser dado o direito à continuidade dos estudos, cabendo aos cidadãos uma escolha e não apenas uma única opção.

Dessa forma, é possível identificar a dicotomia entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático como se fosse um reflexo da desigualdade que existe em nossa sociedade.

Por essa razão, é preciso refletir sobre essas inúmeras questões que envolvem a educação profissional.

Que tipo de cidadão você quer se tornar? Que tipo de visão você gostaria de propagar na sociedade? Que tipo de formação você gostaria de ter?

Não estamos aqui para encontrar respostas, mas esse tipo de diálogo nos faz dar uma pontapé inicial para nos tornarmos estudantes mais críticos com aquilo que nos cerca, não é?

Sendo assim, vamos partir rumo ao próximo texto e caminhar nessa trajetória de integração. Bora lá!



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



[← Voltar para publicações](#)

“FORMAÇÃO UNILATERAL”... VIXE, NÃO SEI O QUE É NÃO.

9 de janeiro de 2022

Começamos este texto com mais uma palavra pouco utilizada nos contextos recorrentes. A palavra é “unilateral”. Você sabe o que ela significa?

Bom, vamos recorrer ao nosso velho amigo dicionário, que diz assim:
U.ni.la.te.ral.: “Que se situa ou vem de um único lado”.



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



Pois bem, o que isso quer dizer?

No nosso caso, quando falamos em formação lateral na EPT, estamos nos referindo a uma formação que prioriza apenas um tipo e deixa em segundo plano o outro. Ou seja, não existe uma integração as outras possibilidades.

Mas, qual formação na maioria das vezes é priorizada nos cursos técnicos de nível médio?

É isso que vamos tentar debater aqui. Acompanha o seguinte raciocínio...

Imagine que você está fazendo seu ensino médio integrado que, segundo vimos em um dos textos anteriores, tem o objetivo de harmonizar os conhecimentos como um conjunto unificado. Agora, pense que você está apenas sendo formado para uma profissão técnica. Em seguida, imagine-se em uma formação apenas para o cumprimento das disciplinas do ensino médio regular...

Nos dois casos, temos formações unilaterais: uma delas forma apenas para o "mercado de trabalho"; a outra, forma apenas para o desenvolvimento apreendido nas disciplinas do núcleo comum. Entretanto, o ensino integrado não deveria "integrar" os conhecimentos?

Pense assim: será que o ser humano é um ser fragmentado ou seria possível desenvolver-se de diferentes formas, integralmente?



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



Nos cursos técnicos, a proposta unilateral é direcionada muitas vezes para o desenvolvimento meramente técnico do estudante, pois foi criada uma cultura de que o objetivo da educação profissional é apenas gerar bons trabalhadores.

Qual a sua opinião sobre isso?

Será que é possível desenvolver-se além dos conhecimentos técnicos?

E mais: em quais outras dimensões você poderia se desenvolver?

É importante lembrarmos, mais uma vez, que essas percepções mostradas aqui não são uma criação nossa. Elas estão embasadas em teóricos renomados da área da educação e, sobretudo, são perspectivas asseguradas por lei, conforme você pode observar no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação brasileira:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Viram só? A educação deve prezar pelo "pleno desenvolvimento do cidadão", e não o desenvolvimento unilateral.



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI



[← Voltar para publicações](#)



Leitura interativa

9 de janeiro de 2022

Sabemos que vocês curtem muito os vídeos que circulam nas redes sociais, por isso decidimos trazer vários deles para te ajudar a ampliar sua visão sobre a Educação Profissional e Tecnológica, considerando que você está num caminho de descoberta tão importante.

Aqui, você encontrará links de vídeos e os respectivos resumos do conteúdo que eles oferecem.

Os vídeos não foram elaborados por nós, no entanto, abordam temáticas extremamente relacionadas às nossas propostas.

Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

Dessa maneira, apresentamos materiais com relevância educativa e que valem muito a pena você conhecer.

Aproveite para acessá-los e deixar o seu like em cada um! Bora lá?

Vídeo 1 – O trabalho como princípio educativo

Este primeiro vídeo pode ser acessado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

O vídeo é um Produto educacional desenvolvido pelo mestrando do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Osório Esdras Guimarães Braga, sob orientação do professor Dr. Admilson Eustáquio Prates. O tema tratado é o "trabalho como princípio educativo".

Vídeo 2 – Ensino integrado, politecnia e omnilateralidade

Este vídeo pode ser acessado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=nRtB7KGp8eQ>



Integrados – Fundamentos conceituais e legislações para o estudante do EMI

O vídeo faz parte do canal de Paula Marques e aborda os conceitos de educação politécnica, educação omnilateral e ensino integrado. A linguagem é bastante simples e as explicações são super fáceis de entender. Duração: aproximadamente 3 min

Vídeo 3 – Cidadania

Este vídeo pode ser acessado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=c3mjyCfwRxc>

